

Estado, Mídia e Democracia:

Brasil, o caso Jefferson Pureza.

Bárbara de Paula Nunes Oliveira da Silva

Dissertação em Ciência Política e Relações Internacionais

Na área de especialidade de Relações Internacionais

Maio, 2021

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, na área de especialidade em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Teresa Rodrigues.

Nota: por conta da nacionalidade da autora da presente dissertação, a mesma foi escrita em português do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Angelina e Paulo, que sempre me incentivaram a ir o mais longe possível e possibilitaram que eu alcançasse vãos cada vez mais altos: essa dissertação jamais teria saído sem o apoio de vocês. Aos meus irmãos, João e Gabriela, parceiros desde sempre com quem sempre pude contar. Aos sorrisos de Cecília, brincadeiras de Carolina e abraços de Henrique. Aos meus avós, Glória e Manoel, que proporcionaram grande parte de uma infância incrível e maravilhosa; à minha avó Luzia que sempre teve força para lutar e lidar com todas as pedras no seu caminho, ao meu avô Horácio que ainda menino atravessou um oceano e fez do Brasil seu lar. À Dona Conceição, outra pessoa querida, por ter sempre tanto carinho e uma palavra amiga quando necessário. À tia Rosana, por todo o apoio no âmbito acadêmico e por almoços e ceias incríveis.

Meu mais sincero obrigada para Letícia, minha prima querida, confidente e voz de sensatez sempre presente ainda que a distância não nos possibilite estarmos juntas. Isadora, aquela que sempre responde minhas mensagens e ligações quando eu mais preciso, obrigada pelos tantos anos de amizade. À Luíza pelas idas ao Grajaú, passeios internacionais, conversas e memes e à Juliana que sempre traz sua sabedoria, compreensão e brilhantismo nos momentos corretos, um poço de sabedoria ancestral.

Aos mestres Erika, Charles e Jacqueline, aos quais não tenho palavras para agradecer pelas visitas, passeios, carinho e ajuda em todos os momentos, inclusive durante a confecção desta dissertação. Vocês são maravilhosos. Mycz, Nathan e Brenda: eu sou muito grata por nossos caminhos terem se cruzado no Fundão e desde então terem seguido juntos, a energia de vocês sempre me deixa feliz e eu sou muito grata por poder contar com a amizade de vocês. Marcela que sempre moveu mundos e fundos para ajudar sem titubear: muito obrigada, de verdade.

A Mauro e Rui pela amizade desde os tempos de Coimbra que perdura até hoje, pelas conversas sempre interessantes e pelas piadas sem par. Bárbara, obrigada pelas fotos do Luke e conversas estimulantes a qualquer hora do dia. Luccas, agradeço pela constante troca de conhecimento e referências memeais. À Thais, Priscilla e Miguel pelos fóruns que mantiveram minha sanidade neste percurso, pelas horas na GoB e pelos presentes mais incríveis. À Laysla pelas conversas despreocupadas e confiança contínua.

À Isabella e Ana Paula, os maiores presentes que Coimbra me trouxe, parceiras de aventuras, viagens, jantares e tudo mais o que alguém pode querer: agradeço por cada um dos momentos que vivemos juntas dentro e fora do nosso percurso acadêmico. Sabrina, Clara e

Flávia: obrigada por entrarem na minha vida e serem pessoas tão incríveis cheias de sonhos e sempre estarem a um clique de distância.

À Laís, obrigada pelas conversas noite adentro independente de fuso horário. Sonia, obrigada por ser simplesmente incrível em todos os aspectos e pelas experiências pela cidade. Mara, por sempre me contar uma das milhares de histórias loucas: obrigada.

À Professora Teresa Rodrigues que me ofereceu todo suporte possível em vários momentos acadêmicos e especialmente durante a realização desta dissertação, meu mais sincero obrigada. À Alexandra Elbakyan por ter criado uma plataforma que democratizou o acesso à informação e permitiu que não apenas eu mas tantos outros tivessem acesso ao conhecimento: essa dissertação não teria saído sem o seu projeto.

Por fim, gostaria de agradecer a mim mesma por ter navegado em águas sinuosas neste período acadêmico até, enfim, ancorar em um porto seguro.

RESUMO

A relação entre Estado e mídia se vê constantemente sob passos trêmulos, sempre a uma alteração no sistema de poder em voga para redefinir de que maneira o setor midiático há de ser tratado. Assim sendo, a presente dissertação tem como objetivo traçar de que maneira a interação entre Estado e mídia se dá de maneira a assegurar a perpetuação de um sistema democrático.

A pesquisa aqui realizada tem como base a consulta na literatura disponível acerca das temáticas de formação do Estado, democracia e mídia. Para fins de estudo de caso, se colocou em foco a realidade do Brasil através do emprego de um estudo de caso.

Este processo se dá tendo como base o Brasil, levando em consideração as particularidades brasileiras na construção da sociedade que, por sua vez, influencia a maneira pela qual o Estado se forma e conduz sua atividade. Para tal, faz-se uso de renomados nomes da literatura acerca da temática da formação brasileira, de maneira a criar um quadro preciso e relevante para o desenrolar da investigação.

Assim sendo, há a análise da literatura do que vem a ser um Estado bem como os mecanismos legais que garantem seu funcionamento, incluindo a Constituição. Para compreender o papel da mídia, é feita uma definição do que esta vem a ser, bem como seu papel de propagador de informação e, uma vez inserida em um contexto democrático, vocal da agenda pública, realizando a ponte entre governantes e governados.

O caso prático analisado foi a morte de Jefferson Pureza, radialista que trabalhava no interior do Brasil assassinado a tiros enquanto descansava em sua casa, em janeiro de 2018. O homicídio, conduzido por menores de idade e encomendado por um membro da política local, consiste em um exemplo concreto do que vem a ser a realidade enfrentada por comunicadores Brasil afora.

A partir de seu assassinato, seguido por uma campanha difamatória e um julgamento questionável, conclui-se que as noções de liberdade de expressão e liberdade de imprensa consistem mais em recurso de oratória do que em questões defendidas pelas instituições pelas quais o Estado toma corpo. Assim sendo, se é observado que a mídia, na figura dos indivíduos que ela alimentam, é feita de exemplo

a ser seguido, deixando claro qual destino aguarda quem contraria os desejos e vontades das elites políticas – sobretudo em escala micro, nas municipalidades – e mostrando que a democracia defendida por todo um estado, bem como todo seu arcabouço jurídico, é colocada à prova e se vê ameaçada.

PALAVRAS-CHAVE: Estado, Mídia, Democracia, Brasil

ABSTRACT

The relationship between State and media is constantly under pressure and even risk, as a change in the system that the State chooses to operate under, may reconfigure how the media will be allowed to operate. Given this, the present dissertation has as its objective understanding how the interactions between State and media occurs to secure the survival of a democracy,

The research conducted has as its starting point the analysis of literature regarding the State formation, democracy, and media. As to provide a better analysis of the phenomena, it was observed the reality in Brazil through a case study.

The process begins as Brazil is perceived as the starting point, taking into consideration the particularities in the formation of Brazilian society, as it is a direct influence on how the State is formed and how it conducts its activities. Aiming this goal, it is examined the processes through which the society was structured, as to create a proper frame that is both precise and relevant to the investigation.

There was also a review of the available literature of what makes a State a State, followed by the legal mechanisms that guide the State on how to function properly, including the Constitution. With the objective of understanding the role of media, there is a definition of what is media, followed by how it works as a source of information and – in a democratic context – how it works building bridges between those who are governing and those who are governed.

The case study is the death of Jefferson Pureza, who worked at a radio in a small city in the countryside of Brazil, shot while resting at his house in January 2018. The homicide, committed by teenagers paid by a local political figure is a vivid example of what is the reality faced by journalists across the country.

After his murder, there was a defamatory campaign aiming to hurt his image and minimize the situation as a whole, followed by a questionable trial in court, leading to the conclusion that the principles of freedom of speech and press freedom are more a matter of State rhetoric than issues that are actively defended by the institutions. As it happens, it is noticed that the media in the form of the individuals who take part in the various mediatic formats such as press, radio, and TV is used as an example of how one should behave, making it clear as for what is the fate of whoever goes against the whims

and wishes of the local politicians – especially on a microscale, in the municipalities -, and showing that democracy, defended by the State and its laws and principles is put on a trial and threatened.

KEY-WORDS: State, Media, Democracy, Brazil

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo I – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E CONCEITUAL.....	18
Capítulo II - O QUE FAZ DO ESTADO UM ESTADO	24
2.1 População e Democracia de Direito – O Estado e o Indivíduo.....	29
2.2 Do Direito Internacional à Constituição: Particularidades do Brasil pós 1988.....	31
CAPÍTULO III - BRASIL	37
3.1 – Das <i>Plantations</i> à Organização Social	38
3.2 – Da Família à Ordem	41
3.2.1 - O Fenômeno dos Coronéis	43
CAPÍTULO IV – A MÍDIA	46
4.1 – Mídia e Política	48
4.1.2 – Mídia e Política no Brasil.....	51
4.2 – Códigos e Leis Pós Redemocratização.....	56
4.3 – Deserto de Notícias	59
CAPÍTULO V – JEFFERSON PUREZA.....	65
5.1 – O Centro-Oeste brasileiro.....	65
5.1.1 – Brasília.....	68
5.1.2 – Goiás.....	70
5.1.3 – Edealina.....	75
5.2 – O trabalho de Jefferson	77
5.2.1 – Denúncias e Ameaças	79
5.3 – Assassinato e Investigação	81
5.3.1 – A equipe da Abraji e o Programa Tim Lopes.....	84
5.4 – Julgamento.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
BIBLIOGRAFIA	96
FONTES.....	98
ANEXO 1. ENTREVISTA.....	101
<i>Figura I – Mapa do Brasil dividido em estados e regiões</i>	<i>61</i>
<i>Tabela I – Regiões do Brasil por população, cidades e Deserto de Notícias</i>	<i>62</i>
<i>Tabela II – Regiões do Brasil por população e quantidade de veículos de comunicação</i>	<i>62</i>
<i>Figura II – Mapa do Centro-Oeste Brasileiro</i>	<i>65</i>

<i>Figura III – Pirâmide etária do estado de Goiás de acordo com o Censo de 2010</i>	<i>74</i>
<i>Tabela III – As municipalidades de Edealina e Edéia em termos populacionais</i>	<i>76</i>
<i>Figura IV – Representação visual das principais relações envolvendo Jefferson</i>	<i>78</i>
<i>Figura V – Imagem ilustrativa das relações dos acusados de envolvimento na morte de Jefferson Pureza</i>	<i>83</i>

LISTA DE ABREVIATURAS

Abraji – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

AI-5 – Ato Institucional número 5

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

DEM – Democratas (Partido Político)

EIU – The Economist Intelligence Unit

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEA-SP – Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo

MP – Ministério Público

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PP – Progressistas/Partido Progressista

PPS – Partido Popular Socialista/Cidadania

PR – Partido da República/Partido Liberal

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional/Podemos

RWB – Reporters Without Borders

UBS – Unidade Básica de Saúde

INTRODUÇÃO

A discussão acerca do que vem a ser um Estado e as formas que ele surge e assume seu papel em cada local perpassa por uma série de particularidades e se apresenta em diferentes formas nos mais variados espaços e períodos temporais.

Com a conversão da humanidade em seres que dominavam a agricultura e conglomeravam-se em grupos cada vez maiores, as experiências vividas pelos indivíduos veio se alterando bem como a relação entre eles. De acordo com Hay e Lister (2006: 5), a agricultura, ao possibilitar a fixação de grupos humanos em uma determinada localidade, veio a determinar o surgimento das instituições e infraestruturas que proporcionaram toda uma rede que passava a viabilizar a projeção de poder e capacidade de governança. Foi na Mesopotâmia histórica que se formaram as primeiras sociedades a partir da revolução agrícola com seus membros agrupados em pequenas comunidades tais quais as cidade-estado em voga na Grécia Antiga. Se em certos momentos o poder emanava dos deuses e a figura suprema nada mais era que um deles – como possível observar no Egito Antigo -, na atualidade o poder representado pela figura do estado perpassa por diferentes modelos, baseados em conjuntos de leis e normas que visam estabelecer limites do escopo de ações daqueles que possuem o poder dentro da área sob sua égide (Buzan, 1983: 118).

Com o decorrer dos séculos, a raça humana observou sociedades em que era essencial agradar ao divino, seja através de sacrifícios em vulcões, seja através de rezas e festividades, de maneira a evitar retaliações. Fez-se a humanidade guerrear por terras, riquezas e tantas outras questões numa disputa de poder incansável, característica que se é presente até a atualidade dadas as devidas proporções e o Estado foi ganhando forma até chegar a que conhecemos hoje.

Perpassando pela personalização do Estado em um único indivíduo e com recursos à ele oferecidos a serem empregue a seu bel-prazer – a afirmação consagrada de “O Estado sou eu” do próprio Rei Sol sintetizando a realidade – e pelo manual abordando de que forma o príncipe deveria se portar de maneira a assegurar seus interesses, bem como pela insatisfação popular para com seus governantes resultando em revoltas e revoluções em diversos momentos com os mais diversos resultados, se é

possível notar o percurso tumultuoso pelo qual as diferentes sociedades passaram neste processo de adaptação à novas realidades. A instabilidade que se pôde observar com o decorrer dos séculos é de que havia algo que estava, aos poucos, se ruindo e ideias novas começavam a ditar as normas que estavam por vir.

Se na Idade Média imperava na Europa um sistema de submissão baseado em vassalagem e suserania, foi o modelo pautado no uso de trabalho escravo presente em outras sociedades que os precederam - com a máxima expressão no tráfico negreiro encabeçado pelos europeus tendo em vista as colônias no continente americano que perdurou, sendo as consequências desta relação de poder origem de atritos que persistem até a atualidade -, a alteração da relação das diferentes camadas sofreu uma drástica alteração no período que o sucedeu. A migração da população europeia dos campos para as cidades se deu em um processo que fomentou o surgimento de uma nova classe social, a burguesia, inicialmente dotada de recursos financeiros, mas carente em prestígio.

Com o decorrer do tempo, houve, gradualmente, a alteração na relação entre os mais distintos grupos e, consequentemente, a introdução dos interesses deles nas esferas de poder nos mais variados níveis. Se como declara Hart (1994: 100) “as bases de um sistema legal consistem na situação na qual a maioria de um grupo social habitualmente obedece às ordens estabelecidas pelas ameaças da(s) pessoa(s) soberana(s)¹”, a partir do momento em que os interesses mudam, o arcabouço jurídico precisa se adaptar.

A história das leis tem início na história da organização da sociedade humana. O Código de Hamurabi é o primeiro documento legal identificado na história, criado com o objetivo de proteger os mais fracos dos mais fortes e resolver disputas. Apesar de contar com uma série de limitações e respostas a ações diversas, a máxima que acaba por resumir o princípio da de Talião vem a ser ‘olho por olho, dente por dente’. Desde então os princípios legais passaram a ser indissociáveis à sociedade e foram alterados

¹ Tradução minha de Hart (1994: 100)

para se adaptar ao desenvolver de noções, surgimento de normas e, em última instância, as modificações na esfera social.

Se as leis de um sistema autoritário eram feitas por quem estava no poder para assegurar sua posição e modificadas de maneira a perpetuar seu domínio, o Estado precisava fazê-las valer a partir das suas instituições. Como declara Buzan (1983: 53), “as instituições do Estado abrangem toda a máquina do governo, incluindo seus corpos legislativo, administrativo e judiciário, e as leis, procedimentos e normas pelas quais eles agem”², assim sendo o Estado o grande criador do sistema que o sustenta e aquele que cria as regras para ele. À estas regras de como, o que e quem pode agir em que circunstâncias consiste na estrutura de ordem jurídica, esta que vem a influir na distribuição do poder dentro da região a qual ela se aplica (Buzan, 1983: 118).

O que se observou depois de algum tempo foi a proliferação de ideias sob as quais se propunha edificar um novo sistema, de maneira que o que se observa na atualidade foi o triunfo de noções dentro do escopo de democracia de direito, surgindo assim o Estado Democrático de Direito. A noção de democracia tem como base a origem da própria palavra: governo do povo. Seria, portanto, um sistema no qual o povo tem a capacidade de decidir quem exercerá poder sobre si e quem há de ocupar determinadas áreas do aparelho do Estado e conduzir todos apesar das vicissitudes ao passar do tempo.

A pergunta que surge desta noção é: quem é o povo? A quem é dado o direito de decidir sobre seus governantes? A resposta, como se pode observar na existência humana, varia segundo as localidades temporal e espacial. Em países de raiz escravocrata, era ofertado a possibilidade de opinar no seu representante àqueles livres, por exemplo, enquanto outros além da liberdade requeriam que o indivíduo fosse homem e dono de propriedade para tal. O sufrágio universal veio através de lutas de grupos minoritários – principalmente pessoas não-brancas e mulheres no que tange ao ocidente, aqui delimitado enquanto localidades nas quais os valores ocidentais fomentados na democracia liberal e capitalismo de mercado imperam (Kugler *apud*

² Tradução minha.

Ayerbe, 2003) – e, como era de se esperar, resultou na alteração do sistema legal até então vigente para acomodar as novas necessidades.

Artigo 1º, parágrafo único. “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (Brasil, 2016). É assim que a Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil define a fonte do poderio do Estado brasileiro, logo após declarar-se enquanto um Estado Democrático de Direito. Ora, sendo o Estado de Direito “uma ordem jurídica relativamente centralizada segundo a qual a jurisdição e a administração estão vinculadas às leis” (Kelsen, 1999: 218), há um sistema que estipula ações e reações. Assim sendo, uma constituição escrita impõe limitações substanciais (Hart, 1994: 68).

Mais adiante na constituição brasileira, já no Artigo 5º, a igualdade perante a lei é assegurada a todos independente da sua natureza (Brasil, 2016). Segundo Kelsen, há uma importância especial no que toca à constituição de determinado Estado dado que ela não apenas “regula a produção de normas gerais, [mas] pode também determinar o conteúdo das futuras leis” (Kelsen, 1999: 156). Este documento então passa a servir como guia e base legal de todo um conjunto de leis e normas que hão de vir.

Se do povo provém o poder, ao povo deve o poder se reportar. No Artigo 5º parágrafo XXXIII, lê-se:

“todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (Brasil, 2016)

O direito à informação, portanto, é garantido por lei exceto nos casos supracitados. Mas como esta informação chega à população?

Eis então que surge a mídia, a priori de forma impressa, vindo a se desdobrar através de rádio, televisão e por via digital com o decorrer dos anos, cujo compromisso vem a ser informar o indivíduo acerca dos mais variados acontecimentos, sobretudo àqueles de seu interesse. Sendo o Estado fruto da vontade do povo com suas ações e decisões repercutindo no povo, este é foco ativo do interesse popular. No caso brasileiro, a mídia apoia-se nos parágrafos IV e IX do artigo 5º da constituição –

respectivamente os que asseguram a liberdade de manifestação de pensamento e de expressão de comunicação – e em seu próprio código de ética que guia sua conduta e inclui a produção e divulgação de fatos verídicos que vão ao encontro do interesse público e a defesa dos direitos do cidadão e dos princípios legais e constitucionais (Federação Nacional dos Jornalistas, 2007).

A mídia, personificada pelos jornalistas e comunicadores, então figura como elemento primordial na ponte entre povo e Estado, este personificado pelos indivíduos que exercem poder ao terem sido escolhidos de maneira direta ou indireta pelo povo. Assim sendo, consiste em um pilar da existência de um Estado Democrático de Direito que age dentro dos princípios da lei, e deve ser preservado. Mas o que acontece quando aqueles que se dedicam a informar a população são silenciados por agentes do Estado? A própria democracia vê-se então fragilizada quando não há este grupo que possibilita a comunicação efetiva entre o Estado enquanto detentor de poder e povo enquanto aquele que o oferta.

É de se esperar que para um funcionamento transparente e efetivo do Estado houvesse o interesse de manter a mídia operando dentro do escopo que ela mesma propôs a partir do campo legal criado pelo próprio Estado.

Não é o caso.

A presente dissertação tem como objetivo analisar de que maneira o silenciamento da mídia – mais precisamente dos indivíduos que a alimentam – por parte do Estado – focado naqueles em que ocupam cargos dentro da estrutura do mesmo – acaba por prejudicar todo o sistema democrático. Para tal, se escolheu um estudo de caso que possibilitou uma restrição temporal e espacial no fenômeno, restringindo-o a determinada geografia – Edealina, uma pequena cidade em Goiás, unidade federativa brasileira – e ocasião – o assassinato ocorreu em janeiro de 2018, o julgamento em dezembro de 2019.

Primeiramente é necessário observar que não há uma abundância bibliográfica em termos do tema em si, o que tornou necessário consultar referências de múltiplas áreas para possibilitar uma construção mais robusta do quadro teórico que serve de base para a construção da presente dissertação. Assim sendo, cabe também mencionar

que esta pesquisa em momento algum almejou ser exaustiva no que tange aos aspectos teóricos relacionados aos conceitos-chave do presente estudo. Assim sendo, optou-se por uma abordagem mais prática, o que justifica a realização da entrevista, disponível na íntegra no anexo I.

Ter a possibilidade de consultar um membro do quadro jornalístico brasileiro que possui não apenas o conhecimento referente à esfera midiática no país obtido através da experiência prática já é por si só um fator enriquecedor para a construção do estudo de caso e análise do mesmo. Considerando que este membro esteve a par do processo de investigação do caso estudado nesta dissertação bem como presente no julgamento, a possibilidade de obter uma visão mais ampla e coesa é de grande mais-valia para este estudo. Uma vez que a proposta do mesmo é ofertar uma base teórica a ser comparada com a realidade, a análise do caso e a entrevista em questão possibilitam uma abordagem diferenciada e engrandecedora.

Antes de se chegar ao estudo de caso por si só, há um percurso a ser caminhado para uma maior compreensão não apenas do incidente em si mas de todo um processo de relações sociais e do fazer político no Brasil. Inicialmente se discutem conceitos básicos sem os quais não se é possível dar prosseguimento, sendo eles as definições de Estado, democracia e de Estado Democrático de Direito. Para a construção desta parte, se é feito uso tanto de literatura disponível acerca da temática bem como de documentos nacionais e internacionais de teor jurídico para se obter uma visão mais ampla acerca do emprego das definições por parte do conjunto legal em vigor.

Após as definições anteriormente mencionadas, embora sem pretensões de exaustividade, urge a contextualização do Brasil de maneira a se introduzir a geografia a ser analisada. Com este intuito, há a utilização da produção acadêmica acerca da formação brasileira a partir dos tempos coloniais, possibilitando que seja examinado as origens das relações sociais e de que forma as estruturas em vigor à época perduraram e influenciaram a sociedade local na atualidade.

Tendo passado por dois dos principais temas da dissertação, é o papel da mídia como um todo, levando à relação entre mídia e política e então seguindo para o lugar que ocupa no Brasil, que vem à tona através não apenas de consulta à literatura

disponível acerca da mídia e da história na mesma em terras brasileiras bem como através da consulta a documentos legais e ao código de ética dos jornalistas brasileiros. À estas três partes se junta o estudo de caso, onde se é feito uma análise mais restrita e minuciosa da localidade em questão – o Centro-Oeste brasileiro com todas suas particularidades de ocupação e desenvolvimento, o estado de Goiás, o papel de Brasília na região e, por fim, a caracterização de Edealina -, antes de se aprofundar no estudo de caso.

Dentro do estudo de caso, após a contextualização da região e do trabalho do radialista Jefferson Pureza, se é perscrutado sua atividade laboral que veio a ser motivo para colecionar opositores e, por fim, levar a seu assassinato. Menciona-se também de que maneira se deu a negociação do crime e a investigação do inquérito policial através de notícias obtidas e de entrevista com a Angelina Nunes, coordenadora do Projeto Tim Lopes que tem como objetivo ser uma resposta da Abraji ao assassinato de jornalistas e comunicadores pelo Brasil, de maneira a se obter uma percepção aguçada do decorrer dos fatos. Após estes dados, se é observado o resultado do julgamento de maneira a compreender como o judiciário brasileiro lida com crimes contra agentes midiáticos realizados por agentes do Estado.

Seguidamente se vê a conclusão, levando em consideração os fatores teóricos aplicados à prática, o percurso histórico que levou até o presente momento no qual mídia e relações políticas já foram estabelecidas em uma democracia de direito após anos de censura expressa. Sendo o Estado criador de seus mecanismos, é possível se perceber que ao se declarar um Estado Democrático de Direito e não ser capaz de aplicar de maneira igualitária os julgamentos e até mesmo punições por ele mesmo concebidas, há uma falha no sistema – falha que não poderia existir, dado que fomenta desigualdades. O que também se observa é de que forma silenciar a mídia – mais precisamente seus agentes através de seu homicídio – consiste em criar espaço para a danificação deste sistema democrático tal como foi concebido, em um movimento estatal de autossabotagem.

Capítulo I – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E CONCEITUAL

Nos dias atuais, a noção de uma democracia enquanto forma de governo como o suprasumo da evolução da sociedade é uma noção exportada e vocalizada a partir do ocidente que se orgulha em a defender e mostrar os avanços conquistados a partir de sua implantação. Baseada sobretudo em antagonismos – o nós *versus* eles do século XX existente durante a Guerra Fria -, a indissociabilidade de democracia e progresso é indiscutível dado a noção de que todo o arcabouço existente para a viabilização de um Estado nestes moldes traz a verdadeira igualdade de direitos e deveres. É num Estado democrático que, por fim, “todos os membros da sociedade são iguais” (Carnoy, 1988: 142).

Ao atender ao apelo das camadas sociais que bradavam pela possibilidade de interferir e opinar no sistema ao qual elas estão subjugadas, o Estado Democrático traz para si a legitimidade de seu poder através da legalidade do mesmo (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1998: 402). Não haveria, portanto, a noção de que esta nova forma estatal age para seu interesse próprio e sim para o interesse da maioria que, através do processo eleitoral, atribuiu a indivíduos funções dentro do sistema.

O que se passa é que apesar do poder de um Estado democrático ter sido imposto tendo como base a aprovação do grupo (Bonavides, 2011: 115), há a questão de que todo o Estado tem como gênese a força, dado que sem o controle da mesma não haveria um Estado e sim uma anarquia (Weber, 1982: 98). Assim sendo, “o Estado é uma relação de homens, dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima” (Ibid.).

Com o conjunto jurídico estabelecido para determinar as regras do jogo dentro da sociedade e legitimar o uso de violência por parte estatal, há a tentativa de minar o conflito inerente da existência do Estado enquanto necessário para garantir as liberdades, ao mesmo tempo em que este passa a consistir em ameaça aos indivíduos (Buzan, 1983: 20). Sabe-se que o Estado vem a uma comunidade social que, por sua vez, é “constituída por uma ordem normativa”, de forma que “a ordem normativa que constitui o Estado apenas pode ser a ordem de coerção” (Kelsen, 1999: 201). Destarte, as leis criadas por indivíduos dentro da máquina estatal escolhidos de maneira direta e

indireta buscam assegurar as limitações do emprego de força e mecanismos de coerção e violência por parte do Estado aos indivíduos.

Isto posto, uma questão simples emerge: como mensurar a democracia? Há certamente uma vasta gama de conceitos e requisitos discutidos na literatura, mas o processo de aferir o quanto esta é aplicada na realidade é um processo mais complexo. Sendo a ciência política o estudo do fenômeno político (Kellstedt e Whitten, 2018: 1), é necessário trazer para além da análise da literatura a maneira como a qual o organismo político se porta na realidade.

Uma das formas em que podemos observar em dados quantitativos o que é a democracia vem a ser o Democracy Index, publicado desde 2006 pelo EIU. Neste índice, a democracia é medida em cinco pontos, sendo estes:

- Processo eleitoral e pluralismo;
- Funcionamento do governo;
- Participação política;
- Cultura política;
- Liberdades civis.

A partir da definição destas variáveis as quais são atribuídas um valor de 0 a 10 aonde 10 é o melhor resultado, é compilado um ranking que contempla 167 posições, apresentando em cada um dos seus extremos respectivamente Noruega (9,87), Islândia (9,58) e Suécia (9,39) em oposição a República Centro-Africana (1,32), República Democrática do Congo (1,03) e Coreia do Norte (1,08) (The Economist Intelligence Unity, 2020).

O EIU ressalta que o ranking possui uma natureza mutável e que as posições e resultados precisam ser constantemente analisados para se passar uma melhor noção da realidade: os países podem se movimentar tanto para o progresso quanto para o retrocesso, alterando assim sua posição na lista. Dentre as razões que mais interferem nos resultados, consistindo em estagnação ou recuo na democracia – processo este notado através do declínio da média até mesmo em locais onde as democracias são consideradas avançadas (The Economist Intelligence Unity, 2020: 6), inclui-se o declínio nas liberdades civis, abarcando a liberdade de imprensa e liberdade de expressão (Ibid.).

A partir deste dado, percebe-se a relevância da imprensa e a sua relação com a própria democracia.

Ainda de acordo com o índice produzido pelo EIU, uma das áreas que se deve destacar é justamente a América Latina, tendo por base a afirmativa de que é a “região emergente mais democrática do mundo³” (The Economist Intelligence Unity, 2020: 16) apesar de apresentar um declínio no que tange ao “processo eleitoral, pluralismo e liberdades civis⁴” oriundo da existência de governos com elevados níveis de corrupção e violência. Há, então, a inefetividade do governo em cumprir com suas obrigações, o que gera a insatisfação da população, mina a confiança nas instituições políticas e na percepção de democracia (Ibid.).

Emerge então a importância de se analisar o cenário latino-americano de maneira a observar esta tendência. O que se passa, porém é que se trata de uma região extensa e muito populosa, sendo necessário haver um recorte mais preciso para uma investigação que almeja compreender a relação entre Estado e democracia, perpassando, como mencionado anteriormente, pela mídia. Para isso, destacar o maior país da região tanto em termos territoriais e populacionais veio a ser uma escolha para ver de que forma este ator regional expressivo age no escopo da temática.

Há uma série de produções que formam variados índices com o intuito de medir a democracia nos diferentes países. O índice mundial estabelecido pelo The Economist Intelligence Unit⁵, porém, chama a atenção ao levar em consideração sua reputação – atribuída tanto por se tratar de uma publicação realizada por um veículo de comunicação tradicional bem como pela variedade de *experts* que emprega na

³ Tradução minha.

⁴ Tradução minha.

⁵ O The Economist Intelligence Unity, parte do The Economist Group, foi criado em 1946 é formado por um time global de economistas, analistas políticos e outros experts em variadas áreas que recolhe informações e produz análises de pesquisa em múltiplas frentes, incluindo porém não se limitando a eleições nacionais, comércio internacional e cidades sustentáveis (<https://www.eiu.com/n/about/>). As produções do EIU são utilizadas por instituições da Ivy League e pelas principais escolas de negócios do mundo, sendo visto enquanto confiável por parte de instituições acadêmicas devido a previsões corretas e inteligência que dá suporte aos currículos destas instituições e serve como fonte das pesquisas por elas realizadas (<https://www.eiu.com/n/who-we-help/academic-institutions/>).

confeção dos mesmos – e o fato de ser constantemente utilizado por várias instituições acadêmicas de renome, a exemplo das universidades partes da *Ivy League* estadunidense. Assim sendo, consultá-lo consiste em uma importante etapa para se delinear a situação democrática em determinado país.

Segundo este índice, o Brasil é retratado enquanto uma democracia falha, ocupando a 52ª posição, ao passo que quanto se tem em consideração a região – dividida pelos organizadores em América Latina e Caribe –, figura em 10º (The Economist Intelligence Unity, 2020). Ao se observar os dados desde 2006, vê-se que o país permaneceu sempre acima da média da região, porém há uma tendência a ser levada em consideração: os números têm caído, sendo o valor mais alto – 7,38 – presente nos anos de 2006 e 2008, até se chegar no menor valor desde então – 6,86 – em 2017 e 2019 (Ibid.). Vê-se então que a tendência latino-americana apontada no relatório é realidade no país.

Passada a medição da democracia em termos numéricos, é necessário consultar outro índice para verificar a questão da liberdade de imprensa trazida à tona pelo índice do EIU. De acordo com o índice de liberdade de imprensa mundial do Reporters Without Borders que leva em consideração 180 países, os extremos se repetem: no topo dos países com maior liberdade de imprensa está a Noruega, enquanto a última posição é dada à Coreia do Norte (Reporters Without Borders, 2020). Apesar das posições não serem as mesmas em ambas – Islândia e Suécia, segundo e terceiro lugar no índice do EIU figuram respectivamente em 4º e 15º no índice RWB, enquanto o segundo e terceiro lugar do ranking do RWB correspondem ao 5º (Finlândia) e 7º (Dinamarca) no índice do EIU –, se observa que em ambos os casos os países permanecem no top 10%. Mesmo que o desempenho da República Centro-Africana a coloque em 132º enquanto a República Democrática do Congo alcança a 150ª posição, deixando Eritreia (152ª no índice do EIU) e Turcomenistão (162º lugar) nas últimas posições junto a Coreia do Norte, estes últimos também estão entre os 10% mais mal colocados em ambas as classificações.

Os dados, portanto, são essenciais para se provar a relação entre democracia e liberdade de imprensa, mas não são o suficiente. Urge então a necessidade de se buscar na literatura explicação para o fenômeno, criando assim o que é definido por Hernández

Sampieri *et al.* (2014) uma investigação de caráter misto, com elementos quantitativos – a fim de medir fenômenos e possibilitar um processo dedutivo – e qualitativos – ao buscar como a realidade é experienciada através de um processo indutivo que inclui a revisão de documentos e possibilita uma contextualização do fenômeno (Ibid.).

Após a coleta dos dados dos índices previamente mencionados, surge então a pergunta de pesquisa: como é que o Estado prejudica a democracia ao atacar a mídia? O tema é de fato abrangente e para uma melhor compreensão, cabe o refinamento da pesquisa, escolhendo um espaço físico e temporal para a análise. Conforme citado anteriormente, a escolha geográfica recaiu no Brasil por se tratar de um dos maiores países do mundo, de população expressiva e influência na América Latina. Tendo em vista a verificação de um fenômeno observado na literatura e nos números na realidade, a presente dissertação faz uso de um estudo de caso, restringindo ainda mais a análise à figura do radialista Jefferson Pureza, assassinado em janeiro de 2018 em Edealina, cidade a 340 quilômetros de Brasília, em consequência do exercício de seu ofício, após realizar denúncias a membros do governo da esfera local.

A estrutura deste trabalho tem como início o Capítulo II no qual se debate primeiramente no que consiste um Estado, definições de democracia e Estado Democrático de Direito, para além de questões jurídicas a ele associadas no cenário internacional e no cenário interno, introduzindo o caso brasileiro. Para buscar bases fortes na fundamentação, se utilizam autores reconhecidos nas áreas abordadas, dentre os quais se destacam Weber, Bobbio, Buzan, Bonavides, Kelsen e Hart, para além de documentos vitais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Constituição da República Federativa do Brasil, entre outros.

No capítulo seguinte é realizado uma contextualização histórica brasileira, numa abordagem cronologicamente longa, tendo como ponto de partida a sociedade colonial enquanto formador da sociedade brasileira, que tem como objetivo identificar as relações sociais existentes desde o princípio do Brasil enquanto Estado e as tendências que perduraram e vieram a surgir. Para tal, serão utilizados alguns dos maiores nomes no que se refere à estas interpretações de Brasil, sendo eles Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Victor Nunes Leal de maneira a criar um quadro consolidado que

consiga ser compreendido para se passar para o capítulo IV, onde há de se discutir o papel da mídia e, mais precisamente, a mídia no Brasil. Para falar da temática se é empregue um conjunto de leis acerca da temática, a incluir a Constituição, para além de outros documentos como o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. A isto será adicionado o livro de Wilson Gomes analisando as transformações da política na era da comunicação de massa, o papel de Hipólito da Costa enquanto patrono da imprensa brasileira através do livro de Rizzini e de um artigo complementar de Munaro.

Por fim chega-se ao estudo de caso propriamente dito. Tendo origem na pesquisa médica (Ventura, 2007), a utilização de estudos de caso ambiciona obter conhecimento acerca de algo tendo como ponto de partida a análise profunda de um caso em particular (Ibid.). O princípio por detrás desta abordagem consiste em pegar um exemplo com claras delimitações no que tange a tempo e espaço para se realizar uma busca minuciosa de todas as informações nele existentes (Ibid.). Assim sendo, este processo consiste em uma ferramenta que possibilita a utilização de “casos atípicos ou extremos para melhor compreender os processos típicos” (Ventura, 2007: 386), trazendo como vantagem uma série de questões dentre as quais se destacam a ênfase no caráter multidimensional de uma determinada questão e a simplicidade no que se refere aos procedimentos adotados, bem como proporciona um cenário no qual se é possível investigar com esmero de que forma os processos se dão e quais as relações entre eles (Ibid.).

Para este, coletou-se texto produzido pelo Programa Tim Lopes da Abraji, que esteve no local e apurou não apenas o acontecimento em si bem como realizou o levantamento da situação, para além da realização de uma entrevista com a coordenadora do programa de maneira a traçar um preciso e confiável relato acerca do caso em questão. Para além disso, será levado em conta o resultado do julgamento realizado em dezembro de 2019 de maneira a auferir de que forma há a retaliação a crimes realizados por agentes do Estado que de maneira direta silenciam a mídia e ferem os princípios democráticos.

Capítulo II - O QUE FAZ DO ESTADO UM ESTADO

Apesar de consistir em uma instituição onipresente na sociedade, há diferentes maneiras de se caracterizar o que é um Estado a partir de variadas percepções de mundo e campos do saber. Hay e Lister (Hay, Lister e Marsh, 2006: 1) discorrem acerca das múltiplas definições que o Estado significou e significa a partir de diferentes autores, referindo que Estados são capazes de “mobilizar populações para a defesa de seus domínios, regular, monitorar e policiar a conduta dentro da sociedade civil, intervir (...) na economia; e regular o fluxo de informação dentro da esfera pública (...)”⁶ para mencionar algumas de suas habilidades.

Buzan (1983:13) declara que o Estado é a maior expressão de ordem política que até então foi desenvolvida, sendo este capaz de apresentar formas e facetas variadas, não se limitando, portanto, a uma forma restrita. A partir deste caráter amorfo, o Estado pode se adaptar de maneira a abranger as realidades variadas em diferentes momentos históricos e localizações espaciais. O Estado Moderno é por sua vez definido por Hay e Lister (2006) enquanto a autoridade suprema em determinado território, definição esta que pode ser completada por Bonavides (2011: 115) que declara que o Estado Moderno vem a ser a sintetização de um processo de despersonalização de poder. Este decorrer dos eventos consiste na alteração da localização do poder, que é transferido para instituições tendo como base a aprovação de um grupo em um processo que se caracteriza como poder direto em oposição a então existência do poder indireto nas mãos de um indivíduo que fora imposto pela força.

A questão da força é uma recorrente no que se refere à definição do Estado. Weber (Hay e Lister, 2006: 8) vê o Estado a partir de uma ótica de organização e emprego de meios de coerção e força física, sendo o Estado Moderno aquele que possui o monopólio da criação de leis em um território que é sustentado pelo monopólio dos mecanismos de violência no mesmo território. Sendo o conceito de Estado apenas vigente enquanto há instituições sociais que detém o uso da violência (Weber, 1982) – pois caso não houvesse este fenômeno haveria uma situação que poderia ser definida enquanto anarquia -, Weber salienta que a força não consiste no “meio normal, nem

⁶ Tradução minha.

único, do Estado (...), mas um meio específico ao Estado” (Weber, 1982: 98.), determinando assim o monopólio dos mecanismos de coerção e violência enquanto um dos fatores que devem ser observados ao se caracterizar um Estado como tal.

Para além da característica observada acima enquanto essencial na definição de um organismo enquanto Estado, Weber (1982) adiciona outra: território. Para o autor, há inclusive a correlação entre os dois atributos aqui já mencionados. Segundo ele:

“Hoje, porém, temos de dizer que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. Note-se que território é uma das características do Estado. Especificamente, no momento presente, o direito de usar a força física é atribuído a outras instituições ou pessoas apenas na medida em que o Estado o permite. O Estado é considerado como a única fonte do “direito” de usar a violência.” (Weber, 1982: 98).

Em outras palavras, o que Weber define é que um Estado para o ser precisa não apenas possuir o monopólio dos mecanismos de coerção e violência, mas ter também a soberania e capacidade para fazer uso do mesmo em determinado território ao qual ele exerce seu poder. Ainda na temática, o autor declara que Estado consiste em uma relação de dominação de homens sobre homens, sendo mantida justamente através da violência legítima⁷.

Ainda no âmbito do poder estatal, cabe salientar outra característica: a indivisibilidade do poder (Bonavides, 2011). Este poder é caracterizado por ter uma natureza integrativa, descrita por Bonavides (2011) como aquela que possibilita que o portador do poder do Estado não seja uma ou várias pessoas físicas, “mas sempre e indispensavelmente a pessoa jurídica, o Estado” (2011: 117). Junto a este ponto, há outra característica dele derivado que vem a ser a capacidade de auto-organização de um Estado oriunda do seu poder que lhe permite organizar a maneira na qual este poder há de ser exercido em diferentes esferas (Bonavides 2011: 117).

Temos, até agora, a concepção de que há uma série de requisitos para um Estado o ser: exercício de autoridade, monopólio da força, território e possuir a indivisibilidade

⁷ Ibid.

do poder. Aos pontos já previamente explorados, se é necessário adicionar mais alguns. Buzan (1983) declara que Estados, em contraposição a organismos biológicos, não possuem um ciclo de vida pré-determinado de início, meio e inevitável fim, mostrando a complexidade inerente ao que se chama Estado. À ideia de território, Buzan adiciona a necessidade de uma população enquanto parte integral para a existência física do Estado, ressaltando que apesar de ser essencial que ambas existam para que haja Estado, a presença de ambos não significa automaticamente a existência deste: o Estado existe “primeiramente no campo social do que no plano físico⁸”, sendo mais “uma entidade metafísica, uma ideia comum a um grupo de pessoas do que um organismo físico”⁹. A conclusão que o autor faz é de que sim, é necessário existir uma base física para a existência de um Estado, mas que não é a única questão necessária.

Sendo a base física de um Estado a população e o território, é importante lembrar que toda a riqueza nele previamente existente ou produzida dentro de suas fronteiras também faz parte das bases físicas do mesmo (Buzan, 1983: 62). Esta riqueza só pode ser obtida e empregue para os fins vistos como necessários quando o Estado possui a soberania para tal. Esta soberania vem a ser adquirida a partir de uma estrutura construída do Estado para o Estado, uma vez que o conjunto população + território + instituições que controlem a base física + a ideia do Estado na mente dos indivíduos não é o suficiente para atribuir o caráter estatal (Buzan, 1983: 40).

Tendo o Estado o controle sobre a força em uma determinada região, é possível perceber a dualidade a partir da perspectiva do indivíduo: se o Estado faz uso de sua prerrogativa com fins de se mostrar como a maior organização que exerce controle em uma localidade, ele se torna por si só uma das fontes de ameaça contra o indivíduo (Buzan, 1983: 20). A manutenção do Estado enquanto o responsável pelo “menor de dois males” (Ibid.) frente às ameaças de caráter variado pré-existentes perpassa por uma estrutura criada por ele para fornecer um sistema de distribuição de poder (Bonavides: 2011: 118). Com este, permite-se uma organização que fomenta a confiança e legitimidade junto à população.

⁸ Buzan, 1983: 38, tradução minha.

⁹ Ibid., tradução minha.

As instituições governamentais enquanto parte integrante do corpo de um Estado vem ao encontro da ideia de que “todo poder carece do aparelho administrativo para a execução das suas determinações. O que legitima o poder não é tanto, ou não é só, uma motivação afetiva ou racional relativa ao valor: a esta se junta a crença na sua legitimidade” (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1998: 402). Ora, para justificar a “fé na legitimidade [que] se resolve em fé na legalidade” (Ibid.), é necessário portanto um corpo de normas e leis para justificar as ações por parte do Estado e dos indivíduos inseridos nele. Este corpo vem a ser baseado em uma estrutura do sistema jurídico que, apesar de existir com diferentes formas a depender da localidade analisada (Buzan, 1983: 42), consiste em outra das bases essenciais para a existência de um Estado. É o corpo jurídico que apazigua a dicotomia de Estado enquanto aquele que protege, mas também é fonte de ameaça.

Dentro deste corpo jurídico uma das fontes materiais comum consiste na constituição. Segundo Hart (1994: 69), é este documento que “efetivamente restringe os poderes legislativos da legislatura suprema no sistema (...) impondo não deveres legais, mas incapacidades legais. ‘Limites’ aqui implicam não na presença de um dever, mas na ausência de poder legal¹⁰”. É, portanto, a constituição que determina os limites da ação dentro de um território por parte de um Estado.

A razão do papel do direito enquanto forma de assegurar e delimitar ações estatais surge a partir da noção de que o direito possui raiz no campo da moral, sendo “parte constitutiva da ordem moral” pois “o Direito é moral e, portanto, é por essência justo” (Kelsen, 1999: 45). Para o autor, o direito possui a incumbência de não apenas produzir o conjunto de leis válidos, mas também assegurar a execução das mesmas a partir da sua dupla função enquanto produtor e aplicador de si próprio (Ibid.: 107). É necessário salientar, porém, que este conjunto da legislação não se aplica apenas ao Estado, mas também aos indivíduos, dado que estes podem ser sujeitos de direitos e deveres (Ibid.: 111).

Na perspectiva jurídica, portanto, o conceito da forma do Estado perpassa pelo “método de produção de normas gerais regulados pela Constituição” (Kelsen, 1999:

¹⁰ Tradução minha.

195). Isso faz do Estado um poderoso organismo social que também vem a ser sujeito dentro da esfera jurídica considerando sua posição de submissão ao direito, sendo “por ele obrigado e dele recebe direitos” (Ibid.: 199). Kelsen ressalta ainda que a partir do ângulo do direito há também a noção de que o Estado é “uma ordem de coação (...) exercida de indivíduo a indivíduo e regulada por essa ordem” (Ibid.: 200), trazendo outra característica ao que é um Estado: é preciso que haja uma ordem jurídica para ele o ser (Ibid.), apesar de que a existência de uma ordem jurídica por si só não pressuponha a existência de um Estado. Mais precisamente,

“para ser um Estado, a ordem jurídica necessita de ter o caráter de uma organização no sentido estreito da palavra, quer dizer, tem de instituir órgãos funcionando segundo o princípio da divisão do trabalho para criação e aplicação das normas que formam; tem de apresentar um certo grau de centralização. O Estado é uma ordem jurídica relativamente centralizada” (Kelsen, 1999: 200)

Às noções previamente exploradas de o que compõe um Estado são novamente abordadas pela perspectiva jurídica que oferece definições mais precisas do que elas significam. Kelsen (1999: 201) declara que a partir do momento em que se vê o Estado enquanto uma comunidade social, há a necessidade de se existir uma ordem normativa, nem que seja esta a única e somente a ordem tendo como base a coerção (Ibid.). Definindo que os elementos que fazem de um Estado tal – nomeadamente território, população e poder -, o autor declara que estas características só podem ser definidas juridicamente, significando que “apenas podem ser apreendidos como vigência e domínio de vigência (validade) de uma ordem jurídica” (Ibid.).

À toda questão já referida nesta dissertação, é preciso adicionar ainda mais uma perspectiva, a social. De acordo com Bonavides (2011: 67), “a organização estatal representa uma forma de Sociedade apenas”, sendo, portanto, o Estado reflexo da sociedade na qual ele é formado e sob a qual ele age. É natural concluir que assim o sendo, o Estado acaba se tornando objeto do conflito social (Buzan, 1983: 30) e, por conseguinte, sujeito a reproduzir as contradições e dinâmicas de poder já existentes. É então que se aplica a existência de um arcabouço jurídico criador de regras e preceitos a serem seguidos por aqueles inseridos nesta situação, lidando com o desafio de como

assegurar as “liberdades de uma comunidade sem ampliar a opressão exercida por uma autoridade” (Ibid.: 20). Entra assim o elemento da participação popular dentro do Estado Democrático de Direito.

2.1 População e Democracia de Direito – O Estado e o Indivíduo

A população nada mais é do que o conjunto de indivíduos pertencentes a um Estado que se encontram “submetidos a uma determinada ordem coerciva relativamente centralizada” (Kelsen, 1999: 201). Em um Estado de Direito – definido por Kelsen (1999: 218) como “ordem jurídica relativamente centralizada segundo a qual jurisdição e a administração estão vinculadas às leis” -, onde há um conjunto de direitos e deveres a serem oferecidos e esperados dos indivíduos, a participação popular é um importante ponto a ser considerado.

Segundo Schumpeter (Carnoy, 1988: 50), há certas especificidades quando se aborda esta questão. A primeira delas consiste na inexistência de um bem-comum a ser considerado ponto pacífico, uma vez que esta definição possui características variadas para cada indivíduo; a segunda faz referência ao caráter individual na decisão de um processo democrático, invalidando a máxima de vontade popular quando esta é oriunda de motivações particulares. A terceira, por sua vez, ressalta que como regra geral há a falta de informação e/ou a falta de interesse por parte daqueles inseridos no processo de decisão popular no que tange aos problemas políticos, exceção existente quando se menciona questões as quais afetam cada um de maneira direta, por via econômica. Assim sendo, conclui Schumpeter, “antes de agir no sentido de bem-comum, eles agirão com base nos interesses próprios, individuais” (Ibid.).

Surge então um ponto de tensão em um Estado democrático com participação popular: como determinar o que deve ser feito dado que não é possível atender às reivindicações de toda uma população? Como garantir as necessidades econômicas dos indivíduos dado que estas possuem caráter de força motriz no processo de tomada de decisão?

Poulantzas (Carnoy, 1988: 142) vem argumentando que o conceito de democracia foi promovido por uma ideologia capitalista no que se refere à esfera política enquanto condição necessária para que haja, de fato, uma sociedade

democrática de massa. Para o autor, a ideia de que há uma igualdade entre todos os membros da população a partir da noção de equidade no que se refere a capacidade de decisão, explicada pela máxima de uma pessoa igual a um voto. Assim sendo, a arena política – composta, inclusive, pelo aparato legal – sendo convertida em um espaço onde todos os membros possuem a sua vontade considerada com o mesmo peso, o que acaba por desviar a atenção das lutas de classe dentro das dinâmicas de poder intrínseca à sociedade capitalista da luta do campo econômico para a cabine eleitoral.

Mais uma vez é imprescindível compreender o papel das leis dentro de um sistema. De acordo com Kelsen (1999: 218), são as normas estabelecidas por um parlamento eleito pelo povo – que pode ou não contar com a intervenção de um chefe de Estado – que garantem a ideia de que há ordem e organização nas ações nas mais variadas esferas. Precisa haver, portanto, “tribunais [que] são independentes e certas liberdades dos cidadãos, particularmente a liberdade de crença e de consciência e a liberdade da expressão do pensamento são garantidas” (Ibid.).

A partir de um processo eleitoral e da escolha dos representantes de maneira direta e/ou indireta dos sistemas legislativo, executivo e judiciário, os que alcançam posições de poder são então vistos enquanto representantes do povo e da vontade geral – mais precisamente da maioria, no caso de voto direto¹¹. O que se vê é, portanto, que os eleitos são capazes de criar e alterar leis que regulam o funcionamento de suas ações. Cabe então a relevância de um sistema legal que restrinja abusos e propicie a existência de direitos inalienáveis como há na constituição, documento de maior força jurídica dentro do Estado e que, para ser alterada, necessita de todo um processo complexo.

“Toda função definida pela ordem jurídica pode ser atribuída ao Estado como personificação desta ordem jurídica” (Kelsen, 1999: 204). Esta frase ressalta o papel do Estado enquanto ator de um sistema. Ora, se o Estado Democrático de Direito não possui um corpo físico próprio capaz de atuar ofensiva e defensivamente e regular o que se passa, quem é o Estado? Como já indicado nos parágrafos anteriores, o Estado é um

¹¹ Sistemas eleitorais como o em voga nos Estados Unidos da América possuem características específicas de contagem de voto que podem acabar por eleger um indivíduo que não obteve o voto da maioria da população, como se pode observar no caso das eleições presidenciais de 2016, onde apesar de Trump contar com 47% dos votos e Clinton com 48%, Trump ascendeu à Casa Branca (<https://www.bbc.com/news/election/us2016/results>).

conjunto de órgãos, formados por indivíduos. Isto significa que ao exercer sua função um determinado órgão representa o povo, são os indivíduos dentro deste órgão no exercício de sua função que o fazem. Em suma: aquele que trabalha enquanto membro do Estado é a personificação dele.

Obviamente não existe uma arrogância e superioridade da noção de *l'État c'est moi* de Luís XIV justamente por estes indivíduos estarem condicionados a atuar em prol do interesse popular seja devido ao caráter moral ou jurídico de suas funções (Kelsen, 1999: 209). Contudo, existe sim a ideia de que um indivíduo representa o Estado, fenômeno mais fácil de ser observado em comunidades menores.

2.2 Do Direito Internacional à Constituição: Particularidades do Brasil pós 1988

A relevância de um conjunto de leis vigentes e aceitas em diferentes localidades do globo perpassa por mais uma noção dentro do que ser um Estado significa: para além dos três tópicos centrais extensivamente detalhados em seções anteriores, “um Estado tem de gozar do reconhecimento diplomático dos demais Estados” (Mingst e Arreguín-Toft, 2014: n.d.). Há então a necessidade de um reconhecimento externo para que um Estado possa de fato atuar na esfera internacional e este nada mais é do que resultado da sua projeção de poder ou do poder de seus aliados. Conclui-se, portanto, que a partir destas dinâmicas há uma relação de “poder [dos Estados] uns em relação aos outros e em relação aos seus atores internos” (Ibid.).

Na esfera internacional Estados podem se agrupar em grupos variados de interesses diversos, chegando a firmar acordos entre si que posteriormente serão revisitados por seus mecanismos internos legais – formados por representantes das populações em específico – para serem, de fato, validados e passarem a compor as bases legais vigentes em determinado território. A maior organização internacional vem a ser a Organização das Nações Unidas. Fundada em 1945 e atualmente contando com 193 membros (Organização das Nações Unidas, n.d.), a organização se propõe em oferecer um espaço para propiciar o diálogo e negociação entre seus membros, se colocando enquanto um mecanismo à disposição destes na busca de áreas de comum acordo e de solução de problemas em conjunto (Ibid.).

Aqueles que participam da ONU compreendem que a missão e o trabalho dela têm como base o seu documento fundador, a Carta das Nações Unidas (Organização das Nações Unidas, n.d.). Ao assinar e retificar o documento, os Estados compreendem que a organização almeja manter a paz e segurança internacional, desenvolver relações amistosas entre os Estados, conseguir a cooperação internacional para solucionar problemas e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e liberdades (Organização das Nações Unidas, 1948a). A organização também discorre acerca dos princípios de igualdade entre os Estados, da não interferência em assuntos internos da alçada de cada um de seus membros e do compromisso dos seus membros com os princípios descritos pelo documento (Ibid.), fornecendo assim uma base legal do direito internacional que se aplica àqueles que compactuam com o mesmo.

Ainda no escopo da ONU, cabe a menção a outro documento de extrema importância e que vêm servido de base para o direito internacional no que tange aos direitos dos indivíduos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Confeccionada em 1948, este documento almeja ser válido para todos os povos e nações de maneira que os direitos nele contidos sejam garantidos e propiciados para a população de todos os Estados e de todos os territórios que venham a se encontrar sob sua jurisdição (Organização das Nações Unidas, 1948b). A declaração então discorre sobre a igualdade entre os indivíduos independente de etnia, religião, gênero e outras particularidades de serem sujeitos que nascem livres e dotados dos direitos básicos que incluem embora não se limitem ao direito à vida, igualdade jurídica e presunção de inocência (Ibid.). Para a presente dissertação, porém, dois artigos serão colocados em evidência:

“Artigo 18° - Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19° - Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de

fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.”
(Organização das Nações Unidas, 1948b)

No direito internacional, portanto, reside a ideia de liberdades individuais inalienáveis. O indivíduo pode expor suas ideias e opiniões acerca de variadas temáticas sem temer represália, podendo se fazer ouvir em uma miríade de cenários aos quais se inclui a participação popular no processo eleitoral, mencionada anteriormente.

Há uma pletora de organizações internacionais das quais os Estados podem se agregar, sendo estas de naturezas variadas, incluindo econômica (como o caso do Fundo Monetário Internacional), securitária (Organização do Tratado do Atlântico Norte, por exemplo), cultural (como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e regional (a exemplo da Organização dos Estados Americanos) entre outros. A motivação para se integrar a cada um destes grupos varia de Estado para Estado e de momento histórico, porém sempre almeja beneficiar os membros, seja enquanto indivíduos, seja no coletivo.

Ainda no campo do direito internacional e de organizações internacionais, vem à tona a existência da Organização dos Estados Americanos. Sendo o mais antigo organismo regional do mundo (Organização dos Estados Americanos, n.d.), a OEA foi criada em 1948 e, atualmente, conta com os trinta e cinco Estados independentes das Américas entre seus membros, sendo o principal fórum nas esferas político, judicial e social da região (Ibid.). Baseando-se nos pilares de democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento (Ibid.), a organização conta com sua própria produção de base jurídica a qual está submetida, seja ela no que tange a estrutura da mesma, seja no que seus membros assinaram e se comprometeram a empregar em seus territórios.

Entre os documentos nela confeccionados, um dos mais importantes vem a ser a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como o Pacto de San José da Costa Rica. Indo na direção do que já havia sido forjado pelas Nações Unidas, este documento discorre sobre uma série de direitos que devem ser assegurados a todos nos territórios que a ele subscrevem. Para o objetivo desta dissertação, cabe notabilizar um em especial: o artigo 13º, o qual aborda a questão da liberdade de pensamento e expressão, afirmando que:

“1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.

O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito à censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei a ser necessária para assegurar:

- a) o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou
- b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral pública.

3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de freqüências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões.” (Brasil, 1992)

Vê-se, assim, a relevância deste particular direito. Ao assegurar que todo e qualquer indivíduo possui liberdade de pensamento e de expressão, este documento oferece mais um respaldo à temática e reitera a força a qual se deve empregar para garanti-lo. A menção à indispensabilidade de um cenário onde o ato de se manifestar não pode ser sujeito à repressão por meios diretos ou indiretos perpassa pela noção de que é necessário haver participação popular em uma sociedade. Esta atuação sem coação faz com que esta sociedade tenha total liberdade de discutir seus pontos de vista e então eleger seus representantes segundo seus interesses, conforme mencionado na seção anterior.

No caso do Estado brasileiro, o primeiro documento a ser consultado para descobrir a direção que ele se propõe tomar vem a ser a Constituição. Firmada em 1988 e sofrendo certas alterações desde então, o documento já anuncia em seus primeiros artigos que caráter a República Federativa do Brasil possui, explicitando suas especificidades. Assim sendo, lê-se:

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I—a soberania;

II—a cidadania;

III—a dignidade da pessoa humana;

IV—os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V—o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” (Brasil, 2016)

O Brasil traz para si, portanto, a característica de um Estado Democrático de Direito, declarando seus fundamentos e mencionando o que julga ser a fonte do poder: a *vox populi*. Vindo do povo para o povo: este é um dos fundamentos que o Estado brasileiro abraça, expressando-se enquanto instrumento de uma vontade popular em oposição àquele que o domina através do monopólio da força.

Um dos artigos mais relevantes no âmbito dos direitos dos indivíduos e que cabe menção vem a ser o artigo 5º. Como é possível ver a seguir, ele vai ao encontro tanto da Carta das Nações Unidas quanto ao Pacto de San José da Costa Rica, colocando em relevância logo em um dos primeiros pontos a importância de se zelar pelos direitos de cada membro da sociedade. Nele, observa-se o seguinte texto:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...) III—ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV—é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V—é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

(...) IX—é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

(...) XI—a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

(...) XXXIII—todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (...)" (Brasil, 2016)

O presente excerto salienta para além das questões de direitos do indivíduo, o papel do Estado em assegurar que estes sejam concedidos ininterruptamente, tendo como base os conceitos de democracia e direito existentes no Estado que se determina detentor de tais, como pudemos ver no primeiro artigo. O documento segue discorrendo sobre cada particularidade no campo físico e ideológico do funcionamento do aparato estatal nos artigos seguintes, mas outro ponto, identificado ainda nos primeiros artigos, chama a atenção. No artigo 23º, "é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (EC no 53/2006 e EC no 85/2015) I—zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público (...)" . A constituição brasileira consiste, assim, em algo que deve ser cuidado e seguido fielmente em todas as instâncias do poderio estatal para o funcionamento pleno de todo aparato de Estado.

CAPÍTULO III - BRASIL

Em um primeiro momento cabe, para fins de contextualização, realizar um breve apanhado histórico para uma maior compreensão das características específicas que moldaram o Brasil até a atualidade antes de entrar nos pormenores, o que será realizado ainda neste capítulo *a posteriori*.

O que hoje é chamado de Brasil teve por base um processo de colonização realizado por parte dos portugueses, que chegaram ao local pela primeira vez em 1500 e permaneceram colonizando até 1822, quando o país declara sua independência (CIA, 2020). O país, contudo, segue um caminho menos comum e permanece enquanto uma monarquia, sendo seu imperador o herdeiro do trono português, até o ano de 1889, quando os militares proclamam a república e dão fim ao sistema até então vigente (Ibid.). Ainda no âmbito político, cabe ressaltar o domínio daqueles envolvidos na exportação de café até a eleição de Getúlio Vargas, em 1930, bem como o período do estabelecimento de uma ditadura militar que vigorou de 1964 a 1985 (Ibid.).

O Brasil não apenas é o maior e mais populoso país da América Latina (CIA, 2020), mas também figura entre os maiores países do mundo no alto de seus 8.515.770 quilômetros quadrados, ocupando a quinta¹² posição atrás da Rússia, Canadá, Estados Unidos e China (Ibid.). A população de estimada de 211.755.692 (IBGE, n.d.a.) o coloca enquanto sétimo país mais populoso do mundo, atrás somente da China, Índia, Estados Unidos, Indonésia, Paquistão e Nigéria (CIA, 2020), apesar da distribuição dos habitantes em seu território ser irregular com a vasta maioria concentrada nas áreas costeiras (Ibid.).

Apesar de contar com a maior parte do seu PIB no setor de serviços – mais precisamente 72,7% (CIA, 2020) – seguido pelo setor industrial (20,7%) (Ibid.), a agricultura é indissociável da economia nacional, com 32,9% do território do país sendo zona agricultável (Ibid.). O Brasil vem a ser o maior exportador de café do mundo (Suplicy, 2013), posição que ocupa há mais de um século e que lhe proporcionou não apenas reconhecimento no ramo como também incontestável domínio na produção:

¹² O CIA World Factbook coloca o Brasil em sexto lugar nos países de maior área, porém considera a Antártica o segundo maior. Pelo fato de a Antártica não consistir em um Estado e sim em um território com a presença de vários outros Estados, não foi levado em consideração nesta dissertação.

um terço do café mundial é produzido no país (Ibid.). Para além do café, o país também é o maior produtor de soja no cenário mundial (EMBRAPA, 2020), terceiro maior produtor de milho (Canal Rural, 2020) – este que vem a ser o segundo grão mais produzido no país (Ibid.) -, o maior produtor de cana de açúcar e de açúcar bem como o segundo maior produtor de etanol (IEA-SP, 2020).

Para além dos números já destacados, cabe ressaltar que o Brasil também vem a ser o maior produtor mundial de citros¹³, responsável por 25% da produção mundial (Yara Brasil S.A., n.d.) e que possui números expressivos na produção de arroz, trigo e bife que, junto com o cacau, figuram nos principais produtos agrícolas do país (CIA, 2020).

A partir destes dados se é possível comprovar a relevância nacional no que tange ao comércio de bens agrícolas no cenário mundial. A tradição de produção de insumos primários acompanha a história do país e a forma na qual ela se iniciou acabou por gerar uma série de condições que afetaram direta e indiretamente a sociedade no presente, como será discutido na seção a seguir.

3.1 – Das *Plantations* à Organização Social

O que hoje conhecemos como Brasil já consistiu em uma colônia portuguesa que posteriormente passou a abrigar a Família Real Portuguesa que chegou em 1808 ao fugir da invasão do Reino por parte de Napoleão (Receita Federal, 2018). Se o fato de sediar a coroa já apresenta uma peculiaridade própria do país por si só, a Carta de Lei que vem a ser expedida em 16 de dezembro de 1815 onde o então Príncipe Regente, Dom João VI, eleva o Brasil à categoria de Reino, formando assim o Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves (Supremo Tribunal Federal, n.d.) consolida a noção de que as particularidades brasileiras desempenham grande papel no que se refere ao seu percurso histórico.

Em um primeiro momento cabe salientar a formação da sociedade brasileira tendo como ponto de partida uma série de antagonismos culturais. Para Freyre (2003), as culturas em foco nesta incompatibilidade são as que tem como origem os continentes

¹³ Citros consistem em laranjas, tangerinas, clementinas, poncãs, limões, limas, toranjas e pomelos (Yara Brasil S.A., n.d.)

européu e africano, sendo, portanto, as civilizações definidas como “a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista” (Freyre, 2003: 69) que, ao mesclar-se no país, formam “um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam” (Ibid.). De acordo com o autor, não se pode pensar a sociedade brasileira sem levar em consideração a sua “formação *sui generis* (...), igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos” (Ibid.). Assim sendo, se a formação do Brasil é pautada em antagonismos, aquele que predomina consiste na relação entre senhor e escravo (Freyre, 2003: 116).

A sociedade colonial, é importante ressaltar, se desenvolve de maneira intrínseca à realidade econômica. Como declara Freyre (2003: 79), esta se desenvolve a partir de características patriarcais e aristocráticas, “à sombra das grandes plantações de açúcar, (...) em casas-grandes de taipa e pedra e cal”. A casa-grande nada mais é do que uma estrutura que servia de morada para o senhorio em sua propriedade rural, localizada próxima às estruturas essenciais para o funcionamento do engenho nos moldes vigentes à época, mais precisamente o engenho em si, a senzala, a casa de farinha e a capela (Andrade, n.d.).

A partir da centralização no próprio sentido geográfico da propriedade rural da casa-grande, percebe-se a relevância da mesma e daqueles que a habitam na construção social. Freyre (2003) vê a família colonial enquanto “grande fator colonizador no Brasil” (Freyre, 2003: 81), descrevendo a mesma enquanto origem da força social que vem a se transformar em força política em um processo que fará com que ela se torne a “aristocracia colonial mais poderosa da América” (Ibid.), sob a qual o “rei de Portugal quase reina sem governar” (Ibid.). Para Holanda (2004), não restam quaisquer dúvidas de que foi a vida doméstica que originou o princípio de autoridade. Segundo o autor, “em seu recatado isolamento [o grupo familiar] pode desprezar qualquer princípio superior que procure perturbá-lo ou oprimi-lo. Nesse ambiente, o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos freios existem para sua tirania” (Holanda, 2004: 81-82).

O que é necessário entender é de que forma a família colonial acumula tanto poder em suas mãos. Para responder este questionamento, Freyre (2003) salienta o papel da riqueza agrícola e do trabalho escravo que fazem o papel de base econômica e sustentam este sistema, adicionando à equação econômica uma série de funções sociais

performadas por esta instituição. Para além destes fatores, há também outra questão fundamental: o mando político, existente a partir do oligarquismo que vem a se chocar com o clericalismo ainda em meados do século XVI (Freyre, 2003: 85). A concentração do poder nas mãos da elite colonial ocorreu devido a condição política criada a partir da existência das capitanias hereditárias e mantidas pelo viés econômico oriundo das sesmarias e da grande lavoura em um sistema de condições feudais (Freyre, 2003: 270-271), que permitiu o crescimento do poder nas mãos dos grandes senhores de engenhos.

A este ponto, Holanda (2004) destaca o quão poderoso e exigente vem a ser o quadro familiar e ressalta que ele é presente no indivíduo até mesmo fora do recinto doméstico, fazendo com que a esfera privada venha sempre antes da entidade pública. O autor ressalta que vem a ser a família que representa o “único setor onde o princípio de autoridade é indisputado”, assim sendo a fonte de “idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens” (Holanda, 2004: 82). O que se observa na esfera social então vem a ser a predominância dos sentimentos existentes no âmbito doméstico que predominam em toda a vida social, configurando em um ambiente descrito pelo autor enquanto particularista e antipolítica que gera “uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (Ibid.).

A questão religiosa também é importante para compreender de que maneira a sociedade se forma: considera-se uma tarefa árdua separar o brasileiro do católico, sendo o catolicismo um dos pilares edificadores da unidade do Brasil (Freyre, 2003: 91-92). O que se passa, porém, vem a ser a guarida da religião não em mosteiros e igrejas, mas sim na capela de engenho (Freyre, 2003: 271). Não chega a haver um clericalismo no Brasil apesar da ação da igreja no processo de formação brasileira, pois o que poderia se tornar a poderosa igreja veio a ser substituído pela casa-grande (Ibid.). Uma forte ilustração deste fato é descrita em Casa Grande & Senzala (Freyre, 2003), onde o autor descreve:

“Criminoso ou escravo fugido que se apadrinhasse com o senhor de engenho livrava-se na certa das iras da justiça ou da polícia. Mesmo que passasse preso diante da casa-grande bastava gritar: -“Valha-me, seu Coronel Fulano!”. E agarrar-se à porteira ou a um dos moirões da cerca.

Da mesma maneira que outrora, em Portugal, refugiando-se o criminoso à sombra das igrejas, escapava ao rigor da justiça del-Rei.” (Freyre, 2003: 271).

É, então, o senhor de engenho que para além de deter o poder econômico e político, é visto como aquele ao qual deve-se cair nas graças para obter proteção, não existindo na composição social outro grupo capaz de fazer frente a ele.

3.2 – Da Família à Ordem

Conforme salientado na seção anterior, não se pode desassociar a família da noção de controle, tanto no campo econômico como no político. Neste último, o que se observa é que esta vem a ser formada tendo como base a noção patriarcal e que é a partir do modelo que existe no âmbito privado que se baseiam as relações existentes também na vida pública entre aqueles que assumem posição de poder e aqueles que se veem a ele subordinados (Holanda, 2004: 85). A partir desta base, portanto, a família e seus preceitos agem como “uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida” (Ibid.), o que vai ao encontro do que Freyre (2003) determina ser a origem da força. Sendo a força, conforme descrita no segundo capítulo, indissociável do poder e do Estado, a família era a fonte do poder e seu apoio, essencial para se governar.

A mentalidade oriunda desta estrutura teve origem na vida rural, contudo foi capaz de se espalhar até alcançar as demais classes sociais e profissões e servir enquanto norma de conduta, não sendo mais restrito ao ambiente agrário e chegando à vida urbana (Holanda, 2004: 87). Cabe, contudo, fazer outra referência em termos mais geográficos da formação da sociedade brasileira em função do espaço: no que se refere aos estabelecimentos humanos, estes se dividiam em o ambiente campestre onde o foco era a produção de gêneros para exportação e o ambiente citadino com muitos poucos locais que fossem intermediários (Holanda, 2004: 88). O que se via então era algo que corresponderia ao que se viu na Europa na distinção entre aldeia – representada no Brasil pelas fazendas – e a cidade (Ibid.).

Não é correto assumir, porém, que ideias que fomentavam no continente europeu não eram importadas para e pelos brasileiros. O que se passou foi que as noções em voga na Europa foram por vezes trazidas e formaram um “sistema complexo e acabado de preceitos”, porém que por muitas vezes não tinham aplicabilidade total à realidade brasileira (Holanda, 2004: 160). Assim sendo, “uma aristocracia rural e semifeudal importou-a [a ideia do liberalismo] e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas” (Ibid.). O discurso era então adaptado para a realidade local e as novas perspectivas eram adotadas apenas em certos pontos a partir do que fosse favorável para as elites (Ibid.)

Acontece que o Brasil, ao contrário das localidades onde as ideias surgiam, não possuía uma burguesia independente, o que na prática significava que os cargos que vinham sendo criados em território brasileiro acabavam por ser ocupados por aqueles que vinham da mesma massa que os senhores de propriedades rurais (Holanda, 2004: 88). Este cenário, observado tanto durante o período do Império quanto já na República, demonstra que a estrutura brasileira acaba por acomodar uma série de elementos que têm conexão com o antigo sistema senhorial (Ibid.). Esta é a principal razão da necessidade de se olhar para a história para compreender o porquê da situação presente assim o ser.

Com este cenário se passa o que Holanda (2004) define como a existência de fundamentos personalistas e até mesmo de origem aristocrática no que tange à vida social do brasileiro. O autor declara que ainda que tenha se passado um processo de alterações e mudanças desde os primórdios até a atualidade, este processo consiste em uma “dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar” (Holanda, 2004: 180), adicionando que para findar os preceitos criados a partir de uma ordem colonial e patriarcal “com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar” (Ibid.), é necessário dar um fim aos fundamentos que permitiram a sua criação.

Para além dos fundamentos já aqui observados, é importante salientar outro ponto destacado por Holanda (2004): o caudilhismo, que no Brasil, sobretudo no interior, veio a receber a alcunha de coronelismo (Nunes Leal, 2012).

3.2.1 - O Fenômeno dos Coronéis

Com o intuito de compreender o que é este fenômeno, é importante começar com a definição deste. Segundo Nunes Leal (2012), o coronelismo consiste em “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra” (Nunes Leal, 2012: 23). Conforme ilustrado na primeira seção deste capítulo, a alcunha de coronel era comumente aplicada ao patriarca de famílias de posses que se instalaram no interior do Brasil e não tem, necessariamente, conexão com o posto militar homônimo.

Estabelecido a relevância dos coronéis no cenário local, é primordial destrinchar o que era defendido pelos mesmos e de quais formas. Primeiramente o que chama a atenção vem a ser a falta de um ideal político, o que se dá, nas palavras de Nunes Leal, por conta de uma mentalidade “confinada ao município, onde os interesses de sua facção se sobrepõem aos da pátria” (Nunes Leal, 2012: 32). É esta falta de um ideal político que possibilita uma maior margem para a concessão de apoio por parte do coronel, dado que sua guarida não tem compromisso com um modelo de excelência em particular e é também este fenômeno que incita críticas por parte daqueles que não caíram em suas graças (Ibid.) até o momento que possam contar com o apoio da elite local. Em outras palavras, as críticas partem dos que perdem o processo eleitoral, mas assim que uma nova oportunidade de adquirir cargos surge, aparece também a busca pelo apoio daqueles que foram desaprovados.

Como é comum entre aqueles que detém o poder, os coronéis acabam por, em determinadas situações, fazer uso de “ameaças e violências (...) [enquanto] função primordial, porque semelhantes processos podem, por vezes, garantir o governo municipal à corrente local” (Nunes Leal, 2012: 36). É importante, porém, salientar que este fenômeno não vem a ser via de regra, esta sim sendo a noção de que vem a ser “recurso simultâneo ao favor e ao porrete” (Ibid.), dado que o que se observa como um todo no âmbito da política, de acordo com Nunes Leal (2012), vem a ser a utilização

dos mecanismos de violência apenas em conjunturas nas quais outros processos acabam sendo longos ou inócuos para que se alcance o objetivo final.

Conforme é de se esperar a partir das seções anteriores do presente capítulo que descrevem a composição social brasileira, o fenômeno do coronelismo só foi possível a partir da existência da hegemonia do senhor de terras. Acontece, porém, que é necessário compreender que esta hegemonia não se limita àqueles que dependem de sua propriedade – estes que formam sua porção de votos de cabresto¹⁴ (Nunes Leal, 2012), mas sim que se expande apesar de não abarcar um município por completo. Um município consiste em uma zona urbana - onde se localiza o distrito da sede do mesmo e que não está no escopo de influência do coronel a menos que este também seja o chefe no âmbito político municipal – e de zonas rurais, estas compostas por diversas fazendas (Ibid.) que podem, ou não, contar com diferentes coronéis, gerando uma “fragmentação da hegemonia social no interior [que] tende a prosseguir nas zonas de lavoura decadente, ou pouco produtiva, pelo empobrecimento dos proprietários, e ainda por efeito do nosso regime sucessório” (Nunes Leal, 2012: 39).

A ocorrência do coronelismo, portanto, pode ser caracterizada como resultado do “isolamento, ausência ou rarefação do poder público (...) como certa forma de incursão do poder privado no domínio político” (Nunes Leal, 2012: 124). O coronelismo, assim sendo, consiste sim em uma afirmação fora do normal do poder privado porém não se limita a isso (Nunes Leal, 2012) dado que, conforme evidenciado por Holanda (2004) a real origem do poder vem a ser o patriarcalismo, este que está relacionado à “fase áurea do privatismo” e conta com a “concentração do poder econômico, social e político no grupo parental” (Nunes Leal, 2012: 124). O patriarcalismo, porém, faz parte de um sistema que já foi superado no Brasil, ao passo que o coronelismo parte do princípio da decadência deste poder privado e acaba por fazer as vezes de um processo que vem por conservar o conteúdo residual do mesmo (Nunes Leal, 2012).

O coronelismo, portanto, abrange apenas a esfera local no que se refere ao âmbito político, conforme mencionado anteriormente, e seu habitat natural vem a ser os municípios do anterior, total ou majoritariamente focados na atividade agrícola

¹⁴ O cabresto faz alusão ao arreio, normalmente de corda ou de couro, que serve para controlar o movimento de animais como, por exemplo, o cavalo.

(Nunes Leal, 2012). Esta forma particular de se fazer política neste cenário em particular possibilita a análise de que a sua força e capacidade de dominar está inversamente proporcional à força das áreas urbanas e das atividades a ela associadas tais como a indústria e o comércio (Ibid.). O desenvolvimento da urbanização brasileira se deu não única e somente tendo como base o crescimento das cidades mas também levando em consideração o desenvolvimento dos meios de comunicação, o que atraiu áreas rurais para a esfera de influência urbana, gerando um desequilíbrio no que se refere ao social (Holanda, 2004: 145) e minando a força dos coronéis.

CAPÍTULO IV – A MÍDIA

Para se dar início à discussão de que forma a mídia interage com a esfera política, é essencial que se comece por definir o que de fato ela vem a ser. De acordo com Lima (2004: 50), a mídia vem a consistir em uma amálgama de vetores de comunicação, mais precisamente aqueles de televisão e rádio – tanto públicos quanto privados -, veículos impressos de comunicação, nomeadamente jornais e revistas e cinema para além das demais entidades que fazem uso de meios tecnológicos, no que é chamado de comunicação de massa.

A priori vistos apenas como um canal de comunicação, a mídia passou a ser compreendida enquanto maneira de se estabelecer a construção de conhecimento e adquiriu a responsabilidade de colocar temas públicos na agenda de discussão e de oferecer mecanismos pelos quais se tornou possível passar a compreender não apenas o mundo como um todo mas também a política (Guazina, 2007: 53). Assim sendo, vê-se a maneira pela qual a mídia galgou seu papel central dentro das sociedades contemporâneas ao se fazer presente nos mais variados processos e esferas da vida dos indivíduos (Lima, 2004: 50), fazendo que estas mesmas sociedades contemporâneas possam vir a ser consideradas centradas na mídia, dado que esta constrói o conhecimento público que oferece aos que nela vivem mecanismos auxiliares para a tomada de decisão em diversos aspectos (Lima, 2004: 51).

Tendo como ponto de partida o cenário anteriormente descrito, é possível perceber de que maneira a mídia passa a se tornar central no cotidiano, assim sendo constituindo em um vetor sob o qual nenhuma esfera está imune – muito menos a política. Ao ter o poder de criar a “realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana” (Lima, 2004: 51), há a criação de realidades ofertadas aos indivíduos (Lippmann, 1998: 8) que pode vir a culminar na criação de narrativas capazes de criar heróis e demônios (Lippmann, 1998: 10) junto à opinião pública. A forma pela qual este fenômeno ocorre perpassa pela impossibilidade de um indivíduo ter experienciado todos os acontecimentos possíveis, de maneira que a percepção de determinado evento desconhecido que não faz parte da realidade de um ser possa ser trazida a ele tendo como base a construção da imagem através do reporte

oferecido pela mídia que vai, então, oferecer uma imagem mental, uma representação do fato em questão (Lippmann, 1998: 13).

Apesar da simbologia ofertada à opinião pública ser sujeita à discussões (Lippmann, 1998: 11), é importante lembrar que o indivíduo se ajusta à sociedade através de ficções – termo utilizado por Lippmann (1998: 15) não no sentido de uma narrativa imaginária ou irreal, mas sim enquanto representação de uma realidade de um local ou pessoa que é, seja em maior ou menor grau, construída por outros indivíduos – enquanto alternativa à exposição direta aos padrões recorrentes em determinadas localidades e/ou grupo de indivíduos, por exemplo. Ora, se a mídia possui a capacidade de oferecer narrativas e construções de realidade ao grande público, é perceptível de que maneira seu poder se apresenta enquanto central em meio a uma sociedade. Partindo do princípio de que as pessoas vêm a tomar as mais variadas decisões a partir da percepção que têm acerca de determinado tema, ser capaz de oferecer elementos para a construção desta concepção de realidade possibilita que a mídia haja enquanto grupo de pressão (Lima, 2004: 52) e que tenha se tornado em um importante ator político (Lima, 2004:53).

Se em uma sociedade contemporânea percebe-se que não se pode haver política sem a mídia (Lima, 2004: 51), é necessário salientar que a mesma não pode ser vista enquanto substituta das instituições (Lippmann, 1998: 364). Existe a percepção de que a ausência das instituições que possibilitam um relato correto das vivências em oposição às opiniões e perspectivas dos indivíduos acaba por permitir que aquilo que consiste em interesse comum venha a ser administrado não de acordo com a opinião pública, mas a partir dos interesses de um seletivo grupo pertencente a uma classe em especial cujas predileções vão além da localidade em questão (Lippmann, 1998: 310), o que ressalta a importância da mídia para agir de maneira a informar e formar a opinião do público.

É importante, contudo, salientar que a mídia consiste em algo a serviço e que oferece proteção às instituições, mas apenas quando está sendo utilizada corretamente, pois caso contrário vem a ser um mecanismo pelo qual uma pequena parcela de indivíduos faz uso da desorganização social para alcançar seus próprios objetivos (Lippmann, 1998: 363). Cabe, portanto, à mídia fazer uso de sua força e capacidade de agir enquanto grupo de pressão para fazer parte do processo de melhoria das

instituições, dado que quando estas funcionam da maneira pela qual são concebidas dentro de um Estado Democrático de Direito, vêm a defender os interesses de todos os indivíduos e não apenas de pequena parcela (Ibid.).

Se com grandes poderes vêm grandes responsabilidades, não é de se surpreender que os mais variados regimes tenham ora feito uso da mídia para seu interesse próprio, ora feito questão de estabelecer um conjunto expressivo de leis para tentar assegurar que ela esteja vinculada a um mecanismo que possa garantir seu funcionamento pleno a partir do entendimento de como ela deveria estar agindo – o que, sem sombra de dúvida, varia a partir do regime político em vigor. Para além disso, não é incomum que indivíduos que trabalham na mídia tenham formado associações e outros grupos que criam, ainda que de maneira informal, códigos de conduta para a realização das atividades dos mesmos de maneira a ir ao encontro do papel da mídia enquanto a forma a qual ela foi concebida: para informar o grande público e oferecer um quadro amplo e completo acerca dos acontecimentos de maneira que o mesmo possa tomar decisões e agir dentro do ambiente em que vive nas mais variadas esferas.

4.1 – Mídia e Política

Conforme estabelecido no início deste capítulo, a relação entre mídia e política vem a ser clara e objetiva. De acordo com Lima (2004: 52), é possível até mesmo observar que a mídia acaba por exercer funções tradicionalmente associadas com partidos políticos, incluindo embora não se limitando a construção de uma agenda pública, fiscalização das ações governamentais, canalização das demandas populacionais, geração e transmissão de informações de cunho político e criticar as políticas públicas. Este fato apenas aprofunda a noção de que o estudo da comunicação e da política perpassa pela compreensão da mídia e de sua influência a partir da existência desta cultura midiática que, nas sociedades democráticas contemporâneas, se dá de maneira onipresente e influencia a percepção dos indivíduos acerca de todos os aspectos da vida, sobretudo nos processos políticos (Guazina, 2007: 55).

Em um Estado Democrático de Direito, conforme já descrito neste presente documento, cabe aos cidadãos eleger seus oficiais políticos de forma que o poder emana, em última instância, do indivíduo. O sistema democrático também declara que tudo aquilo que se trata de coisa pública precisa ser decidido de maneira política

(Gomes, 2004: 68). Ora, se a sociedade pode ser definida enquanto dois domínios diferenciados porém concomitantes, sendo estes o domínio civil, “onde se inscrevem todos os concernidos pela comunidade de leis e todos os que possuem os direitos e deveres delas decorrentes, a cidadania” (Ibid.), e o âmbito da decisão política, “onde estão postos todos os que estão autorizados a realizar a decisão política e a conduzir o Estado” (Ibid.), formar as ideias daqueles inseridos na esfera civil acaba por interferir, ainda que indiretamente, na formação da esfera política.

O que se observa, portanto, é o processo da atividade política nas sociedades democráticas nas quais a comunicação age tendo em conta as áreas referentes a ideias, conceitos e programas políticos (Gomes, 2004: 18). Segundo o autor,

“como a comunicação se dirige imediatamente a um público de massa interessado em entretenimento, curiosidades, espetáculos e competições, a tarefa de discutir conceitos, formular e apresentar idéias, expor e disputar programas se tornaria infecunda e ingrata. Um grande público dotado de pouco capital cultural, muita impaciência, pequeno interesse estritamente político, considerável oferta de produtos de informação e entretenimento, muito dificilmente se deixa entreter pelos discursos coerentes, longos e sutis e pela contraposição de idéias e conceitos. Além disso, o próprio sistema político se reconfigura de tal modo que à disputa política interessa a percepção das predileções do público e a conquista da sua preferência, não interessando a opinião pública senão naquilo que nela é suficiente” (Gomes, 2004: 18)).

A partir desta passagem, o que se observa é que em sociedades democráticas há o interesse incontestável em tomar parte dentro dos meios de comunicação com fins de tentar obter para si, para sua proposta e/ou para seu projeto político o apoio popular de maneira que o candidato, grupo e/ou partido político consiga alçar um cargo e/ou colocar sua agenda para debate, estabelecendo assim grupos de pressão. Ao contrário do sentido tradicional de debates para a decisão política, a interação das esferas midiática e governamental goza de uma diversidade de mecanismos para se fazer ouvir e busca constantemente se reinventar ou até mesmo resgatar narrativas e construções midiáticas anteriores de maneira a estabelecer uma visão de mundo e propagar seus

ideais e perspectivas tendo em vista o que se anseia alcançar¹⁵. A utilização da opinião pública, portanto, perpassa pela necessidade de se implementar um projeto de poder e faz com que aqueles que ambicionam fazer sua vontade valer façam uso dela quando lhes convém.

O processo pelo qual a busca da hegemonia no campo político se dá, é também, como declara Gomes (2004: 162), a “luta pelo poder de conduzir a opinião pública através da comunicação”. É com a comunicação de massa que se alcança grandes parcelas da sociedade, muitas vezes desinteressadas ou até mesmo sem muito conhecimento de como o sistema funciona e do que se passa. Mesmo em relação àqueles que possuem algum interesse e/ou compreensão dos fenômenos existentes, é essencial ressaltar que as perspectivas e vivência consistem em percepções e experiências e que não se é possível conhecer todas as variantes existentes em um território. Volta-se então ao que já foi discutido na seção anterior sobre a criação de narrativas para colocar luz em diferentes tópicos e assim os trazer para a esfera pública de discussão.

É incontestável então o papel do jornalismo de cariz político dentro de uma sociedade democrática enquanto integrante de elevada importância dentro na sociedade democrática. Tradicionalmente hostil no que tange as artimanhas políticas bem como responsável por trazer à tona práticas da esfera política cujos membros preferiam que permanecesse às sombras (Gomes, 2004: 53), o jornalismo como um todo porém o político em particular necessita de mecanismos que assegurem os direitos de opinião, liberdade de expressão e imprensa livre de maneira a poder conduzir suas atividades de maneira correta (Gomes, 2004: 144). Assim sendo, os valores associados à objetividade e imparcialidade consistem não apenas na necessidade do mercado – esta oriunda de um público majoritariamente não associado a determinada ideologia ou partido –, mas também em pilar para que haja a possibilidade da formação de uma opinião pública instruída e despida das amarras coercitivas (Gomes, 2004: 155).

¹⁵ Um exemplo corriqueiro vem a ser o apoio na narrativa de defensores da pátria *versus* uma suposta ameaça comunista, herança do período da Guerra Fria, que pôde ser observado claramente nas eleições para prefeito da cidade de São Paulo, sobretudo no segundo turno, quando diversos influenciadores, veículos midiáticos e até mesmo o adversário caracterizaram o candidato Guilherme Boulos como um suposto ditador comunista, alimentando-se do temor criado décadas atrás.

4.1.2 – Mídia e Política no Brasil

Apesar das características e noções previamente discutidas neste capítulo serem válidas para todo um sistema de base democrática, é primordial lembrar que existem características particulares a depender do espaço observado. No caso brasileiro, por exemplo, o que se observa é que por uma série de questões históricas características do sistema midiático local acaba propiciando um maior poder da mídia no que se refere ao processo político (Lima, 2004: 54).

4.1.2.1 – Contexto Histórico

Para melhor compreender as razões que levaram a este ponto, é necessário regressar na história para compreender melhor de que forma os momentos históricos culminaram nesta realidade atual. O ano de 1808 consiste em uma data muito importante na temática dado que foi quando o primeiro jornal não apenas brasileiro mas também português¹⁶ a circular independente de censura foi fundado por Hipólito da Costa, sendo este chamado de *Correio Braziliense* (Rizzin, 1957: 18-19). De acordo com Rizzin (1957: 27-28), a partir deste periódico é possível traçar a participação de seu fundador “na queda do absolutismo e no advento das liberdades e das instituições civis” e sua força se viu tamanha que a própria regência portuguesa não apenas fez uso da imprensa sob seu controle para refutar as doutrinas propagadas pelo Correio como também acabou por proibir sua introdução e leitura em Portugal (Ibid.).

O início dos ataques ao Correio surge a partir a noção de seu poderio e são conduzidos a partir do ano seguinte de sua fundação pela *Abelha do meio-dia*, publicação lisboeta que abriu caminho para outros folhetos e periódicos criados com o intuito de “adular a Côrte do Brasil ou a Regência de Portugal” ou ainda “extrair delas estipêndios” (Rizzin, 1957: 40). Estes surgiram tanto de forma espontânea quanto criados pelo próprio governo (Ibid.), mostrando de que maneira a mídia pode ser empregue com fins de criar imagens e narrativas não despidas de concepções prévias e intenções dúbias, mas sim a serviço da manutenção do *status quo* ou apenas para oferecer massa de manobra em determinadas esferas. Via-se então uma mídia a serviço

¹⁶ Em 1808 o Brasil ainda era território de Portugal. A independência viria apenas em 1822.

do governo, criando imagens e narrativas que fossem ao encontro do que o soberano desejava que fosse disseminado.

No período republicano brasileiro destaca-se a participação de Campos Salles, um dos principais fomentadores da propaganda republicana que viria a culminar na Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 (Corte Real, 2006: 5). Tendo Campos Salles sido um dos membros do movimento republicano que levou em consideração a importância do jornalismo não apenas no âmbito financeiro mas também no que se refere à esfera intelectual (Corte Real, 2006: 6), não é de se surpreender que no período de seu governo houve especial atenção para a articulação entre Estado e a grande imprensa (Corte Real, 2006: 10) apesar de seu conhecimento no meio comunicacional, à época ainda com “pouca repercussão sobre a sociedade brasileira” e cuja “capacidade de influência era limitada” (Corte Real, 2006: 5).

Não há como prosseguir sem ressaltar que a existência de uma mídia de alcance nacional em território brasileiro se trata de um fenômeno recente: apesar de jornais e revistas serem encontradas no Brasil desde o século XIX e de tanto o cinema quanto o rádio terem surgido na primeira metade do século XX, devido a uma série de questões que perpassam não apenas aspectos históricos como também geográficos, só se é capaz de declarar que uma mídia nacional surge com o advento das redes de televisão, fenômeno mais visível a partir dos anos 70 (Lima, 2004: 51). Ora, tendo a Ditadura Militar vigorado no país de 1964 a 1985, o próprio surgimento de uma mídia nacional perpassa por um cenário não democrático que viria a ditar os primeiros passos da relação entre o Estado brasileiro e a mídia.

É importante destacar que o papel da mídia foi, portanto, percebido enquanto importante por parte dos integrantes deste regime autoritário e que as condições no que se referem as infraestruturas para a existência das mesmas passa pelas mãos de militares e seus aliados civis com a finalidade de fundar as redes televisivas de alcance nacional tanto por questões de segurança nacional quanto por questões mercadológicas (Lima, 2004: 51). Tendo como base a noção particular ao período do que vinha a ser a segurança nacional, os governantes do período ditatorial vieram a criar dentro do que veio a ser conhecido como doutrina de segurança nacional, “duas iniciativas de vigilância

e controle sobre todas as esferas sociais, inclusive e principalmente sobre a comunicação social” (Gomes, 2004: 147).

Como era de praxe em ditaduras, havia a censura. Esta poderia se dar de diversas maneiras, nomeadamente através de:

“censura prévia de conteúdos, perseguição, retaliações e outras formas do mais renhido monitoramento e domínio por parte de um Estado que se dispunha a usar contra os seus adversários e críticos todas as forças da lei, dos recursos do erário público, da violência do Estado e da brutalidade clandestina, praticados em abundância, [que] fazem parte da nossa memória social mais recente.” (Gomes, 2004: 147).

Vê-se portanto que a mídia enquanto aquela inserida em um regime não democrático é claramente utilizada de maneira a garantir os interesses do mesmo e a perpetuação de valores por eles defendidos, como se pôde observar no caso do *Correio Braziliense* e a Coroa Portuguesa. Regimes cuja participação popular não consiste em parte essencial para sua existência e sua vontade não é feita, não medem esforços para controlar o que é veiculado pela mídia fazendo uso de uma série de mecanismos que lhes estão disponíveis dado a desigualdade da força pois, como já discutido nesta dissertação, ao ter o monopólio da força, o Estado possui o controle dos mecanismos de coerção e violência que podem ser empregues a seu bel prazer desde que haja fundamento para tal – fundamento este que o próprio Estado pode até mesmo criar a partir da confecção de leis que justifique suas ações.

Ao possibilitarem as condições estruturais para a mídia de amplo alcance em território nacional, a Ditadura também agiu no âmbito da distribuição dos “direitos de posse sobre meios”, para além dos “costumes de interação entre comunicação, mídia e política” (Gomes, 2004: 147). Ao assegurar que as licenças para a operação das redes de televisão fossem para membros da sociedade civil aliados ao governo, este pôde exercer maior influência nesta área. Conforme observa Gomes (2004:147), se já foi difícil experimentar uma imprensa de teor livre nos grandes centros onde as esferas civis eram mais fortes, no interior o processo nem ao menos existiu.

Os ideais a serem disseminados durante este período histórico em particular tinham como base a eliminação do comunismo, da subversão e da corrupção entre outros males que impossibilitariam o desenvolvimento Brasileiro na direção de um país do futuro, o que era supostamente sua sina (Fico, 2004: 36). A censura à mídia vinha de duas maneiras: a primeira, voltada para a diversão pública, atingia teatro, cinema, músicos e artistas em geral e já vinha sendo praticada desde os anos 40, sendo conduzida por censores cujo objetivo era zelar pela defesa da moral e dos bons costumes, ao passo que a segunda consistia na censura da imprensa, esta que objetivava “os temas políticos *stricto sensu*” e se apresentava de maneira quase que indireta através de “bilhetinhos ou telefonemas que as redações recebiam” (Fico, 2004: 37).

O ano mais emblemático vem a ser 1968. Em janeiro surge a Assessoria Especial de Relações Públicas, que viria a abarrotar a televisão com uma série de filmetes e filmes que vinham a glorificar o amor à pátria, a participação no sucesso da mesma e a crença em um Brasil potência entre outros aspectos (Fico, 2004: 38). Apesar de haver uma série de desavenças entre as diferentes linhas dentro do regime – havia aqueles que compartilhavam das mensagens propagadas pela Assessoria enquanto outros advogavam que esta era uma abordagem supérflua e defendiam mensagens mais drásticas, dentre as quais se destaca o famoso slogan “Brasil: ame-o ou deixe-o” em um mecanismo de guerra psicológica (Ibid.) –, suas atividades penetravam os lares e indicavam qual era o caminho supostamente adequado para a população seguir.

No mesmo ano, em dezembro, é publicado o AI-5. Nele lê-se:

“São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências (...)

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. (...)

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.” (Brasil, 1968).

O que se observa a partir das informações publicadas neste ato inclui não apenas o triunfo dos militares da chamada linha-dura – aqueles que viam a Assessoria enquanto frívola – durante o governo de Costa e Silva, mas as bases para uma censura sistematizada (Fico, 2002: 255), ocorrendo de maneira rotineira e submetida a instruções que vinham diretamente do alto escalão governamental (Fico, 2002: 253).

Surgia oficialmente então um projeto de repressão que fazia uso da censura de imprensa e das diversões públicas como um de muitos instrumentos e que montou um aparato que incluía embora não se limitava a uma polícia política, um sistema nacional de segurança interna, espionagem e confisco de bens de “funcionários supostamente corruptos” (Fico, 2002: 255). Apesar da censura da imprensa em particular ter sido implementada com uso de diretrizes sigilosas, é inegável o seu caráter repressivo¹⁷ (Fico, 2002: 257-258).

¹⁷ Provavelmente o caso mais icônico de repressão direta a jornalista tenha sido o caso de Vladimir Herzog. Nascido na então Iugoslávia em 1937, acabou imigrando com a família para o Brasil, onde veio a seguir o caminho da comunicação, primeiramente no cinema para então seguir para o jornalismo, ao final dos anos 50. Herzog se punha no papel de divulgar as notícias que o governo não queria que fossem publicadas e isso culminou em reações e denúncias de apoiadores da ditadura, inclusive infiltrados nas redações. Na época diretor da TV Cultura, foi um dos presos pela Operação Jacarta que intentava destruir bases do então Partido Comunista na imprensa, em sindicatos e outros organismos, e conduzido para o prédio do Destacamento de Operações de Informações de São Paulo em 25 de outubro de 1975 pelas 8 da manhã com o intuito de prestar depoimento sob suas relações com os comunistas. Levado a um interrogatório que, como de praxe na época, violava os direitos humanos e envolvia entre outras atividades espancamento e choques elétricos, Vladimir foi encontrado morto em sua cela horas depois. Os membros da instituição forjaram seu suicídio e um atestado de óbito onde constava asfixia por

No âmbito da imprensa, a restrição do que poderia vir a público era no que se referia aos temas políticos, ao passo que no que se refere a censura vigente nas diversões públicas era sobretudo nos âmbitos moral e comportamental (Fico, 2002: 258). Com a censura política, surgiu nos meios de comunicação – em especial na imprensa –, o fenômeno da autocensura (Fico, 2002: 262). Como as consequências da abordagem de temas que não fossem percebidos enquanto adequados por parte do governo era nada mais nada menos que o fechamento do veículo de comunicação em questão, a direção destes recebia uma lista que indicava o que poderia ou não ser tratado em suas publicações e a transmitia aos jornalistas, (Ibid.), o que porém não significa que a censura conduzida pelos militares não se desse de qualquer forma¹⁸.

É importante ressaltar que durante a redemocratização, um dos maiores desafios dos governos militares que encabeçaram este processo viram-se então responsáveis pelo dismantelamento jurídico e estrutural de todo o aparato de repressão e censura (Fico, 2002: 255), de maneira a possibilitar a construção de um aparelho dentro dos moldes democráticos.

4.2 – Códigos e Leis Pós Redemocratização

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, a base do conjunto legal que garantia as liberdades democráticas – incluídas porém não limitadas a liberdade de expressão, inviolabilidade do direito à vida, igualdade e direito à informação – (Brasil, 2016), os primeiros passos em direção a um Estado Democrático de Direito tinham sido dados. A imprensa e a mídia de massa se via agora resguardada por todo um aparato jurídico de maneira a garantir o exercício de sua função.

Para além do que vem a ser assegurado pela constituição, é necessário ressaltar o conjunto de leis e normas que a sucedem de maneira a tipificar e garantir os princípios

enforcamento enquanto causa da morte, para além de um processo jurídico falho e controverso que atestasse a mentira (<https://vladimirherzog.org/biografia/>). Em 2018, a Corte Interamericana de Justiça condenou o Brasil pela falta de investigação, julgamento e sanção dos responsáveis pela tortura do jornalista, ressaltando que o que se passou com Herzog deve ser considerado crime contra a humanidade (<https://g1.globo.com/mundo/noticia/corte-interamericana-de-direitos-humanos-considera-brasil-responsavel-por-nao-investigar-a-morte-de-vladimir-herzog.ghtml>).

¹⁸ É notório observar que por muitas vezes ao se depararem com matérias censuradas pelo governo os jornais acabassem por publicar receitas, sobretudo de bolo, muitas vezes incoerentes, ou trechos de livros e poemas onde viria o texto em questão. Tal ação era vista como uma forma de resistência, de informar ao público que o que quer que deveria constar naquela(s) página(s) fora censurado por agentes do governo (<https://www.vice.com/pt/article/j57exd/como-bolos-se-tornaram-uma-forma-de-resistencia-na-ditadura-militar-no-brasil>)

democráticos no que se refere aos meios de comunicação. A lei de número 9.472 datando de 16 de julho de 1997, por exemplo, começa definindo no artigo 60 o que consiste em um serviço de telecomunicação, caracterizado enquanto “conjunto de atividades que possibilita a oferta de telecomunicação” (Brasil, 1997). A própria definição de telecomunicação por sua vez vem no inciso seguinte, definindo enquanto “transmissão, emissão ou recepção, por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético, de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza” (Ibid.).

Outra lei importante vem a ser a de número 9.612 de 19 de fevereiro de 1998 (Brasil, 1998), por exemplo, começa identificando a existência das rádios comunitárias, ressaltando que há uma programação de cariz não apenas opinativo mas também informativo, estes assegurados pelos princípios de pluralidade de opinião, garantidos previamente pela constituição aprovada na década anterior, para além de assegurar que qualquer cidadão pode vir a emitir opinião própria referente ao que quer que seja dito na emissora, para além de “manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações” sendo necessário apenas comunicar seu intuito à Direção da Rádio Comunitária para que a mesma se dê em um momento adequado da grade (Ibid.).

Sem valor de lei porém de suma importância, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros criado pela Federação Nacional dos Jornalistas vem a ser um grande exemplo do que é visto pelos profissionais enquanto prática legítima do ofício. Dele se destacam três artigos, nomeadamente o primeiro, o segundo e o sexto. No primeiro artigo defende-se que o próprio código se baseia no “direito fundamental do cidadão à informação, que abrange o seu direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação” (Federação Nacional dos Jornalistas, 2007), fundamento este sustentado pelo artigo quinto da Constituição Federal (Brasil, 2016), conforme mencionado anteriormente nesta dissertação.

No artigo segundo de seu Código de Ética, a Federação Nacional dos Jornalistas (2007) declara que dado que o acesso à informação é fundamental no que se refere ao que venha a ser relevante para o conhecimento público, cabe ao jornalista não permitir que os interesses particulares prevaleçam na divulgação dos fatos. Assim sendo, a publicação dos eventos e informações precisa ser precisa e correta e necessita ocorrer

de maneira independente “de sua natureza jurídica – se pública, estatal ou privada – e da linha política de seus proprietários e/ou diretores” (Ibid.), para além de ter como máxima a apuração da veracidade dos fatos e ter como objetivo o interesse público (Ibid.). É ainda salientado os princípios de liberdade de imprensa, de obrigação social de prestação de informações por parte de organizações públicas e privadas e ainda algo que seria impensável ser dito nos tempos ditatoriais que precederam o Estado Democrático de Direito brasileiro: “a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade” (Ibid.). Vê-se assim então a importância do papel do jornalista na sociedade e qualquer dano a ele causado – incluindo embora não limitado a assassinato, tortura, intimidação e perseguição, práticas recorrentes no período ditatorial – é, em última instância, um dano à democracia.

O artigo sexto, por sua vez, elenca os deveres do jornalista. Nele lê-se:

“Art. 6º É dever do jornalista:

I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

II - divulgar os fatos e as informações de interesse público;

III - lutar pela liberdade de pensamento e de expressão;

IV - defender o livre exercício da profissão;

(...) VII - combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação;

(...) X - defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito;

XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias;

(...) XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza.” (Federação Nacional dos Jornalistas, 2007)

Mais uma vez destaca-se o papel do jornalista enquanto acólito do sistema democrático, uma vez que uma mídia livre só é possível em uma democracia de direito e uma democracia de direito é associada à uma mídia livre que possibilita os cidadãos a obterem informações, formularem e expressarem questionamentos e viabilizar a cobrança popular daqueles nas esferas de poder. Conforme mencionado em capítulos anteriores, em uma democracia o poder emana do povo e apenas um povo ciente dos fatos, com a garantia de seus direitos e capaz de monitorar as atividades dos poderosos é dotado de capacidade para tomar as melhores decisões no âmbito político.

4.3 – Deserto de Notícias

Em um país com 211.755.692 habitantes¹⁹ e com um território de 8.510.295.914km² (IBGE, n.d.a.), em uma área quase que o dobro do território da União Europeia²⁰, é preciso compreender as diferentes faces de Brasil existentes em cada região.

A priori, é crucial mencionar que há uma grande variação de configuração da comunicação social a depender de que localidade do território nacional se leve em consideração (Gomes, 2004: 149). Primeiramente é importante ressaltar que a mídia principal e que abrange a maior parte do território nacional vem a ser o rádio (Atlas da Notícia, 2020) apesar da dificuldade no que se refere a conseguir a concessão de radiofrequência bem como o alto custo dos equipamentos necessários para que ela possa ser transmitida (Ibid.). É verdade que nos grandes centros urbanos a mídia online acaba por predominar, porém os meios de radiodifusão – nomeadamente televisão e rádio – formam 45% das iniciativas jornalísticas brasileiras (Ibid.).

Os seguimentos da imprensa em exercício em território brasileiro vêm a ser nomeadamente as rádios - em um total de 4.195 veículos, o que correspondem a 35,5% do total de veículos disponíveis -, jornais e revistas em formato impresso – 3.429 ou 29% -, plataformas em ambiente virtual – o *online* constitui-se em 3.051 veículos no total de 25,8% - e, por fim, a televisão – com 1.158 veículos correspondentes a 9,8% (Atlas da

¹⁹ Estimativa referente ao ano de 2020.

²⁰ A União Europeia possui um território de mais de 4.000.000km² (https://europa.eu/european-union/about-eu/figures/living_en#:~:text=Size%20and%20population,-The%20EU%20covers&text=By%20surface%20area%2C%20France%20is,country%20and%20Malta%20the%20smallest.)

Notícia, 2020). A quantidade de veículos, porém, não necessariamente implica na sua abrangência territorial e populacional, e serve apenas para ilustrar a existência de variadas facetas do fazer jornalístico no país.

Há porém uma correlação entre o desenvolvimento do município e a maior presença de veículos jornalísticos, fazendo com que municípios que careçam de acesso aos meios de comunicação de cobertura local correspondam àqueles mais pobres e com carência na esfera educacional (Atlas da Notícia, 2020). A cobertura local vem a ser essencial para aplicar os princípios democráticos já aqui discutidos na esfera municipal, e uma quantidade baixa ou inexistente de veículos de comunicação oferece um cenário de vulnerabilidade local no que se refere à interferência não apenas daqueles do meio político mas também do meio empresarial, resultando na dificuldade de se fazer jornalismo (Ibid.).

Até dezembro de 2019 havia no país 11.833 veículos jornalísticos (Atlas da Notícia, 2020) espalhados pelos 5.570 municípios brasileiros (IBGE, n.d.a). O que ocorre, porém, é uma distribuição desigual no território. De toda a população brasileira, 18% - ou 37 milhões de pessoas – reside em 62% dos municípios que não contam com nenhum tipo de cobertura jornalística local (Atlas da Notícia, 2020). Há, portanto, trinta e sete milhões de cidadãos que não contam com acesso à informação de caráter independente para lhe auxiliar no processo de tomada de decisão, obtenção de prestação de contas de maneira clara e correta por parte dos governantes ou não possuem/encontram empecilhos para estarem cientes acerca serviços e problemas na localidade (Ibid.). A estes locais chama-se desertos de notícias (Ibid.).

Dentre os demais habitantes, porém, nem todos gozam do privilégio de viverem em não desertos, compostos por 1009 cidades detentoras de três ou mais veículos de comunicação (Atlas da Notícia, 2020): 27,5 milhões de brasileiros residentes em 19% dos municípios contam com apenas um ou dois meios jornalísticos para obterem informações imparciais acerca dos acontecimentos em suas cidades (Ibid.). Nestes ambientes onde vivem 64,5 milhões de brasileiros, os cidadãos se veem dependendo de um jornalismo fraco ou até mesmo inexistente e vivem um processo no qual, acerca do conhecimento do funcionamento político local e regional e de que maneira se formam

as opiniões dos votantes, “a esfera civil está ainda em geral, à mercê da brutalidade de uma comunicação controlada politicamente” (Gomes, 2004: 149).

Primeiramente cabe uma representação cartográfica do país de maneira a se possibilitar uma melhor visualização do território brasileiro bem como a divisão de seus estados e regiões. Com este intuito, observa-se o mapa a seguir:



Figura I - Mapa do Brasil dividido em estados e regiões²¹

Enquanto as regiões norte e nordeste possuem uma maior proporção de desertos de notícia, os quase desertos são distribuídos de maneira mais proporcional (Atlas da Notícia, 2020). Para se observar de que maneira isto se dá no país, é possível se observar a tabela a seguir:

Região	População ²²	%População Nacional ²³	Total de Cidades ²⁴	Total de Desertos ²⁵	Proporção Deserto/Cidade ²⁶
--------	-------------------------	-----------------------------------	--------------------------------	---------------------------------	--

²¹ Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19383-dividir-para-conhecer-as-diversas-divisoes-regionais-do-brasil>>

²² IBGE, n.d.a.

²³ Cálculo próprio a partir dos dados geral e de cada estado de cada região disponibilizados em IBGE, n.d.a.

²⁴ Atlas da Notícia, 2020.

²⁵ Atlas da Notícia, 2020.

²⁶ Atlas da Notícia, 2020.

Norte	18.672.591	8,81	450	323	71,8%
Nordeste	57.374.243	27,09	1.794	1.318	73,5%
Centro-Oeste	16.504.303	7,79	467	183	39,2%
Sudeste	89.012.240	42,03	1.668	1.010	60,6%
Sul	30.192.315	14,25	1.191	653	54,8%

Tabela I – Regiões do Brasil por população, cidades e Desertos de Notícias

Para além de atestar a desigualdade no que se refere à distribuição populacional pelo território, a tabela acima também indica que a existência de desertos de notícia é um problema visível em todas as regiões, independente da parcela populacional que nela vive. Este fenômeno também pode ser mencionado quando se observa a tabela a seguir que discrimina a quantidade de veículos de comunicação por região.

Região	%População Nacional ²⁷	Quantidade de Veículos ²⁸	Proporção dos Veículos ²⁹
Norte	8,81	814	7%
Nordeste	27,09	1.722	15%
Centro-Oeste	7,79	1.612	14%
Sudeste	42,03	4.521	38%
Sul	14,25	3.164	27%

Tabela II – Regiões do Brasil por população e quantidade de veículos de comunicação

Nesta tabela se é possível observar a desigualdade da existência de veículos de comunicação quando levados em consideração a população da região a qual ele se dirige como um todo³⁰: a quantidade de veículos ao dispor de 7,97% da população no Centro-Oeste é quase a mesma da que está cobrindo 27,09% da população no Nordeste. A região Sul, apesar de ser a terceira em termos populacionais, possui a segunda maior cobertura do país. Nota-se também outro ponto: Sudeste e Sul possuem juntos 56,25% da população nacional e 65% dos veículos de comunicação, deixando aos 46,69% demais

²⁷ Cálculo próprio a partir dos dados geral e de cada estado de cada região disponibilizados em IBGE, n.d.a.

²⁸ Atlas da Notícia, 2020.

²⁹ Atlas da Notícia, 2020.

³⁰ Nesta análise não estão sendo levados em conta a municipalidade a qual o veículo se aplica. Os veículos de comunicação costumam abordar não apenas a esfera local mas também regional e, por fim, nacional, chegando por vezes à esfera internacional a depender do alcance, orçamento e colaboração com outros veículos, nacionais ou estrangeiros.

habitantes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apenas 36% dos veículos de comunicação existentes.

Conforme mencionado anteriormente, a importância da rádio é colossal no cenário nacional. Devido às suas características próprias bem como a possibilidade de se obter um receptor de baixo custo e não haver a dependência de outros fatores – a televisão perpassa por uma necessidade constante de eletricidade enquanto o rádio pode ser utilizado com pilhas, os veículos online necessitam para além de luz, acesso à internet, e aqueles veiculados de maneira impressa enfrentam não apenas questões de distribuição geográfica mas também dificuldades e/ou analfabetização de indivíduos -, ela consiste em uma ferramenta imprescindível para uma mídia local.

A partir da criação de um Estado Democrático de Direito no Brasil, a censura não mais está nas mãos do governo e se é possível estabelecer o livre exercício da mídia como esta foi pensada. Em paralelo a televisão e a mídia impressa, pode-se destacar também a existência das rádios AM que, segundo Lima (2004: 52), acabam por “exercer o papel de canalizadora das demandas populares através de programas comandados por radialistas”, mais uma vez trazendo à tona sua importância como um todo.

Infelizmente o que também se observa em termos da malha de comunicação no Brasil vem a ser o que Gomes (2004: 149) descreve como “repartida em quinhões atribuídos a famílias e filiações políticas buscando aumentar suas vantagens no campo político e aos grupos econômicos que convertem o seu poder de emitir ou publicar em cacife político”. É importante lembrar que no caso das emissoras de televisão, por exemplo, grande parte das concessões foram atribuídas a membros da sociedade civil aliados ou apoiadores ao governo durante o período da Ditadura Militar e que os custos de manutenção e operação de mídias de natureza distinta também consistem em dificuldades para a ampliação destas. Há, então, mais uma vulnerabilidade do ofício jornalístico: “opinião, expressão e imprensa vergam-se ainda sob o jugo do poder político ou econômico, principalmente quando os dois se unificam nas autoridades locais ou regionais, como freqüentemente acontece” (Gomes, 2004: 147).

A unificação de autoridades e subjugação de mecanismos variados para se fazer a vontade de autoridades locais consiste no mesmo processo evidenciado no capítulo

anterior do coronelismo. Os mecanismos de controle podem ter se alterado com o passar do tempo, mas o sistema permanece em vigor sobretudo nas regiões de deserto de notícia ou quase-desertos. Apesar de existir todo um arcabouço jurídico que defende e propõe-se a estabelecer um conjunto de regras nas quais o Estado Democrático de Direito pode se firmar para se desenvolver, acaba-se por nem sempre poder garantir a execução destes princípios, estes imprescindíveis para o sistema.

Em um Estado que pode vir a ser parasitado por grupos de interesse e indivíduos que ambicionam transformar o público em privado e cuja importância dentro do sistema lhe permite ter poder, capacidade de distribuição e controle de cargos no mesmo (Gomes, 2004: 72), a transparência é vital para se garantir que os interesses populares sejam aqueles defendidos por quem se encontra nas esferas de poder. É a garantia de uma imprensa livre e imparcial detentora dos direitos de expressão e opinião, livre de censura, que há quem se coloque entre o governo e a manipulação a favor dos próprios interesses (Gomes, 2004: 144), que há quem defenda as bases da democracia a qual se almeja vivenciar por completo.

É também neste mesmo país de contrastes históricos, sociais e geográficos, unificado em uma única nação sob a égide do Estado Democrático de Direito, que ainda se observam sucessivas violações. Um dos exemplos vem a ser o assassinato do radialista Jefferson Pureza em Edealina, interior de Goiás, estado do Centro-Oeste brasileiro, em 2018, como será discutido no capítulo a seguir.

CAPÍTULO V – JEFFERSON PUREZA

Antes de se entrar em detalhes do caso do radialista Jefferson Pureza, é importante que haja uma contextualização do seu entorno e de que maneira o ambiente no qual os eventos decorreram explicam a particular relação de poderes, indivíduos e da mídia. O ambiente no qual o trabalho do radialista se dava é resultado não apenas de processos macros comuns ao Brasil como um todo – conforme explicitado no terceiro capítulo – mas também de características e processos particulares à região, conforme se é explorado a seguir.

5.1 – O Centro-Oeste brasileiro

Para se compreender uma localidade, o primeiro passo é realizar a observação da mesma enquanto espaço em termos geográficos. Para tal, é importante observar o para a seguir:

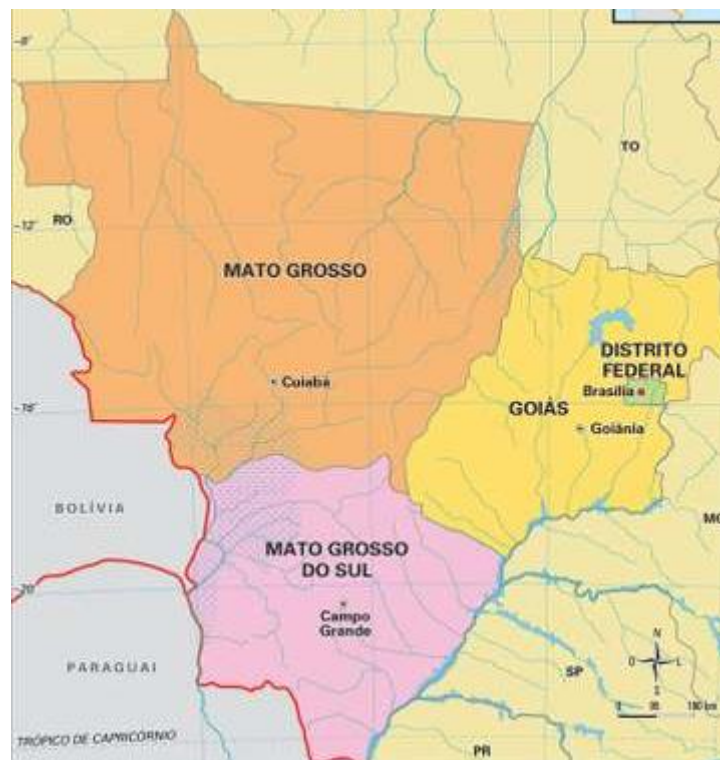


Figura II - Mapa do Centro-Oeste brasileiro³¹

Localizado no interior do país e contando com fronteiras internacionais, o Centro-Oeste passou por uma série de transformações históricas até se tornar o atual

³¹ Disponível em <<https://cdn.britannica.com/s:575x450/25/142825-073-4C36265E.jpg>>

polo do agronegócio brasileiro (Souza, 2017: 6). Consistindo na segunda maior região do país com uma área de aproximadamente 1.606.000 quilômetros quadrados no que equivale a quase 19% de todo território brasileiro (Bacellar e Nali, 2014: 143), a região está dividida em mais de 460 municípios em quatro unidades federativas distintas (os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como o Distrito Federal) e possui a segunda menor densidade populacional do país – assim como no ponto de vista geográfico, a primeira posição cabe à região Norte.

Do ponto de vista histórico, a exploração da região tem como início as expedições dos bandeirantes ainda no século XVIII no que hoje consiste no estado do Mato Grosso (Souza, 2017:13), onde fundaram a cidade de Cuiabá, atual capital, após a descoberta de ouro na região (Ibid.). O metal precioso também foi encontrado poucos anos depois em Goiás, estado vizinho, e a mineração de ouro bem como a de diamante consistiu na atração de indivíduos para a região, aliado ao início da atividade pecuária (Martins; Brito, 1989 *apud* Souza, 2017:13-14).

Não se pode porém pensar em pecuária sem levar em consideração as condições da região que possibilitaram a incipiente atividade a crescer e adquirir as atuais proporções. O que se observa na região é um dos seis grandes biomas do país, o Cerrado (Ribeiro e Walter, 1998: 89). O Cerrado localiza-se no Planalto Central brasileiro e é o segundo maior dos biomas que incidem no território nacional, apenas superado pela floresta amazônica (Ribeiro e Walter, 1998: 93). O nome provém do espanhol *cerrado*, o que significa fechado, descrevendo a vegetação “arbustivo-herbácea-densa que ocorre na formação savânica” (Ribeiro e Walter, 1998: 99).

Caracterizado pela presença de árvores “baixas, inclinadas e tortuosas” (Ribeiro e Walter, 1998: 117), bem como invernos secos em oposição à verões úmidos e com alta incidência de precipitação – as chuvas concentram-se de outubro a março, no que é chamado de estação chuvosa -, aliados à temperaturas onde, no mais frio dos meses, ainda são superiores a 18°C, longas chapadas e “extensa distribuição em latitude” (Ribeiro e Walter, 1998: 89), o Cerrado possui uma grande diversificação térmica e um mecanismo atmosférico que faz com que chova de maneira similar por toda sua extensão (Ibid.). Por só ocorrer em localidades onde as geadas ou não ocorrem ou

consistem em um fenômeno incomum (Ibid.), propiciam a existência de atividades das indústrias agrícola e pecuária.

Foi o ciclo da mineração que levou a um período de migração para o centro-sul e interior do país, contudo enquanto em regiões de Minas Gerais (no sudeste) prosperaram centros urbanos, o mesmo não se deu no Centro-Oeste (Souza, 2017: 13-14), que se voltou para a pecuária e agricultura de subsistência enquanto atividades regionais (Oliveira, 1997 *apud* Souza, 2017: 14). A questão da pecuária vem a ser essencial dado que esta atividade bem como o comércio por ela originado veio a estabelecer o que Souza (2017: 15) define enquanto elos da unidade econômica brasileira.

Acerca da pecuária é importante salientar que em oposição as atividades até então realizadas no país – como a plantação de cana de açúcar e, posteriormente, de café – possui suas particularidades uma vez que apesar de necessitar de grandes áreas para que haja a criação dos animais, não requer uma elevada demanda de mão de obra para a sua atividade (Souza, 2017: 15).

O fim da atividade mineradora relegou o Centro-Oeste ao esquecimento durante boa parte dos séculos seguintes, até a construção de Brasília em meados do século XX (Souza, 2017: 16). A situação começa a mudar em 1930, quando o crescimento populacional da região sudeste cria uma demanda a partir da expansão deste mercado consumidor, atividade conectada à expansão industrial nacional (Souza, 2017: 17). Com o excedente populacional das demais regiões brasileiras e o crescimento da demanda, o que se observou foi um processo identificado por Bezerra (2006, *apud* Souza, 2017: 17) enquanto “Marcha para Oeste”, onde os fluxos migratórios seguiram para o Centro-Oeste como um todo, sobretudo para o que hoje é o estado de Goiás, e foram absorvidos pela região, fazendo com que a mesma fosse integrada ao processo de produção do país.

A primeira etapa deste processo segundo Martins (Souza, 2017: 19) veio a ser aquela onde pequenos agricultores consistiram na frente de ocupação, ao passo que a fase seguinte consistiu na frente pioneira de latifundiários, um processo no qual se colocou em evidência uma elite local no que por muito tempo foi uma região remota, conforme discutido no terceiro capítulo, na seção referente aos coronéis.

5.1.1 – Brasília

Não se é possível desassociar o desenvolvimento do Centro-Oeste da criação da nova capital federal no coração do país. Tendo sido decidido em 1956³² que o distrito federal não mais seria o Rio de Janeiro e sim uma cidade a ser construída (Neto e Gomes, 2000: 7), o projeto urbanístico de Lúcio Costa do Plano Piloto em formato de cruz foi o escolhido para a cidade planejada – como uma das linhas, mais precisamente a referente ao Eixo Rodoviário, possuía um traço inclinado, a cruz acabou por tomar a forma de um avião³³. Com a contratação de grandes nomes como o arquiteto Oscar Niemeyer para a construção dos principais monumentos e edifícios do governo e paisagista Burle Marx para os jardins e praças junto ao pintor Athos Bulcão com os painéis de azulejo³⁴, Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960³⁵, localizada no estado de Goiás (Neto e Gomes, 2000: 7)– embora independente deste.

A alteração da capital bem como a movimentação de todos os instrumentos do Estado para o Centro-Oeste indubitavelmente contribuiu para a expansão da região (Neto e Gomes, 2000: 11). Se em um primeiro momento a movimentação nesta direção foi de trabalhadores responsáveis por construir a cidade do zero, a necessidade de desenvolver a infraestrutura necessária – dos pontos de vista econômico e social - bem como conectar a região ao resto do país gerou, por parte do Estado, um grande volume de recursos através da expansão de seus gastos (Neto e Gomes, 2000: 15). Quando o setor público se mudou e começou a influenciar de maneira indireta o crescimento uma vez que a demanda na região aumentou (Ibid.), o setor privado o seguiu.

A relação simbiótica entre ambos os setores foi crucial para o desenvolvimento da área. O que se observa é que a partir do setor público, as linhas de créditos ofertadas a serem empregues com o intuito de financiar a produção – parte do processo governamental de incentivo às atividades produtivas (Neto e Gomes, 2000: 18) – fizeram com que a demanda pelos serviços e produtos do setor privado crescesse, gerando receita e expandindo a absorção de mão de obra na região.

³² Disponível em <<http://www.df.gov.br/historia/>>. Acessado em 05 de abril de 2021.

³³ Disponível em <<http://www.df.gov.br/historia/>>. Acessado em 05 de abril de 2021.

³⁴ Disponível em <<http://www.df.gov.br/historia/>>. Acessado em 05 de abril de 2021.

³⁵ Disponível em <<http://www.df.gov.br/historia/>>. Acessado em 05 de abril de 2021.

Este desenvolvimento potencializado pela nova capital criou uma localidade onde o poder econômico oriundo do agronegócio se vê no mesmo espaço onde o poder político se concentra (Araújo e Oliveira, 2016: 30). Até então, o que se observava era a existência de dois “Brasis” distintos, aquele do litoral onde se viam as grandes cidades, os centros econômicos, as elites nacionais, a burguesia e intelectuais, e o Brasil sertanejo, deixado em segundo plano (Araújo e Oliveira, 2016: 32).

O processo de desenvolvimento do poder econômico local, porém, se deu com diferente intensidade desde a inauguração da capital. Na década de 70, logo após o nascimento de Brasília, o que se observava do ponto de vista produtivo era a primeira do que seriam as três décadas de transformação no que se tange ao processo de produção (Souza, 2017: 17). Primeiramente veio a adaptação do cultivo da soja ao bioma do Cerrado, momento no qual se iniciou a produção no que hoje é o estado do Mato Grosso do Sul e a formação de uma indústria de beneficiamento em Goiás, responsável pela retirada, preparo e distribuição das matérias primas (Ibid.). Nos anos 80, foi o mercado de *commodities* e suas tendências que ditaram que o cultivo de cereais – em especial destaque para soja e milho – se expandisse pela região, ao passo que nos anos 90 o que se observou foi a existência de um incentivo de capital nacional e estrangeiro para “a consolidação do complexo grão-carne” (Ibid.).

Assim sendo, houve a construção do Centro-Oeste, encabeçado por Brasília, de uma região essencial para o progresso do país (Araújo e Oliveira, 2016: 36). De acordo com Araújo e Oliveira (2016: 39), o que se passou no antes e depois da construção da capital foi a transformação de um interior “longínquo, vazio, atrasado, selvagem e “incivilizado”” para um avanço em termos de discurso ruralista, onde que se observa é que “é no centro do Brasil, no Distrito Federal, que se encontram os donos da Nação”.

O setor rural é certamente o maior motor da região, mas a indústria também assumiu um importante papel no desenvolvimento local. Um exemplo vem a ser a Votorantim Cimentos, que expandiu suas atividades no Centro-Oeste trazendo consigo empregos e infraestrutura (Bacellar e Nali, 2014: 151). No estado de Goiás, a Votorantim foi responsável pela construção de uma UBS e pelo “reaparelhamento de uma unidade mista de saúde” na cidade de Edealina, bem como na construção de uma segunda unidade mista de saúde em Edéia, cidade vizinha, tendo em vista a análise da deficiência

destes serviços na localidade onde se almejava inserir (Bacellar e Nali, 2014: 152). Para além das atividades não associadas diretamente com as próprias, a empresa investiu R\$ 660.000.000³⁶ - o equivalente a aproximadamente 220.000.000 euros à época – para a implantação de uma nova unidade integrada de produção, gerando cerca de 1.600 postos de trabalho (Ibid.). Cabe salientar que deste valor, R\$ 337.000.000 – ou cerca de 112.333.333,33 euros – foi obtido com apoio do BNDES, em mais um exemplo da ação simbiótica dos setores público e privado na região.

5.1.2 – Goiás

Tendo sido analisado o Centro-Oeste como um todo e a participação de Brasília no processo de desenvolvimento regional, é importante agora levar em consideração a localização espacial em particular na qual as atividades laborais de Jefferson Pureza se passaram. Se é a criação de Brasília que faz com que os olhares se voltem para o Centro-Oeste, é a história de Goiás que serve de base para a identidade e percepção acerca do que se passa, bem como construção social, àqueles que vivem fora da capital federal.

A priori é importante mencionar a unidade federativa na qual a cidade de Edealina se insere, o estado de Goiás. Ocupado a partir da chegada dos bandeirantes ao final do século XVII e início do século XVIII (Governo do Estado de Goiás, 2019), a localidade vê-se, no aspecto cultural, influenciada pelo contato que se deu entre este grupo com os nativo-americanos e os negros³⁷. Chamado de Goiás – palavra que tem como origem o termo Guaiás que denomina uma das tribos indígenas que ocupava a localidade, que por sua vez tem origem no tupi *gwaya*, que significa “gente semelhante,

³⁶ No início de 2015, quando a fábrica da Votorantim foi aberta, o Euro comercial estava aproximadamente R\$ 3,00 segundo a cotação de janeiro, disponível em <<http://www.yahii.com.br/eurodiario15.html>>

³⁷ A escravidão no Brasil teve fim com a lei 3.353 de 13 de maio de 1888, assinada pela Princesa Isabel. Antes houveram leis para libertar escravos sexagenários e nascidos a partir de determinada data – esta posta em vigor em 1871 – e para proibir o tráfico transatlântico – em 1850. O país foi o último local no continente americano a tornar a escravidão ilegal, para além de ter sido a localidade que mais recebeu escravos traficados: estima-se que 45% da população que deixou o continente africano na condição de escravo desembarcou no país. Para efeitos de comparação, enquanto o Brasil foi o destino de cerca de 4.900.000 de escravos, os Estados Unidos receberam 389.000 africanos traficados (<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/lutapelaabolicao#:~:text=H%C3%A1%20130%20anos%2C%20o%20domingo,e%20assinada%20pela%20princesa%20Isabel.&text=O%20Brasil%20era%20o%20C3%BAltimo,a%20acabar%20com%20a%20escravid%C3%A3o>). Dado este fato bem como o período temporal no qual a interação entre bandeirantes, nativo-americanos e negros se deu, é possível perceber que a mesma não ocorreu de maneira igualitária ou pacífica e sim que gerou uma estrutura bem clara em termos de relações sociais e de poder, cujas consequências podem ser percebidas até o presente não apenas em Goiás mas em todo país.

da mesma raça” (Ibid.) -, a região já era conhecida pelos bandeirantes logo no primeiro século no qual o Brasil se viu colonizado – ainda no século XVI -, por onde passavam rotas nas quais os bandeirantes penetravam no interior para buscar minérios que pudessem gerar riqueza e capturar nativos para trabalhos forçados (Ibid.).

Foi apenas a partir de uma bandeira – como eram chamadas as expedições realizadas pelos bandeirantes – que saiu de São Paulo em julho de 1722 e retornou três depois que a região ganhou protagonismo: no retorno, se divulgou a descoberta de córregos auríferos (Governo do Estado de Goiás, 2019) no que viria a ser o pontapé inicial à exploração do ouro na localidade. Esta atividade econômica, caracterizada pela exploração do ouro às margens dos rios com uma técnica rudimentar, se deu de maneira intensa, apesar de breve: após cinco décadas, a atividade mineira se vê em decadência rápida e completa (Ibid.).

Como discorrem Sandes e Arrais (2013), a exploração se dá ainda no período no qual o Brasil se vê sob domínio da Coroa Portuguesa e, assim sendo, há um importante papel da narrativa de ocupação local a partir desta relação. Para além da dicotomia previamente explorada nesta dissertação acerca de dois ‘Brasis’, um no litoral e um interiorano, há a relação de poder do “nós” – aqui representados pelos brasileiros em uma posição de submissão e enquanto explorados – e “eles” – mais precisamente, a Coroa Portuguesa.

Conforme discorrem Sandes e Arrais (2013: 848),

“A história, enquanto representação do passado, acaba por elidir a noção de experiência dos sujeitos envolvidos no enfrentamento do seu próprio tempo. A historiografia oitocentista retirou a inteligibilidade reinante na sociedade colonial, redefinindo o sentido da relação entre os súditos e a coroa portuguesa. Doravante, o passado será percebido por um viés negativo, realçando, apenas, a ação predatória da metrópole na exploração do território goiano.”

É portanto uma noção que busca anteriormente à mudança na visão do governo central – à época localizado em Portugal, posteriormente substituído pela sede no Rio

de Janeiro no início do século XIX³⁸ – de que Goiás serviria portando única e somente enquanto localidade a ser explorada por entidades externas. Não surpreendente vem a ser o processo no qual as elites locais criam sua própria hierarquia e forma de funcionamento uma vez que se veem, até meados da década de cinquenta, jogadas para segundo plano. Uma das maiores expressões vem a ser a existência de elites rurais locais, tal como foi descrito no terceiro capítulo da presente dissertação, ao descrever os ‘coronéis’ e toda fonte de poder que deles emana.

Ainda no período imperial, vigorou o que Sandes e Arrais (2013: 852) denominam de sentimento de abandono na região central do Brasil, oriundo de uma exploração de ouro que rapidamente se esgotou; uma experiência político-social na qual os olhares foram guiados à região em questão para imediatamente a colocar em segundo plano, uma vez que a euforia e benefícios financeiros provenientes deste metal precioso se findaram. O processo de “pilhagem da antiga Metrópole” (Ibid.) fomenta a sensação de desalento no local, uma vez que até mesmo a frágil organização social – com todas as desigualdades – e infraestrutura antes, durante e após a euforia da exploração se vê deficiente e até mesmo inexistente (Ibid.) – não apenas em termos de estrada, mas também em acesso a serviços como o de saúde, como demonstra o anteriormente citado exemplo da Votorantim se instalando já no século XXI e construindo unidades básicas de saúde onde não existia, por exemplo. O que se viu, foi a promessa de um futuro promissor através do progresso econômico que se converteu em um presente negligenciado, conforme discorrem Sandes e Arrais (2013: 854).

³⁸ A independência do Brasil deu-se pelas mãos de Dom Pedro I do Brasil, filho do então monarca português Dom João VI. Em 7 de setembro de 1822 às margens do rio Ipiranga, no estado de São Paulo, Dom Pedro I declarou “Viva a Independência, a liberdade e a separação do Brasil! Brasileiros, a nossa divisa de hoje em diante será Independência ou Morte!”. Formalmente, contudo, quem declarou a independência veio a ser sua esposa, a futura Imperatriz Leopoldina. No tratado de paz, foi estipulado que 2 milhões de libras esterlinas (£2.000.000,00) seriam pagos como indenização à Coroa Portuguesa (<https://www1.folha.uol.com.br/webstories/cultura/2020/08/7-curiosidades-sobre-a-independencia-do-brasil/>). Com a independência, o Brasil passou de colônia a Império do Brasil, cuja capital passava a ser o Rio de Janeiro (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/presidentes/imperio1.html>), onde permaneceu durante todo período imperial e parte do período republicano até a criação de Brasília, conforme mencionado na seção anterior.

Se até o ano de 1749 a região hoje conhecida como o estado de Goiás pertenceu à capitania³⁹ de São Paulo, foi a exploração aurífera que possibilitou sua existência enquanto capitania independente (Governo do Estado de Goiás, 2019). O fim do ciclo em questão incluiu uma série de medidas de cunho administrativo estabelecidas pelo governo que não obtiveram o resultado almejado uma vez que com o término da mineração – atividade que era vantajosa e percebida enquanto fonte de lucro fácil - não se foi possível encontrar um produto tão lucrativo (Ibid.). Assim sendo, a economia local se vê fragilizada e acaba por regredir a uma economia de cunho rural voltada para a subsistência (Ibid.), permanecendo assim até a Marcha para o Oeste, conforme visto no início deste capítulo.

Após a criação de Brasília e as décadas de 70, 80 e 90 com todos os processos de desenvolvimento e investimento que se deram, Goiás experienciou uma redistribuição populacional no seu território através de um intenso processo de êxodo rural (Governo do Estado de Goiás, 2019). Para além disso, sua localidade central, desenvolvimento econômico e fácil acesso à outras regiões – estes alcançados nas últimas décadas do século XX e início do século XXI – fez com que a região se tornasse atraente e passasse a atrair migrantes (Ibid.).

De acordo com o Censo brasileiro de 2010, Goiás contava com 6.003.788 habitantes (Brasil, 2010), sendo o décimo segundo estado mais populoso do país dentre as vinte e sete unidades federativas (Ibid.) – sendo estas os vinte e seis estados e o Distrito Federal (Brasília) -, distribuídos de maneira que 5.420.714⁴⁰ - ou 90,2% - de habitantes estão em regiões urbanas, ao passo que 583.074⁴¹ - 9,7% restante – vive em regiões rurais. Contando com a densidade demográfica de 17,65 habitantes por quilômetro quadrado⁴², abaixo da densidade nacional de 22,43⁴³, o estado conta com uma população jovem, conforme é possível observar na imagem a seguir:

³⁹ Modelo de divisão territorial adotado pela Coroa Portuguesa na colônia brasileira. A capitania de São Paulo em particular teve como origem a unificação das capitanias de São Vicente e Santo Amaro e vigorou enquanto tal de 1709 a 1822 (http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_de_S%C3%A3o_Paulo).

⁴⁰ Dado disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>>. Acesso em 10 abr. 2021.

⁴¹ Dado disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>>. Acesso em 10 abr. 2021.

⁴² Dado disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>>. Acesso em 10 abr. 2021.

⁴³ Dado disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00>>. Acesso em 10 abr. 2021.

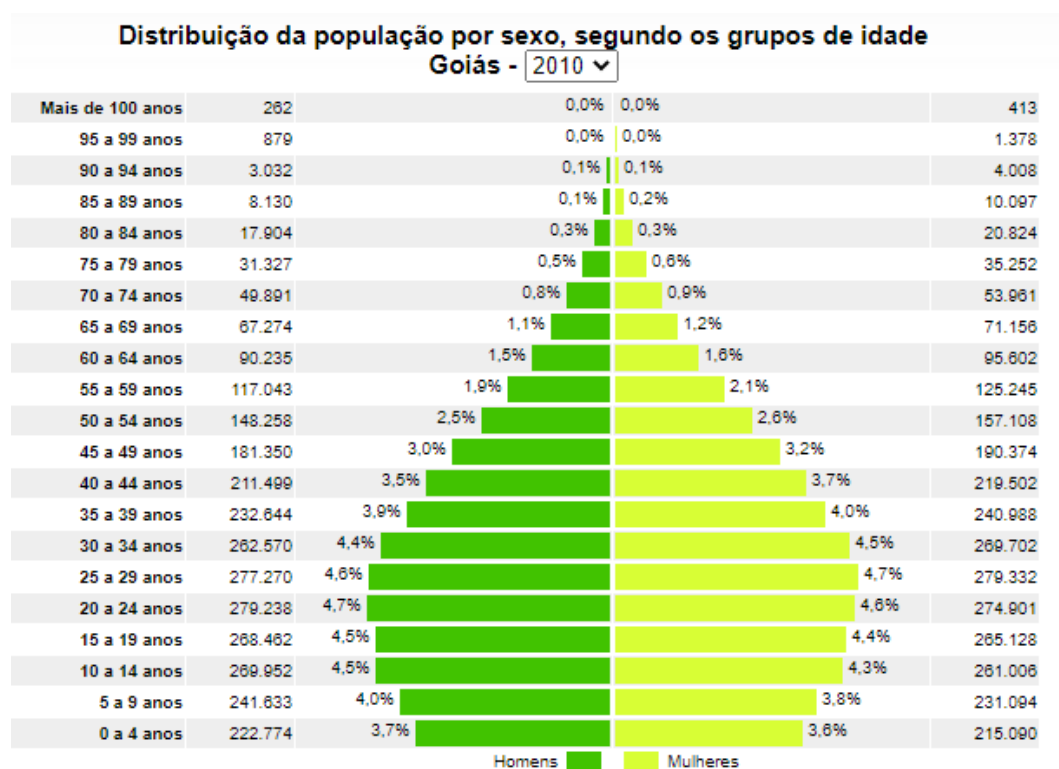


Figura III - Pirâmide etária do estado de Goiás de acordo com o Censo de 2010⁴⁴

Como um todo, o que se observa em relação ao estado de Goiás é fruto de um passado turbulento que inclui a existência de diferentes culturas enquanto fomentadoras de sua criação – bandeirantes, negros e populações indígenas – no que foi uma região deixada de lado por parte do governo central – seja a Coroa Portuguesa, seja o Império do Brasil, seja a República sediada no Rio de Janeiro – por sucessivos anos, a exceção do breve período de mineração e a retomada do foco a partir da criação de Brasília, o que gerou um vazio de poder por um tempo considerável - em termos de lei, uma vez que este foi ocupado por elites locais que ascenderam ao poder e expandiram sua influência, primeiramente, em escala local até que, com o avanço do desenvolvimento e crescente importância do agronegócio, se expandiram na estrutura legal do Estado e reforçaram sua recém obtida posição privilegiada.

⁴⁴ Brasil (2010)

Goiás conta com 246 municípios⁴⁵, dentre os quais Edealina, localidade onde o radialista Jefferson Pureza realizou parte de sua atividade profissional e onde o mesmo foi assassinado.

5.1.3 – Edealina

Em um primeiro momento, iremos observar os fatores estatísticos da região para traçar um quadro mais preciso e caracterizar melhor a localidade. De acordo com dados do Censo de 2010 (Brasil, 2010), a cidade conta com 3.733 habitantes, dos quais 2.569 – ou 68,8% - vivem na região urbana, na sede municipal, enquanto 1.164 – 31,1% - vivem em áreas rurais. Contando com uma área de 603,7 quilômetros quadrados, a cidade possui 6,18 habitantes por quilômetro quadrado (Ibid.).

Formado a partir de um grupo escolar fundado nas terras de Coimbra Bueno, um fazendeiro que já tinha em sua propriedade uma farmácia e um armazém responsáveis pelo abastecimento da região, que concedeu uma área de dois alqueires destinada à instituição de ensino, construída em 1953 (IBGE, n.d.b.). O que se viu posteriormente foi a formação de um povoado a partir de indivíduos de propriedades rurais próximas e famílias que, em setembro de 1954, se viram expulsas da Fazenda Mata Rica (Ibid.). Chamada de Edealina por se localizar entre Edéia e Pontalina, a localidade viu se erguer em 1958 uma sede provisória da igreja em homenagem à Nossa Senhora Aparecida, a padroeira (Ibid.).

A partir de maio de 1976 através de uma lei estadual, a localidade passou a ser um distrito subordinado à cidade de Edéia e apenas em janeiro de 1988, é elevada à condição de cidade (IBGE, n.d.b.).

De acordo com Angelina Nunes (2021), Edealina vem a ser uma cidade pequena cujo crescimento populacional se deu devido a “presença da fábrica da Votorantim”, conforme já foi mencionado em seções anteriores da presente dissertação, o que “trouxe um fluxo maior de pessoas à cidade”. Assim sendo, Edealina segue a máxima da região na qual a instauração de estruturas – sejam públicas ou privadas – acabam por ditar a movimentação de indivíduos em seu território, o que se observa no Centro-Oeste como um todo. Ainda segundo Nunes (2021), a cidade pode ser categorizada enquanto

⁴⁵ Dado disponível em <<https://www.imb.go.gov.br/sobre-goias>>. Acesso em 10 abr. 2021.

uma das que pertence ao que ela chama de “Brasil Profundo”, que consiste em “cidades longes das grandes capitais que enfrentam problemas de infraestrutura, habitação, desemprego e uma forte disputa política entre grupos rivais”.

De maneira a ilustrar a situação acima mencionada, é possível perceber a diferença entre Edealina e Edéia, a cidade vizinha de maior expressão a qual Edealina já pertenceu. Em termos populacionais, podemos observar a seguinte situação:

Município	População Residente (2000)	População Residente (2010)	População Urbana	População Rural	Área total (km ²)	Densidade demográfica (hab./km ²)
Edealina	3.803	3.733	2.569	1.164	603,7	6,18
Edéia	10.223	11.266	9.538	1.728	1461,5	7,71

Tabela III - As municipalidades de Edealina e Edéia em termos populacionais⁴⁶

A diferença populacional é expressiva, com Edéia contando com o triplo de habitantes da vizinha Edealina. A carência de infraestrutura de Edealina pode ser percebida até mesmo do ponto jurídico: apesar de se tratar de um município independente, os processos legais são avaliados no Fórum de Edéia (Nunes, 2021). Em termos de infraestrutura, cabe também mencionar o fato de que apensar das cidades serem separadas por cerca de 30 quilômetros (Ibid.), percorríveis em aproximadamente trinta minutos caso não chova – quando, segundo Nunes (2011), a rota pode dobrar – em um caminho com “asfalto [que] é cheio de buracos, a estrada tem apenas duas faixas (mão e contramão), [e] não há acostamento, o que significa que a estrada corta o mato e fazendas próximas”, onde “o barro vermelho das pequenas laterais da estrada sujam o carro e a poeira ou lama gruda na carroceria” (Ibid.).

Sobre a cidade em si, Nunes (2021) a descreve enquanto “cortada por algumas ruas e, por conta do forte calor, perto do meio-dia há pouca gente circulando”. Apesar de estar localizada a 150 quilômetros de Goiânia, a capital do estado de Goiás (Ibid.), a localidade parte do Brasil Profundo segue sendo palco de “grupos rivais que vão dar o tom das disputas durante as eleições e após esse período” (Ibid.).

⁴⁶ Dado disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=52>>. Acesso em 27 out. 2020.

É neste cenário no qual o radialista Jefferson Pureza se inseria enquanto comunicador e agente de informação através do rádio, e foi em Edealina, por consequência de sua atuação enquanto tal, que ele foi assassinado.

5.2 – O trabalho de Jefferson

A carreira de Jefferson Pureza se iniciou antes de sua chegada a Edealina. Com experiência em pequenas emissoras de rádio locais em outras municipalidades, Jefferson começou a trabalhar em Edealina em 2016 em uma rádio comunitária (Nunes, 2021). Seu programa de rádio, chamado “A Voz do Povo”, contava com uma hora de duração e era veiculado pela rádio Beira Rio FM, e era a principal plataforma na qual o radialista fazia uso do espaço para realizar denúncias (Ibid.).

Cabe aqui uma observação acerca das particularidades na veiculação de informação via rádios. Se por um lado a imprensa impressa faz uso constante de linguagem formal e deixa a personalização e opinião pessoal do comunicador restrita a certas áreas – sobretudo colunas de opinião – a partir da imparcialidade jornalística já mencionada na presente dissertação no capítulo quatro.

Acerca da rádio, “é bom lembrar que no interior do Brasil, os comunicadores de rádio têm um jeito próprio de narrar, de construir programas onde a linguagem coloquial nem sempre é vista com bons olhos” (Nunes, 2021).

A partir desta percepção de como as relações se davam em Edealina, o que se observa é um comunicador agindo em prol do direito à informação da população e membros da esfera política recebendo e, por vezes, reagindo ao que interpretam enquanto ataques, chegando ao ponto de se deslocarem até a sede da emissora para “discutir com o radialista” (Nunes, 2021). Um exemplo vem a ser um episódio denunciado pelo próprio Jefferson, registrado em março de 2017, no qual ele conta a ameaça a ele feita por parte de Cleiton Cezar Vitória, marido da então vereadora Cristiane Rocha. O radialista mencionou em seu programa que Cristiane fazia uso de maquinário pertencente à prefeitura em sua própria fazenda e, em retaliação, Cleiton se dirigiu ao radialista ordenando que o nome de sua esposa não fosse mais mencionado pois, caso isso ocorresse, ele atiraria contra Jefferson (Nunes, 2021). A ameaça foi

seguida por Cleiton lhe mostrando uma arma e afirmando que, caso Jefferson falasse “isso de novo amanhã, você vai sair de Edealina morto” (Ibid.).

Esta ameaça não foi a única recebida pelo comunicador. O mesmo chegou a sofrer ataques diretos e indiretos, frutos de suas denúncias, que incluíram tiros disparados na casa de sua ex-mulher em Pontalina, cidade vizinha, bem como dois incêndios nas instalações da rádio na qual trabalhava (Nunes, 2021). O segundo incêndio, em novembro de 2019, resultou na destruição da rádio que, aliado ao furto do receptor, fez com que Jefferson fizesse uso de seu perfil no *Facebook* com o intuito de continuar com a transmissão de seu programa (Nunes e Silva, 2019).

Antes de prosseguir com detalhes acerca do trabalho de Jefferson, cabe mencionar as principais figuras que serão mencionadas nesta seção. De maneira a facilitar a compreensão das relações e das dinâmicas em questão, se faz uso da imagem a seguir:



Figura IV - Representação visual das principais relações envolvendo Jefferson⁴⁷. Verde corresponde a relações amistosas, roxo representa rivalidade política, vermelho expressa as rivalidades com o radialista, amarelo consiste os condutores de campanhas difamatórias, azul mostra relações amistosas na esfera política e rosa indica conexões externas à esfera política.

Introduzidos os nomes acima, é importante estabelecer as relações entre eles antes de se prosseguir. Ademais de Cleiton e Cristiane, o ex-prefeito Batista Boiadeiro,

⁴⁷ Baseado em Nunes(2021)

José Eduardo Alves da Silva e o então prefeito Dr. Winicius Miranda eram alvos de denúncias realizadas por Jefferson. As setas em verde indicam amigos do radialista, Joel Pires – seu advogado – e Cristina - diretora da Beira Rio FM, rival política de Winicius como mostra a conexão em roxo - ao passo que as setas amarelas indicam indivíduos que, ao serem entrevistados pela equipe da Abraji após o assassinato de Jefferson, tentaram desqualificar a vítima com o intuito de desviar o rumo das investigações jornalísticas. As setas azuis indicam indivíduos que ocuparam cargo de secretário no governo de cada (então) prefeito, enquanto a conexão em rosa demonstra uma das denúncias de Jefferson acerca de empresas operando de maneira ilegal e sendo favorecidas pelo governo municipal (Nunes, 2021).

5.2.1 – Denúncias e Ameaças

Conforme mencionado anteriormente, a própria estação de rádio foi alvo de retaliações através de dois incêndios. Segundo Nunes (2021), uma semana antes do segundo incêndio, em novembro de 2017, Jefferson e seu advogado afirmaram n’A Voz do Povo que:

- Iriam provar, com base em documentos, fraudes cometidas na administração anterior e;
- O então vereador José Eduardo Alves da Silva – secretário de Administração do prefeito anterior, Batista Boiadeiro – fazia uso de maquinário pertencente ao município no plantio de soja de sua fazenda.

Cabe mencionar que as acusações feitas a José Eduardo e Batista Boiadeiro não eram as primeiras: realizadas anteriormente por Jefferson, elas incluíam obras irregulares realizadas pela prefeitura (questão que faz parte de processo no Fórum de Edéia) e suspeita de fraude na transferência de domicílio eleitoral no período correspondente às eleições municipais de 2016 (Nunes, 2021).

As denúncias realizadas por Jefferson Pureza tinham como base uma série de documentos. De acordo com Nunes (2021), estes documentos incluíam “cópias de licitações de obras, documentos internos da prefeitura de acompanhamento de obras, fotos, listagem de material dessas obras”, duas das quais estavam sendo analisados pelas autoridades judiciárias locais e ainda não tinham gerado resultados. Para além

disso, uma das acusações feitas pelo comunicador se referiam a um processo que já consta no Fórum de Edéia e se trata de “obras e suspeita de fraude licitatória”, referentes a uma obra de 2015 (Ibid.). Acerca destas obras, cabe salientar que há ligações entre as empresas investigadas e o ex-prefeito Batista Boiadeiro, membro do mesmo grupo político do acusado de ordenar o assassinato de Jefferson e do então prefeito Dr. Winicius (Ibid.). Em relatório confeccionado pelo MP, há o cruzamento de informações das empresas em questão e um dos nomes que salta é o de José Cassiano da Costa, secretário municipal do Departamento de Transportes, Obras e Desenvolvimento Urbano da administração de Winicius de Miranda, que figura enquanto representante de uma das empresas – uma construtora – e como motorista em um contrato firmado com uma entidade que presta serviços de transporte escolar (Ibid.). Este mesmo relatório mostra que a construtora alterou sua razão social e continuou ganhando licitações da prefeitura para obras, além de prestar serviços referentes a eventos – estes posteriormente adicionados a seu portfólio (Ibid.). O processo em questão, até a data da entrevista com Angelina Nunes, estava parado no fórum.

Ainda acerca das denúncias, é necessário mencionar as dirigidas ao ex-prefeito Batista Boiadeiro e a José Eduardo. Batista, preso por peculato⁴⁸ no ano de 2015, durante seu mandato, era frequentemente cobrado pelo radialista, ao passo que José Eduardo – secretário municipal na administração de Batista, eleito vereador em 2016 – era referido por Jefferson enquanto “vereador das transferências”, sendo acusado de transferência fraudulenta no endereço de eleitores (Nunes, 2021), em um processo que garantiu sua eleição (Nunes e Silva, 2019). Para além disso, Pureza também afirmava que José Eduardo estava se apropriando de uma área correspondente à roça comunitária (Ibid.).

Em relação às ameaças sofridas – nomeadamente o ataque à residência da ex-mulher e os incêndios na rádio -, Jefferson prestou queixa, registrando junto à polícia

⁴⁸ Crime previsto no Código Penal Brasileiro, artigo 312. Consiste no crime cometido por um funcionário público quando este se apropria de dinheiro, valor ou qualquer bem móvel, seja público ou particular, destinado ao uso de quem ocupa determinada posição ou cargo em proveito próprio ou de terceiros. Pode ser culposo ou mediante a erro de outrem (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm).

boletins de ocorrência, os quais não identificavam as motivações ou autorias dos mesmos (Nunes, 2021). Contudo, em seu programa de rádio em janeiro de 2017, o radialista declarou estar sendo ameaçado de morte e, caso algo lhe acontecesse, seria devido a capangas contratados por José Eduardo Alves da Silva e João Batista Gomes Rodrigues para assassiná-lo (Ibid.). Este episódio ilustra que em decorrência de seu trabalho, Pureza causara reações extremas que culminaram na ameaça de um atentado contra sua vida.

De acordo com Cristina, diretora da emissora na qual Jefferson trabalhava, as ameaças sofridas pelo radialista eram constantes, mas isso não o desmotivava: o comunicador anunciara em uma *live* através de seu perfil no *Facebook* que retornaria às atividades de seu programa de rádio (Nunes, 2021). Quando questionada acerca de que medidas Pureza tomara diante das ameaças que recebera, Angelina Nunes (2021) relata que o que foi apurado foi que tudo indicava que o radialista não esperava que as ameaças de fato se concretizassem.

Em entrevista concedida a um jornal, Quéops Barreto, o delegado que àquele momento estava trabalhando no caso referente à morte de Pureza, mencionou que o radialista “desagradava os governantes locais” (Nunes, 2021), mais um retrato do atrito entre a mídia – na figura do radialista – e o Estado – no caso, aqueles que fazem parte do mesmo na esfera local.

5.3 – Assassinato e Investigação

Na noite de 17 de janeiro de 2018, Jefferson Pureza foi morto enquanto descansava na varanda da casa onde vivia há quinze dias – onde morava com a mulher, grávida de quatro meses (Nunes, 2021). O assassinato se deu por “dois homens [que] entraram pelo portão que estava aberto”, sendo que “um deles o matou com três tiros na cabeça” e “a dupla fugiu em uma motocicleta” (Ibid.).

No dia seguinte ao assassinato, Nunes (2021) menciona que o jornal Popular, com sede em Goiânia, veio a disseminar um vídeo que fora gravado por Dr. Winicius, prefeito à época, ainda em novembro do ano anterior, postado no *YouTube*. Neste, via-se uma discussão entre o mesmo e Pureza. Winicius, membro do PSB, foi eleito por uma coligação formada pelo próprio partido, bem como PP, PDT, PTB (partido do ex-prefeito

Batista Boiadeiro), PTN, PSDB, PPS e PR, tendo concorrido contra Dolores Cristina Leandro Neves (DEM), que perdeu a eleição por 197 votos (Ibid.).

Treze dias após o incidente, José Eduardo Alves da Silva se dirigiu à delegacia de Edéia com o intuito de prestar esclarecimentos acerca do caso (Nunes e Silva, 2019). Neste momento, o vereador veio a assumir que chegou a planejar um atentado contra o radialista no ano anterior – tal como Jefferson atestara em seu programa -, chegando a negociar com um rapaz – ao qual declarou chamar “Junio” - uma surra em Pureza bem como incendiar o carro do comunicador com o intuito de fazer com que Jefferson sáísse da cidade (Ibid.). José Eduardo ainda afirmou que o valor de três mil reais seria pago pelo pastor Thiago Marinho (então secretário de Administração) e que o plano não foi adiante pois a mulher do vereador descobriu o plano (Ibid.). Em depoimento posterior, o pastor Thiago negou seu envolvimento no caso (Ibid.).

Ainda de acordo com denúncia do MP apresentada em abril de 2018, José Eduardo chegou a planejar outro ataque a Pureza no final de 2017, pois suspeitava que o radialista mantinha uma relação com Marley Alves de Jesus Faleiro, sua ex-mulher (Nunes e Silva, 2019). Cabe mencionar que o vereador já agredira, ameaçara de morte e planejara assassinar Marley em 2013 (Ibid.).

Durante as investigações, o que se descobriu foi o envolvimento de mais indivíduos na trama por detrás do assassinato de Jefferson. O caseiro Marcelo Rodrigues dos Santos foi apontado como quem teria apresentado o vereador a Leandro Cintra da Silva – dono de um lava-jato em Aragoiânia, cidade vizinha – e a um adolescente (Nunes e Silva, 2019). Em um encontro realizado no lava-jato, José Eduardo veio a negociar o assassinato de Pureza por 4 mil reais⁴⁹ - cerca de 1025 euros – em um plano que acabou por ser adiado dado ao fato de que Marcelo veio a ser preso por conta de seu envolvimento no tráfico de drogas (Ibid.).

O adolescente recusou a oferta, porém veio a indicar quem estaria disposto a o fazer. Este, por sua vez, informou o vereador de que seu preço mudava: para matar o radialista, seria necessário desembolsar 5 mil reais⁵⁰ - cerca de 1282 euros – e um

⁴⁹ Ao final de 2017, um euro correspondia a aproximadamente R\$ 3,90 (<https://www.idealsoftwares.com.br/indices/euro2017.html>)

⁵⁰ Conversão tendo como base a informação obtida no link disponível na nota de rodapé acima.

revólver (Nunes e Silva, 2019). O adolescente inicial foi então procurado pelo vereador e recompensado com R\$ 200,00⁵¹ – pouco mais de 50 euros – por ter feito a indicação, enquanto o caseiro contactara um terceiro adolescente para pilotar a moto utilizada na noite do assassinado (Ibid.).

Em depoimento, José Eduardo Alves da Silva negou ser o mandante do crime, afirmando que sua ida a Aragoiânia se deu apenas para prestar ajuda a Marcelo, seu amigo, para buscar uma carteira de trabalho, bem como para conversar com o caseiro acerca de ter se separado da mulher e do envolvimento da mesma com Jefferson (Nunes e Silva, 2019). De acordo com o vereador, teria sido Santos a sugerir que ele encomendasse a morte de Pureza, chegando a apresentar os rapazes para tal, mas José Eduardo retrucara que não o faria e estava determinado a seguir adiante com a própria vida (Ibid.). Na versão do caseiro, contudo, os fatos mudam: o vereador mencionara a agressão ao radialista e Marcelo não apresentara os menores que executaram o comunicador, ao passo que os adolescentes negaram seu envolvimento no crime (Ibid.).

Ao final da investigação, o que se levava ao tribunal para julgamento foi a seguinte rede de relações, representadas pela imagem a seguir:

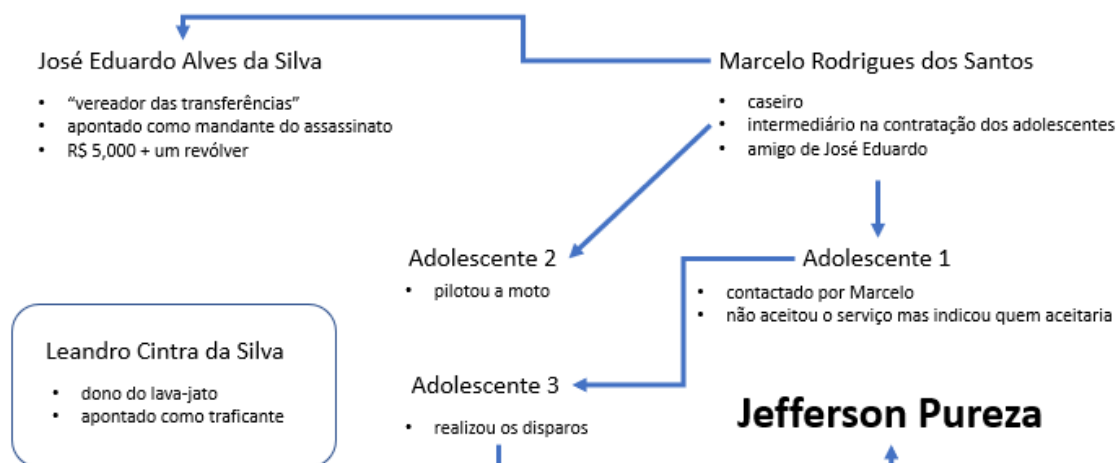


Figura V - Imagem ilustrativa das relações dos acusados de envolvimento na morte de Jefferson Pureza⁵².

⁵¹ Ao final de 2017, um euro correspondia a aproximadamente R\$ 3,90 (<https://www.idealsoftwares.com.br/indices/euro2017.html>)

⁵² Baseado em Nunes e Silva (2019) e Nunes (2021)

5.3.1 – A equipe da Abraji e o Programa Tim Lopes

Antes de dar prosseguimento ao julgamento referente ao caso de Jefferson Pureza, é necessário abordar o que vem a ser o Programa Tim Lopes e seu papel no que se refere a todo processo de investigação. Realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo e contando com financiamento da Open Society Foundations⁵³, o projeto leva o nome ao repórter televisivo Tim Lopes, assassinado no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, no ano de 2002 durante uma reportagem (Abraji, n.d.).

Como sugere seu próprio nome, o programa consiste na resposta da Associação à violência sofrida por jornalistas, sobretudo no interior do Brasil (Abraji, n.d.). Sucedendo a etapa inicial onde um repórter percorreu os locais de alguns dos crimes contra jornalistas mais emblemáticos dos últimos anos recolhendo informações acerca dos crimes, investigações dos mesmos e consequências das mortes destes comunicadores para as comunidades nas quais se inseriam, culminando em um material divulgado em julho de 2017 (Ibid.). A etapa seguinte, no mesmo ano, veio a ter como objetivo estabelecer uma “rede de resposta rápida aos crimes contra jornalistas”, formadas por elementos da mídia tradicional e da mídia independente (Ibid.).

Ao ser informada acerca da morte de um comunicador no interior do país cujo falecimento está relacionado às suas atividades laborais, a Abraji coordena uma equipe formada por membros de diferentes veículos midiáticos que se desloca até a localidade onde o crime se passou com um intuito de realizar uma intensa investigação, cujo material é publicado de maneira colaborativa por todos os veículos que fazem parte do projeto (Abraji, n.d.). A investigação inclui não apenas a morte do comunicador mas também qual(is) reportagem(ns) realizadas pelo mesmo serviram de motivação para seu homicídio (Ibid.).

⁵³ Open Society Foundations é uma organização internacional, fundada por George Soros, e vem a ser o maior fundo privado de financiamento de grupos que trabalham nas áreas de justiça, governança democrática e direitos humanos. A organização conta com uma ampla rede de fundações nacionais e regionais bem como escritórios que auxiliam no processo de distribuição de fundos para projetos variados. Sua atividade tem origem na crença de que é através da troca de ideias, possível apenas a partir da existência de liberdade de expressão, que se irão obter as respostas que hão de resolver desafios nacionais, regionais e globais. A Open Society Foundations acredita que todos devem se fazer ouvir quando se trata de estabelecer políticas que os afetem. Assim sendo, oferece o financiamento de organizações e indivíduos independentes membros da sociedade civil que consistem na ponte entre governantes e governados (<https://www.opensocietyfoundations.org/who-we-are>).

No caso de Jefferson Pureza, a equipe da Abraji esteve em Edealina entre 28 e 31 de janeiro e pôde testemunhar o desdobramento do impacto da morte do jornalista na cidade (Nunes, 2021). Para se deslocar até uma localidade, porém, é necessário tomar uma série de medidas de maneira a garantir a segurança dos jornalistas que lá chegam. Segundo Nunes (2021), o protocolo de segurança inclui o envio de ofícios e mensagens às autoridades locais e estaduais, informando acerca da visita da equipe da Abraji, no que vem a ser um processo importante dado que todas as autoridades – incluindo o governo estadual, a prefeitura de Edealina, OAB e o MP – saibam que a equipe em questão se mobilizou para realizar a apuração do crime em questão. Esta medida também é importante pois a cooperação das entidades é essencial, uma vez que oferta uma dose maior de segurança aos que se deslocaram (Ibid.).

Nunes (2021) declara que a chegada da equipe – formada por ela, vindo do Rio de Janeiro, e por um estagiário, proveniente de São Paulo – na cidade foi encarada com desconfiança pelos habitantes do local, que não compreendiam o porquê de indivíduos dos grandes centros urbanos do país estarem interessados na morte de um radialista no interior. De acordo com ela, foi esta noção de suspeita que passou a impressão de se existir “uma espécie de ordem silenciosa para que os moradores não dessem detalhes de nada” (Nunes, 2021). A equipe passou a primeira noite em Goiânia, onde puderam experimentar a “lei do silêncio” em primeira mão: antes mesmo de desembarcar no Centro-Oeste, a coordenadora do programa foi procurada por três indivíduos que agiram enquanto fontes de informação através de telefonemas, quando marcaram um encontro para serem entrevistados (Ibid.). Contudo, temerosas de futuras retaliações, estas três pessoas optaram por não realizar esta entrevista em Edealina: uma delas, morando em uma cidade próxima a Edealina, a 240 quilômetros de Goiânia, optou por realizar a viagem entre as cidades – um percurso de cerca de três horas – para ser entrevistada, ceder material que vinha a comprovar as denúncias que Jefferson fazia e, na mesma noite, retornar para casa (Ibid.).

Esta situação ilustra o medo vigente. De acordo com Nunes (2011),

“Isso demonstra como o medo é o primeiro resultado de uma morte de um comunicador numa cidade pequena onde não há delegacia, nem fórum. Ninguém se sente seguro numa cidade onde a morte de um

radialista era encarada como uma coisa corriqueira, um resultado esperado por conta do pano de fundo das disputas políticas.”

De maneira a salvaguardar a documentação obtida com as fontes, Nunes (2011) diz que foram realizadas fotocópias de toda documentação cedida em uma loja localizada na capital com o intuito de evitar suspeitas. Para além disso, foi tomada a precaução de deixar o material na própria capital, em um *locker* na rodoviária, de onde o material foi resgatado quando a equipe regressou a Goiânia.

Após o envio de ofícios informando da chegada da equipe em Edealina, bem como tendo em vista a repercussão do assassinato de Jefferson na mídia, além do envio de ofícios às autoridades reforçando o pedido para que se investigasse o assassinato, o que se viu foi a criação de uma força-tarefa que acabou por prender três adultos e um adolescente envolvidos no assassinato – os outros dois seriam presos posteriormente (Nunes, 2021).

Nunes (2021) ressalta o que um crime como o que se viu em Edealina representa: “é um recado claro para calar a imprensa. É um atentado à liberdade de expressão. Há uma certeza de impunidade e que a vida não vale nada nesse Brasil Profundo”. Ela observa que ainda na noite seguinte ao assassinato o que se viu foi uma campanha difamatória quando O Popular, um grande jornal do estado, divulgou uma reportagem que dava a entender que o crime teria ocorrido por questão passional enquanto traçavam o perfil da vítima enquanto alguém “namorador” e que se vira envolvido em um triângulo amoroso (Nunes, 2021). O fato da atual companheira do radialista, de apenas 17 anos, estar grávida também não passava despercebido por aqueles que foram entrevistados pela equipe da Abraji, mostrando o que a coordenadora chamou de “vontade de “esclarecer” que o radialista era mulhereiro e isso aumentou o número de desafetos (Ibid.).

Segundo a coordenadora do Projeto Tim Lopes, era evidente a existência de um encorajamento por parte destes indivíduos para que a vítima fosse desmoralizada e desacreditada, uma vez que o que se via era a ênfase na vida amorosa de Jefferson e a depreciação das denúncias (Nunes, 2021). Antes das prisões efetuadas na cidade, a

equipe da Abraji entrevistou Dr. Winicius e o Pastor Thiago Marinho e Angelina Nunes se recorda que:

“o tom [das entrevistas] era dar ênfase a vida pessoal do radialista “envolvido com bebidas, mulheres e até drogas” numa tentativa de desqualificar a vítima. O secretário de administração também reforçou a imagem de que o radialista “tinha amantes, programava excursões e dava calote e teria envolvimento com o tráfico”. Claro que os dois dizem que ouviram falar disso e não sabiam detalhes.” (Nunes, 2021).

De acordo com Nunes (2021), esta abordagem não é única, pelo contrário, é possível ser observada em outros casos similares acompanhados pelo Programa Tim Lopes, no que ela caracteriza como “uma tentativa de desviar o rumo das investigações jornalísticas para desqualificar a vítima”, parte de uma campanha difamatória a qual a vítima – assassinada – não tem a chance de se defender.

5.4 – Julgamento

Conforme já mencionado, a cidade de Edealina não conta com estrutura própria para a condução de todo processo jurídico, de maneira que tal como processos de denúncias realizados por Jefferson Pureza, o julgamento referente a seu assassinato foi realizado no Fórum de Edéia.

Segundo Nunes e Silva (2019), houve uma série de momentos inesperados e não cabíveis à situação. Para se determinar o que vem a não ser pertinente, é importante levar em consideração as incumbências de um membro do júri. Assim sendo, é essencial mencionar que cabe a um jurado uma série de atribuições, incluindo porém não se limitando a:

- declarar-se impedido nos casos em que entender que está envolvido de alguma forma com a vítima ou o acusado;
- manter-se incomunicável, podendo falar apenas com o juiz presidente do conselho de sentença;
- assistir atentamente ao julgamento e solicitar as providências que achar necessárias para poder julgar com conhecimento dos fatos;

- comportar-se de forma séria e criteriosa, não deixando transparecer qualquer impressão durante o julgamento e guardar segredo das suas decisões (Senado Federal, 2006).

Para além dos pontos mencionados acima, é importante que seja ressaltada a questão da imparcialidade, uma vez que para que se haja um julgamento justo e adequado, é importante que não se tenha quaisquer tipos de preconceitos – incluídos, embora não limitados a raça, sexo, ideologia política e classe social – que possa vir a favorecer ou prejudicar o acusado (Senado Federal, 2006).

O julgamento durou 15 horas e 20 minutos, nas quais o júri e os presentes ignoraram as solicitações do juiz para permanecerem em silêncio, não expressar reação aos depoimentos e debates de acusação e defesa (Nunes e Silva, 2019). O júri, composto por três mulheres e quatro homens, não seguiram os princípios de incomunicabilidade e, nos intervalos, foram vistos conversando entre si e com outros presentes (Ibid.).

O cenário pintado por Nunes e Silva (2019) não se assemelha ao que deveria ser. Mencionando jurados dispersos ao longo dos julgamentos – uma das quais chegou a lixar a unha por três vezes, fitar a audiência por 23 vezes no intervalo de uma hora e até mesmo acenar para alguns conhecidos em um comportamento que se repetiu por 103 vezes –, jurados que cochilaram em momentos do julgamento bem como uma interação entre jurados e representantes da acusação envolvendo um analgésico, o quadro descrito em nada inspira a confiança no sistema.

Por parte dos advogados, o que foi visto foi que a defesa de Marcelo Rodrigues dos Santos, o caseiro, teve como estratégia tentativas de provar que o réu não chegou a negociar o crime com os menores, bem como aventar suspeitas acerca da razão por trás do radialista ter deixado o portão de sua casa aberto enquanto repousava em sua varanda (Nunes e Silva, 2019). Os defensores do réu José Eduardo Alves da Silva, por sua vez, optaram por retratar seu cliente enquanto “um homem simples, que fala demais, faz tratamento com remédio controlado e tem “surto de vez em quando”” (Ibid.), fazendo uso de uma performance que incluía sotaque interiorano e expressões rurais, atitudes bem recebidas pela audiência e por parte de membros do júri (Ibid.).

Ademais do que já foi mencionado, houve por parte da defesa dos réus a continuidade de uma tentativa de difamar a vítima e minimizar as denúncias – conforme mencionado por Nunes (2021) – com o que Nunes e Silva (2019) descreveram como “apresentação de fotos íntimas encontradas no celular do radialista com várias mulheres e textos de mensagens particulares com declarações que o advogado considerava “picantes” sobre encontros de Pureza com uma delas”. A promotoria, por sua vez, fez questão de ressaltar que a sentença dada aos réus consistiria em uma clara mensagem à sociedade, uma vez que tanto a absolvição quanto a condenação seriam modelo a ser seguido no tratamento daqueles que denunciam desvios de recursos públicos (Ibid.).

É importante salientar depois da extensa descrição feita por Nunes e Silva (2019) que, antes mesmo do juiz vir à público divulgar o veredito, os amigos e familiares dos acusados que compunham a maioria dos presentes no local já estavam celebrando a decisão dos jurados no lado de fora (Ibid.), em um claro indício de que a imparcialidade e inviolabilidade do princípio de integridade e imparcialidade fora ferido.

Segundo Nunes (2021), o resultado do julgamento culminou em medidas socioeducativas para os adolescentes envolvidos no crime, que foram liberados após um ano, e na condenação do dono do lava-jato a 14 anos devido a sua participação no crime. Acerca do julgamento de José Eduardo e Marcelo, porém, o que se viu foi a absolvição de ambos os réus do crime de homicídio, uma vez que o júri concluiu que ambos deveriam apenas responder pelo crime de corrupção de menores, que consiste em uma pena de quatro anos (Nunes, 2021). Frente este resultado, a acusação entrou com recurso e aguarda julgamento, contudo por conta da pandemia de Covid-19, os trâmites legais se viram prejudicados e o recurso deve vir a ser julgado apenas em 2022, segundo Joel Pires (Ibid.).

Os eventos referentes ao assassinato de Jefferson Pureza e a forma a qual o julgamento se deu não inspira confiança. Para Angelina Nunes (2021),

“esse resultado reforça essa sensação de impunidade do que acontece no Brasil, o número de ataques a jornalistas e comunicadores vem crescendo a cada ano – piorou muito durante a pandemia - e infelizmente percebemos que há uma falta de interesse das autoridades

para solucionar esses casos de ataques pessoais ou no mundo virtual. Na ponta mais grave desses ataques está o homicídio. O assassinato de um jornalista ou de um comunicador é um recado para todos nós jornalistas, é a tentativa de nos amordaçar. É um atentado à democracia. O caso de Edealina é uma amostra do que acontece em todo país.”

A organização de todo processo, desde as campanhas de difamação que se sucederam ao assassinato de Jefferson Pureza, passando pelas investigações que estabeleceram quanto custa uma vida em Edealina – e decidiram que cinco mil reais e um revólver é o bastante – até o resultado de um julgamento conduzido de maneira que fomenta indícios de parcialidade e inadequação em diversos momentos, coloca em evidência a fragilidade das instituições quando colocadas à prova, especialmente no interior no Brasil. E, pelo que informa Angelina Nunes (2011), o cenário não é muito animador país afora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação se estabeleceu uma investigação de maneira a se averiguar de que forma mídia e democracia se relacionam em uma nação que se afirma consistir em um Estado Democrático de Direito. Se em um primeiro momento através da análise histórica e jurídica dos mecanismos que possibilitaram a construção do Brasil como tal foi percebido que existe sim uma série de ferramentas legais que asseguram o pleno funcionamento do Estado brasileiro, o que se descobriu ao fim foi que a teoria e a prática não necessariamente dialogam.

É fato de que percepções de mundo forjam sociedades e, conforme foi mencionado ainda no segundo capítulo, Estados são dotados de capacidade de adaptabilidade de maneira a assegurarem sua posição enquanto maior expressão de ordem política (Buzan, 1983: 13). O poder do Estado perpassa por instituições que o aplicam a indivíduos e é a soma dos mecanismos de coerção e violência – a força – e da soberania frente a determinado território que fazem sua vontade valer. Se em um primeiro momento pode existir resistência a seu domínio, ela rapidamente decai quando se propaga a noção de que dentre todos os males existentes, o Estado que exerce poder é o menor destes. Em Estados não autoritários, o que se observa então é a criação de todo um corpo jurídico que vem a conceber direitos e deveres de Estado e cidadão, criando limites à atuação de ambos.

A organização do Estado enquanto fruto de uma sociedade e resultado de suas dinâmicas e contradições (Bonavides 2011: 67) se dá, em um sistema democrático, com a participação da população. É importante ressaltar que até mesmo em democracias se é possível observar desigualdades sociais, questão facilmente notada através de diferentes períodos históricos com a noção de quem de fato é capaz de fazer sua voz valer. Se apenas cidadãos podem fazer seu voto contar, a busca por direitos eleitorais atravessa séculos enquanto mais grupos tentam se encaixar nesta categoria – aqueles que não possuem terras e títulos, mulheres, negros, minorias étnicas.

Há portanto um embate de forças dos que tencionam manter o *status quo* e das crescentes manifestações por direitos. Ora, o Estado é adaptável e, se vendo incapaz de assegurar a continuação de mecanismos legais prévios, faz uso de seu poder para traçar

novas legislações que venham a abranger estes “novos” grupos de cidadãos. O poder, em democracias, emana do povo e, assim sendo, ele tem o direito a se fazer ouvir.

Considerando processos de reivindicação de direitos, não se pode esperar que as disparidades sejam solucionadas de imediato. Pode ser que haja normas e leis que declarem que não há diferenças entre indivíduos e todos tem os mesmos direitos, deveres e força política, contudo as dinâmicas sociais, resultado de questões que incluem aspectos históricos e culturais, fazem com que o que se observe na prática não seja a igualdade.

O caso de Jefferson Pureza coloca em foco que não há tal coisa como igualdade quando se observam diferentes tratamentos dados a cada indivíduo. Como uma lei feita para todos não é aplicada da mesma forma? Sendo o Estado personificação da ordem e aqueles que se inserem na sua estrutura, ocupando – ainda que temporariamente e supostamente com aval do povo – posições privilegiadas sua maior expressão em escala micro, o que se vê é que ao mesmo tempo que o arcabouço jurídico é criado para assegurar justiça e limitações, bem como direitos e deveres de todos indivíduos e instituições, a aplicação das mesmas se dá apenas quando convém. O Estado, assim, dá indícios de que seu discurso democrático consiste apenas em retórica, uma vez que suas ações acabam por fomentar as discrepâncias e minar o funcionamento por ele determinado.

O Estado se lesar de dentro para fora, porém, não é apenas uma questão estritamente política. Conforme mencionado anteriormente, não se é possível conceber um Estado sem levar em conta a sociedade, de maneira que para o caso em questão se colocou em evidência as particularidades do Brasil. Uma sociedade cuja formação foi pautada em antagonismos (Freyre, 2003: 116), iniciada a partir de um processo exploratório de atores externos e estruturada tendo como base o papel de produção agrícola, não é capaz de debelar as consequências de todo este processo.

Se a economia é indissociável do desenvolvimento da sociedade colonial, como menciona Freyre (2003), o mesmo se observa na sociedade contemporânea, a qual herdou uma série de mecanismos e relações ainda em vigor. O acúmulo de poder à época de Brasil colônia residiu na força da família colonial, chegando, por fim, ao

patriarca – o coronel. Esta prática, porém, não terminou com o advento da independência ou ainda mesmo da república e permanece, ainda que não sob a mesma alcunha, entranhada na organização social, sendo mais evidente no interior do país.

Estes coronéis, tendo conseguido o poder, se viram em uma dinâmica na qual se dava uma troca de proveitos por parte do poder público e dos grandes senhores, as figuras poderosas da região (Nunes Leal, 2012). Nos municípios, o que se observava à época era que os interesses da pátria eram ultrapassados pelos interesses individuais (Nunes Leal, 2012: 32), mostrando que ainda que haja uma vontade – que pode ou não ser apenas palavrório – do Estado, em sua representação macro, de garantir democracia e igualdade, no dia a dia é a escala micro estatal que mina a estrutura do Estado de dentro. O que se vê a partir da análise do estudo de caso foi que coronelismo, ameaças e mortes persistem na sociedade brasileira.

A mídia dentro das dinâmicas observadas no cenário de um governo sob a égide da democracia de direito, toma para si o papel de propagar conhecimento, informar e fazer-se ouvir a agenda pública. É importante reforçar que mídia não pode nem tenciona substituir quaisquer instituições – ou ao menos não deveria -, dado que seu papel a coloca como ponte entre povo e Estado. Seu papel faz dela uma aliada poderosa, capaz de contribuir positivamente para a garantia do funcionamento adequado de toda estrutura estatal.

O que é identificado, porém, é que a mídia possui influência e, com isso, se apresenta enquanto ameaça aos que não querem ter suas atividades ilícitas divulgadas ao grande público. Ferramentas para censura midiática são recorrentes em regimes totalitários e repressivos, de maneira a calar a voz da mídia – em última instância, a voz que expressa anseios e angústias populares. A própria história da mídia no Brasil tem início no período colonial, onde era feita de instrumento da Coroa Portuguesa para propagar o que esta desejava ser público, e, quando utilizada em oposição aos interesses de Portugal, veio a ser perseguida e atacada de maneira inclemente.

A censura aparece em diferentes períodos da história e traz consigo a confecção de leis que sirvam de base para justificar as ações do Estado frente a seus rivais, como foi observado também durante o período ditatorial, de maneira que a garantia de

liberdade de expressão e de liberdade de imprensa consistem em pilares fundamentais para um Estado Democrático de Direito. Acontece que apesar de na atualidade não haver quaisquer mecanismos legais que possibilitam, do ponto de vista jurídico, a perseguição sistemática de veículos midiáticos e dos comunicadores que os alimentam, na prática o mesmo não pode ser dito. Não enquanto jornalistas, radialistas e comunicadores são perseguidos, ameaçados e assassinados.

À vista disso, faz-se de suma importância a criação, existência e atuação de organizações, associações e veículos que façam com que sejam prestadas as contas de indivíduos, instituições e do próprio Estado acerca de seu funcionamento, bem como o julgamento e aplicação de punições passíveis aos que infringem as regras em voga. Associações como a Abraji e projetos como o Tim Lopes se colocam na posição de garantir que apesar do silenciamento de um indivíduo, toda uma categoria, toda a mídia, não partilhará do mesmo destino. A máxima atribuída à Pablo Neruda é posta em prática a cada vez que um comunicador é morto em decorrência de seu trabalho: podem cortar todas as flores, mas não podem parar a primavera⁵⁴.

Enquanto este trabalho é louvável, é uma falha no mecanismo estatal necessitar de pressão externa para que instituições façam exatamente o que foram criadas para fazer. O silenciamento de quem desagrade poderosos ou de quem avulta comportamentos ilegais e questionáveis não deveria ser visto pelos perpetradores enquanto alternativa. Em uma democracia, indivíduos tem o direito de se expressar sem temerem represálias de quaisquer formas.

Mas não é apenas uma questão de estrutura atuante e existente apenas na perspectiva jurídica: a infraestrutura em termos físicos também consiste em importante fator a ser assegurado. Edealina não possui um espaço físico onde os casos podem ser apurados, tendo que depender da vizinha Edéia para fazer valer seu poder jurídico atribuído a todos os municípios. Edealina precisou que uma empresa privada viesse a se instalar em suas premissas para poder contar com uma UBS. De muitas formas, as falhas

⁵⁴ A frase, em espanhol *“Podrán cortar todas las flores, pero no podrán detener la primavera”*, já foi usada em uma série de contextos, incluindo durante as eleições presidenciais de 1989, as primeiras após o término da ditadura militar no Brasil, pelo então candidato Lula, que viria a se eleger presidente posteriormente (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2708200506.htm>).

do Estado para com a localidade vão muito além da incapacidade de assegurar o cumprimento das leis. Não sendo vista como prioridade pelas esferas superiores de poder, não é surpresa que os poderosos locais – os coronéis, quer carreguem este epíteto ou não – travam disputas de poder e fazem da cidade uma reprodução da França de Luís XIV onde o Estado e suas figuras são elementos indissociáveis.

Da mesma forma que o assassinato de Jefferson Pureza se deu em Edealina, o assassinato de comunicadores é habitual em diferentes pontos do Brasil, das grandes metrópoles aos rincões. As dinâmicas nos diferentes locais podem se dar com diferentes atores, mas acabam se resumindo a grupos que conseguiram o poder e fazem as vezes de Estado, estando – ou não – nele inseridos, a sua vontade sendo a que vale independentemente do que um poder superior hierarquicamente possa decidir. Para eles, a lei não se aplica da mesma forma.

Se não há a aplicação das leis da mesma forma para indivíduos que agem enquanto agentes estatais e demais membros da sociedade civil, como há de haver democracia? Se os princípios democráticos são repetidamente violados e aqueles que os defendem e desagradam são ceifados, seria o sistema em voga realmente uma democracia?

Angelina Nunes (2011) concluiu a entrevista declarando que a perseguição e assassinato de comunicadores têm crescido no país e a impunidade – ou quase – é via de regra. Persistindo a tendência por ela observada, a única coisa a qual se pode garantir é que se pode esperar um futuro sombrio. Um futuro no qual os mecanismos legais não permitem, mas o temor da morte paira sob todos que cogitarem, ainda que momentaneamente, conduzir suas atividades e irem ao encontro do que as elites políticas desejam. Um futuro no qual a democracia se vê cada vez mais ameaçada. Um futuro no qual a censura regressa e dita todas as ações, gerando uma sociedade civil que tem duas escolhas: o silêncio ou o necrotério.

Um futuro no qual não se deveria viver.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Maria do Carmo. **Casa-grande (engenho)**. Online, n.d.. Disponível em <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=831&Itemid=1>. Acessado em 30 nov. 2020.
- ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de Araújo; OLIVEIRA, Nathan Belcavello de. **Centro-Oeste Brasileiro: alguns semióforos do Planalto Central** (online) in: *Revista Pluritas*, v. 1, n. 1, 2016 pp. 28-45
- AYERBE, Luis Fernando. **O Ocidente e o “Resto”**. Buenos Aires: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, 2003.
- BACELLAR, Rodrigo Matos Huet de e NALI, Eduardo Christensen. *O apoio à indústria de base na Região Centro-Oeste* in: CAVALCANTI, Isabel Machado; BURNS, Victor Alexandre Contarato; ELIAS, Luiz Antonio Rodrigues; MAGALHÃES, Walsey de Assis e LASTRES, Helena Maria Martins (org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste**. BNDES: Rio de Janeiro, 2014.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política vol. 1**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 18ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011
- BUZAN, Barry. **People, States & Fear: National Security Problem in International Relations**. Sussex: Wheatsheaf books, 1983.
- CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1988.
- CORTE REAL, Victor Kraide. **“Campos Salles - Propaganda política e relacionamento com a imprensa, estratégias do segundo presidente civil brasileiro no final do século XIX”**. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Universidade de Brasília: Brasília, 2006.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador** volume II – Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FICO, Carlos. **“Prezada Censura”: cartas ao regime militar**. Topoi: Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 251-286.
- FICO, Carlos. **“Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”** in: *Revista Brasileira de História*, v.24 no. 27, pp 29-60. Associação Nacional de História: São Paulo, 2004.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 48ª ed. São Paulo: Global Editora, 2003.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na Era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulos, 2004.

GUAZINA, Liziane. **“O Conceito de Mídia na Comunicação e na Ciência Política: Desafios Interdisciplinares”**. *Revista Debates* v.1, no.1. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Julho-Dezembro, 2007, pp. 49-64.

HART, H.L.A. **The Concept of Law**. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 1994.

HAY, Colin e LISTER, Michael. *Introduction* in: HAY, Colin; LISTER, Michael; MARSH, David (eds). **The State – Theories and Issues**. Londres: Palgrave Macmillan, 2006.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodología de la investigación**. Cidade do México: McGraw-Hill Education. 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed., 19ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KELLSTEDT, Paul M. e WHITTEN, Guy D. **The fundamentals of Political Science Research**. New York: Cambridge University Press. 2018.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LIMA, Venício A. **“Sete teses sobre mídia e política no Brasil”**. *Revista USP* no. 61. São Paulo: Universidade de São Paulo. Março-Maio 2004, pp. 48-57.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. 2ª ed. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN-TOFT, Ivan M. **Princípios de Relações Internacionais**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

NETO, Aristides Monteiro; GOMES, Gustavo Maia. **Quatro Décadas de Crescimento Econômico no Centro-Oeste Brasileiro: Recursos Públicos em Ação** (online), 2000. Disponível em <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2361>>. Acesso em 20.02.2021

NUNES LEAL, Victor. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RIBEIRO, José Felipe e WALTER, Bruno Machado Teles. *Fitofisionomias do bioma Cerrado* in: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de (Ed.). **Cerrado: ambiente e flora**. EMBRAPA-CPAC: Planaltina, 1998. pp. 89-166

SANDES, Noé Freire e ARRAIS, Cristiano Alencar. **História e Memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança**. *Varia História*: Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.847-861, set/dez 2013.

SOUZA, João Paulo Silva Porto de. **Centro Oeste Brasileiro: Os caminhos da ocupação e do desenvolvimento**. *Centro Universitário de Brasília, Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento* - ICPD: Brasília, 2017.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **“Brasil se consolida na tradição de grande produtor mundial de café”**. *Revista Visão Agrícola* no. 12. Piracicaba: USP/Esalq. Jan-Jun 2013, pp. 124-126.

VENTURA, Magda Maria. “**O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**”. *Revista SOCERJ* vol. 20, no. 5 (setembro/outubro): 383-386, 2007.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

FONTES

ABRAJI. **Programa Tim Lopes** (Online), n.d. Disponível em <<https://projetos.abraji.org.br/tim-lopes/>>. Acessado em 20 dez. 2021.

ATLAS DA NOTÍCIA. **Os Desertos de Notícia no Brasil**. Online, 2020. Disponível em <<https://www.atlas.jor.br/desertos-de-noticia/>>. Acessado em 30 dez. 2020.

BRASIL. **Ato Institucional nº5**. Brasília: Presidência da República, 1968.

BRASIL, **Decreto nº 678 + anexo do Pacto de San José da Costa Rica**. Brasília, Presidência da República, 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>

BRASIL. **Lei nº 9472**. Brasília: Presidência da República, 1997

BRASIL. **Lei nº 9.612**. Brasília: Presidência da República, 1998.

BRASIL. **Censo 2010**. Online, 2010. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acessado em 10 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CANAL RURAL. **Brasil pode se tornar maior produtor mundial de milho, diz FPA**. 2020. Disponível em <<https://www.canalrural.com.br/sites-e-especiais/mais-milho/brasil-pode-se-tornar-maior-produtor-mundial-de-milho-diz-fpa/>>. Acessado em 25 nov. 2020.

CIA. **The World Factbook**: Brazil. 2020. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Acessado em 25 nov. 2020.

EMBRAPA. **Embrapa Soja**. 2020. Disponível em <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acessado em 25 nov. 2020.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007. Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acessado em 12 out. 2020.

GOVERNO DE GOIÁS. **História** (online), 2019. Disponível em <<https://www.goias.gov.br/conheca-goias/historia.html>>. Acessado em 10 abr. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil – Cidades e Estados**. n.d.a. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>>. Acessado em 30 dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Edealina**. n.d.b. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/edealina/historico>>. Acessado em 23 mar. 2021.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cana-de-açúcar: produção e processamento em 2019**. 2020. Disponível em <<http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=14767#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20maior,os%20maiores%20exportadores%20de%20a%C3%A7%C3%BAcar.&text=A%20estimativa%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20mundial,de%20174%20milh%C3%B5es%20de%20toneladas.>>. Acessado em 25 nov. 2020.

NUNES, Angelina e SILVA, Natália. **Júri absolve dois acusados da morte do radialista Jefferson Pureza**. Online, 2019. Disponível em <<https://abracji.org.br/juri-absolve-dois-acusados-da-morte-do-radialista-jefferson-pureza>>. Acessado em 10 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e Estatutos da Corte Internacional de Justiça**. 1948a. Disponível em <<http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/387352/PORTUGUESE-1958.pdf>>. Acessado em 17 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948b. Disponível em <https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf>. Acessado em 17 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **About the UN**. n.d. Disponível em <<https://www.un.org/en/sections/about-un>>. Acessado em 17 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Quem somos**. n.d. Disponível em <http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp>. Acessado em 17 out. 2020.

RECEITA FEDERAL. **50 anos da Receita Federal**. Online, 2018. Disponível em <<http://receita.economia.gov.br/sobre/institucional/memoria/>>. Acessado em 30 nov. 2020.

REPORTERS WITHOUT BORDERS. **2020 World Press Freedom Index**. Online, 2020. Disponível em <<http://www.rsf.org/en/ranking>>. Acessado em 16 nov. 2020.

SENADO FEDERAL. **Atuar como jurado é direito e dever do cidadão** in *Jornal do Senado*, 2006. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70220/060605_125.pdf>

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Histórico**. Online, n.d.. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfHistorico>>. Acessado em 30 nov. 2020.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNITY. **Democracy Index 2019**. Online, 2020. Disponível em <<http://www.eiu.com/Handlers/WhitepaperHandler.ashx?fi=Democracy-Index-2019.pdf&mode=wp&campaignid=democracyindex2019>>. Acessado em 16 nov. 2020.

VOCES DEL SUR. **Relatório Sombra sobre a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16.10.01 na América Latina**. Disponível em <https://abracji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/97646dad-3c78-4f5b-817e-b639090dce3a/03Reporte_Sombra_Portuguei_s_2020.pdf>. Acessado em 10 out. 2020.

YARA BRASIL S.A. **Produção mundial de Citros**. n.d. Disponível em <[https://www.yarabrasil.com.br/nutricao-de-plantas/citros/producao-mundial-de-citros/#:~:text=O%20Brasil%20produz%20um%20quarto,milh%C3%B5es%20de%20toneladas%20respectivamente\).>](https://www.yarabrasil.com.br/nutricao-de-plantas/citros/producao-mundial-de-citros/#:~:text=O%20Brasil%20produz%20um%20quarto,milh%C3%B5es%20de%20toneladas%20respectivamente).>)>. Acessado em 25 nov. 2020.

ANEXO 1. ENTREVISTA

Angelina Nunes, Coordenadora do Programa Tim Lopes da ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), em 20 de março de 2021, online.

Como a equipe da Abraji foi recebida na cidade onde ocorreu o crime?

R- A equipe da Abraji esteve no local entre os dias 28 e 31 de janeiro. O crime ocorreu na noite de 17 de janeiro de 2018. Portanto, a cidade de Edealina ainda estava vivendo o impacto do assassinato. É uma cidade pequena de pouco mais de 3.800 habitantes, no interior de Goiás, que tivera o auge alguns anos antes com a presença da fábrica da Votorantim, o que trouxe um fluxo maior de pessoas na cidade, acrescentando perto de duas mil pessoas a população. No entanto, depois da construção da fábrica na cidade, a rotina continuou como em uma pequena cidade do que chamamos de Brasil Profundo. São cidades longe das grandes capitais que enfrentam problemas de infraestrutura, habitação, desemprego e uma forte disputa política entre grupos rivais. São esses grupos rivais que vão dar o tom das disputas durante as eleições e após esse período. Seguindo nosso protocolo de segurança, enviamos ofícios e mensagens às autoridades daquele estado e da cidade, avisando da visita da equipe da Abraji. Isso foi importante para que todas as autoridades (desde governo estadual, prefeitura de Edealina, OAB, MP, por exemplo) estivessem cientes de que uma equipe de jornalistas estaria naquela cidade apurando o crime do radialista. Pedimos a cooperação dessas entidades. Isso foi fundamental porque sentimos um pouco mais de segurança no deslocamento.

Como é a cidade?

R- A estrada que liga Edéia a Edealina é um desafio para qualquer veículo. O asfalto é cheio de buracos, a estrada tem apenas duas faixas (mão e contramão), não há acostamento o que significa que a estrada corta o mato e fazendas próximas, o barro vermelho das pequenas laterais da estrada sujam o carro e a poeira ou lama gruda na carroceria. A distância entre Edealina e Edéia é de aproximadamente 30km. Menos de meia hora, mas esse tempo pode ser duplicado se houver chuva. A cidade é cortada por algumas ruas e, por conta do forte calor, perto do meio-dia há pouca gente circulando.

Qual foi o impacto da morte do radialista nesse cenário?

R- Quando chegamos na cidade, havia uma desconfiança e uma descrença de que um assassinato pudesse fazer deslocar dos grandes centros do país (Rio e São Paulo) jornalistas interessados em investigar a morte desse comunicador. Eu saí do Rio e o estagiário da Abraji de São Paulo portanto, as pessoas não entendiam o motivo do nosso interesse no caso. Isso, num primeiro momento, foi complicado porque a sensação era que havia uma espécie de ordem silenciosa para que os moradores não dessem detalhes de nada. Seguindo nosso protocolo de segurança, a equipe ficou hospedada na cidade vizinha, Edéia.

Essa sensação de “mordança” e insegurança foi apenas em Edealina?

R- Nós tivemos uma mostra dessa “lei do silêncio” ao chegar em Goiânia, onde dormimos a primeira noite antes de seguirmos de carro para Edealina (a 150km da capital) . Três pessoas (fontes de informação) nos procuraram por telefone quando eu ainda estava no Rio e marcaram o encontro para serem entrevistadas. No entanto, elas preferiram não fazer essa entrevista na cidade de Edealina para evitar represálias futuras. Uma delas morava a 240km de Goiânia, em uma cidade vizinha a Edealina, um percurso de quase três horas. Naquela noite ele foi a Goiânia para dar entrevista, ceder material que comprovava as denúncias feitas pelo radialista e voltar para casa. Isso demonstra como o medo é o primeiro resultado de uma morte de um comunicador numa cidade pequena onde não há delegacia, nem fórum. Ninguém se sente seguro numa cidade onde a morte de um radialista era encarada como uma coisa corriqueira, um resultado esperado por conta do pano de fundo das disputas políticas. Tomamos a precaução de fazer as cópias de todos os documentos que as fontes nos entregaram, usando uma loja de xerocopiadora perto do fórum da capital, em Goiânia, para não despertar suspeitas e deixamos o material em um locker naquela cidade, na rodoviária, onde seria retirado antes da nossa volta.

Como era o trabalho do Jefferson Pureza?

R- Antes de ir para Edealina (em 2016), ele tinha trabalhado em outras cidades, em pequenas emissoras locais. Em Edealina ele tinha chegado há pouco tempo para trabalhar em uma rádio comunitária. E, diante das denúncias que ele fazia, sofreu ataques dos inimigos. Um deles foram tiros disparados na casa da ex-mulher que morava

em uma cidade vizinha (Pontalina). Além disso, a rádio onde trabalhava em Edealina sofreu dois incêndios, sem conclusão de perícia. Em novembro passado de 2017, uma semana antes do segundo incêndio, ele e o seu advogado Joel Pires, afirmaram em um programa que provariam através de documentos as fraudes cometidas na administração passada na prefeitura de Edealina. Na ocasião, ele também acusou o vereador José Eduardo Alves da Silva de usar máquina da administração pública para o plantio de soja em sua fazenda. O vereador foi secretário de Administração do ex-prefeito João Batista Boiadeiro. Os dois eram alvos de críticas e acusações feitas pelo radialista. As acusações vão desde suspeita de fraude em transferência de domicílio eleitoral nas eleições de 2016 até obras irregulares feitas pela prefeitura (que consta do processo no Fórum de Edéia).

As denúncias que ele fazia na rádio eram provenientes de documentos?

R- Dentro essa documentação que recebi em Goiânia, na noite em que cheguei, estavam cópias de licitação de obras, documentos internos da prefeitura de acompanhamento de obras, fotos, listagem de material dessas obras. Eram cópias de documentos nos quais ele baseava suas denúncias. Duas deles estavam sendo analisadas pelo Ministério Público de Edéia, mas ainda não havia nenhum resultado. É bom lembrar que no interior do Brasil, os comunicadores de rádio têm um jeito próprio de narrar, de construir programas onde a linguagem coloquial nem sempre é vista com bons olhos. E alguns desses políticos que se sentiam atingidos iam até a rádio para discutir com o radialista. Por exemplo, ele fez um registro em 14/3/2017 relatando a ameaça sofrida por Cleiton Cezar Vitória, marido da vereadora Cristiane Rocha. Jefferson falou em seu programa de rádio que a vereadora estava utilizando máquinas da prefeitura em sua fazenda. O marido da vereadora ameaçou o radialista e afirmou que, se o nome de sua mulher fosse falado mais uma vez, “iria lhe dar um tiro na cara” e mostrou uma arma. Cleiton ainda disse “fala isso de novo amanhã, você vai sair de Edealina morto”. Ou seja, o trabalho do radialista já havia provocado uma reação extrema, que gerou uma ameaça de morte. Em uma entrevista num jornal de Goiânia, o delegado que estava à frente do caso, Quéops Barreto, chegou a dizer que “o comunicador desagradava os governantes locais”.

Essas denúncias chegaram a virar processo de investigação?

R- Além disso, uma das denúncias feitas pelo radialista era em relação a um processo que consta do Fórum de Edéia e diz respeito a obras e suspeita de fraude licitatória. A obra é de 2015. No processo, o Centro de Inteligência do MP de Goiás faz um relatório, em 16/12/2016 onde mostra as ligações entre as empresas e o ex-prefeito João Batista, que faz parte do mesmo grupo político do vereador acusado de mandar matar Jefferson. O prefeito em 2018, Winícius Miranda, também fazia parte deste grupo. No relatório, o MP cruza os dados das empresas. O representante de uma delas a Leopoldina Construtora é José Cassiano da Costa, que também aparece em outro contrato entre a prefeitura e uma empresa chamada Leiliane Alves de Lima (sobre transporte escolar). Neste segundo contrato ele é identificado como motorista que fará o transporte. Cassiano é citado no relatório onde o MP pede novas diligências, além de solicitar que todos os envolvidos sejam ouvidos mais uma vez para explicar essa relação entre os contratos de empresas e o ex-prefeito. O relatório mostra que, a partir do cruzamento de dados, a empresa Leopoldina mudou a razão social e continuou ganhando as obras da prefeitura e também eventos, já que acrescentou outra função na empresa. O processo está parado no Fórum. Cassiano, na época da nossa visita, era secretário municipal da gestão Winicius Arantes de Miranda, responsável pelo Departamento de Transportes, Obras e Desenvolvimento Urbano.

Ele denunciava na rádio as ameaças que ele recebia?

R - Essas ameaças (incêndios em equipamentos, ataques na casa da ex-mulher) foram registradas em boletins de ocorrência, mas não foram identificados o motivo, nem a autoria nesses episódios. No entanto, um ano antes de sua morte, ele denunciou no seu programa de rádio “A Voz do Povo”, no dia 26/01/2017, que estava sendo ameaçado de morte. Disse ainda que se algo lhe acontecesse, os responsáveis seriam o vereador José Eduardo Alves da Silva (PR) e o ex-prefeito João Batista Gomes Rodrigues, o Batista Boiadeiro (PTB). Ele afirmava que capangas foram contratados para executá-lo. O programa era de uma hora de duração, a partir das 11h, e veiculado pela rádio Beira Rio FM.

O radialista fazia frequentes cobranças ao ex-prefeito Batista, que foi preso por peculato durante o mandato em 2015, e a José Eduardo, secretário de administração do então prefeito Batista e que foi eleito como vereador na eleição seguinte (2016). Ele era

acusado por Jefferson Pureza de ter cometido fraude eleitoral para se eleger a vereador. Ele se referia a José Eduardo como o “vereador das transferências” uma referência a uma possível transferência fraudulenta no endereço de eleitores.

O radialista tomou alguma medida de segurança diante das ameaças?

R- Até onde apuramos, Jefferson talvez não esperasse que as ameaças evoluíssem para o assassinato. Ele foi morto em casa, quando descansava na varanda na noite de 17 de janeiro de 2018. Ele morava naquela casa apenas a 15 dias, antes tinha se hospedado no hotel no centro da cidade. Ele morava com mulher que estava grávida de quatro meses. Dois homens entraram pelo portão que estava aberto e um deles o matou com três tiros na cabeça. A dupla fugiu em uma motocicleta. A rua fica na periferia da cidade. Uma câmera que fica numa das casas daquela rua registrou imagens da chegada dos rapazes em uma moto.

Como foi o clima da cidade após o assassinato?

R- No dia seguinte ao assassinato de Pureza o jornal Popular, de Goiânia, reproduziu vídeo gravado pelo então prefeito Winicius Arantes de Miranda (PSB), no qual mostrava uma discussão entre ele e o radialista após o incêndio na rádio. As imagens foram gravadas em novembro de 2017 e postadas no Youtube na época. Winicius foi eleito na coligação Edealina na Direção Certa, formada pelos seguintes partidos: PSB/PP/PDT/PTB/PTN/PSDB/PPS/PHS e pelo PR e PTB de José e Boiadeiro, respectivamente. Já o radialista apoiou a candidata Dolores Cristina Leandro Neves (DEM), diretora da emissora e mulher do ex-prefeito demista Vantuir Alves de Oliveira. Ela perdeu as eleições por 197 votos de diferença (1.627 x 1.824). Segundo Cristina (em entrevista gravada pela equipe da Abraj), as ameaças contra Jefferson eram constantes e ele, já anunciara numa *live* pelo seu perfil no Facebook que voltaria com o programa de rádio.

Quais são as consequências para o jornalismo com esse tipo de crime?

R- Quando um crime desse tipo acontece, é um recado claro para calar a imprensa. É um atentado à liberdade de expressão. Há uma certeza de impunidade e que a vida não vale nada nesse Brasil Profundo. Na noite seguinte ao assassinato, houve também uma espécie de campanha difamatória quando um site de um grande jornal de Goiás, O

Popular, divulgou reportagem induzindo que o crime teria uma motivação passional e traçavam um perfil da vítima como namorado e envolvido em um triângulo amoroso. Havia críticas também ao fato de que atual companheira de Jefferson tinha 17 anos e estava grávida. Esses assuntos eram sempre falados pelas pessoas que foram entrevistadas pela equipe da Abraji. Antes de falar sobre o crime, as denúncias, havia uma vontade de “esclarecer” que o radialista era mulherengo e isso aumentou o número de desafetos. Ficou claro que havia uma motivação por parte dessas pessoas para desacreditar e desmoralizar a vítima, enfatizando a vida amorosa do comunicador e minimizando as denúncias. Nas entrevistas realizadas pela equipe da Abraji naquele município (antes da prisão do vereador e dos executores do crime), com o então prefeito Winícius de Miranda e com o secretário de Administração Pastor Thiago Marinho, o tom era dar ênfase a vida pessoal do radialista “envolvido com bebidas, mulheres e até drogas” numa tentativa de desqualificar a vítima. O secretário de administração também reforçou a imagem de que o radialista “tinha amantes, programava excursões e dava calote e teria envolvimento com o tráfico”. Claro que os dois dizem que ouviram falar disso e não sabiam detalhes. Esse tipo de atitude é percebido em outros casos que estamos acompanhando de comunicadores assassinados no exercício da profissão. Há sempre uma tentativa de desviar o rumo das investigações jornalísticas para desqualificar a vítima.

Como foram as investigações?

R- Diante da repercussão do caso, já que a Abraji fez reportagens, divulgou a ida da equipe ao local e enviou ofícios para as autoridades reforçando o pedido de investigar o assassinato, foi criada uma força-tarefa e poucos dias depois foram presos três adultos e um adolescente que participaram do assassinato (depois seriam detidos mais dois adolescentes). Um desses envolvidos era o vereador José Eduardo Alves da Silva, apontado como o mandante do crime. O mesmo que Jefferson já tinha apontado na denúncia um ano antes de acontecer o crime. O delegado disse na imprensa local que o próprio vereador confessou que planejou o crime em duas ocasiões. A primeira em janeiro de 2017, mas o plano foi descoberto e ele desistiu de levá-lo adiante. A segunda, em dezembro do mesmo ano, quando descobriu que a mulher, de quem tinha se

separado em novembro, havia se relacionado com Jefferson. O vereador negou participação direta na execução do crime de janeiro de 2018.

A polícia prendeu o dono de um lava-jato, Leandro Cintra da Silva, de 23 anos, também apontado como traficante. O lava-jato foi usado como ponto de encontro entre os envolvidos no crime, que custou R\$ 5 mil e um revólver, usado na execução de Jefferson. Foi preso também o caseiro Marcelo Rodrigues dos Santos, amigo do vereador e intermediário na contratação dos três adolescentes: um que atirou, o outro que pilotou a moto e um terceiro que recusou a oferta do crime, mas recrutou os outros dois para o serviço.

O resultado do julgamento surpreendeu?

R- Os três adolescentes cumpriram medidas socioeducativas e foram liberados depois de um ano. O dono do lava-jato foi condenado a 14 anos de reclusão pela participação no crime. No entanto, o julgamento do vereador José Eduardo e do caseiro Marcelo surpreendeu porque eles foram absolvidos do crime de homicídio. O júri, depois de 15 horas, chegou à conclusão que eles deveriam responder apenas pela corrupção de menores (uma pena que quatro anos). A acusação entrou com recurso e espera um novo julgamento. A pandemia acabou prejudicando o trâmite legal e o julgamento do recurso. Esse novo embate poderá acontecer apenas em 2022, segundo o advogado Joel Pires, amigo de Jefferson, e que atuou como assistente de acusação durante o julgamento. Esse resultado reforça essa sensação de impunidade do que acontece no Brasil, o número de ataques a jornalistas e comunicadores vem crescendo a cada ano – piorou muito durante a pandemia- e infelizmente percebemos que há uma falta de interesse das autoridades para solucionar esses casos de ataques pessoais ou no mundo virtual. Na ponta mais grave desses ataques está o homicídio. O assassinato de um jornalista ou de um comunicador é um recado para todos nós jornalistas, é a tentativa de nos amordaçar. É um atentado à democracia. O caso de Edealina é uma amostra do que acontece em todo país.